

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA



DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE



**ESTRATÉGIA NACIONAL DE REDUÇÃO DA POBREZA**

**PROGRAMA DE ACÇÕES PRIORITÁRIAS 2006-2008**

**"Parceria para a Boa Governação e Redução da Pobreza"**

**Mesa Redonda com os Parceiros de Desenvolvimento de S. Tomé e Príncipe**

**Bruxelas, 6 de Dezembro de 2005**

## Abreviaturas

AIDI	ATENÇÃO INTEGRADA AS DOENÇAS DA INFÂNCIA
APD	AJUDA PÚBLICA AO DESENVOLVIMENTO
APRM	MECANISMO AFRICANO DE APRECIÇÃO PELOS PAÍSES
BAD	BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO
BM	BANCO MUNDIAL
CFD	CAIXA FRANCESA DE DESENVOLVIMENTO
CM	CONSELHO DE MINISTROS
CNE	CUSTOS DAS NECESSIDADES ESSENCIAIS
CNES	CENTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO SANITÁRIA
CNP	CONTA NACIONAL DE PETRÓLEO
DGCS	DIRECÇÃO GERAL DE CUIDADOS DE SAÚDE
DOT'S	ESTRATÉGIA DE TRATAMENTO DOMICILIAR TUBERCULOSE
DPAF	DIRECÇÃO DE PLANO ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
ENRP	ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A REDUÇÃO DA POBREZA
FMI	FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL
FQS	FORMAÇÃO DE QUADROS DE SAÚDE
FRPC	FACILIDADE PARA REDUÇÃO DA POBREZA E CRESCIMENTO
HAM	HOSPITAL AYRES DE MENEZES
HIPC	PAISES POBRES ALTAMENTE ENDIVIDADOS
ICVF	INQUÉRITO SOBRE AS CONDIÇÕES DE VIDA DAS FAMILIAS
IEC	INFORMAÇÃO EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO
INE	INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
IST	INFECÇÃO SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEL
JDA	AUTORIDADE DE DESENVOLVIMENTO CONJUNTO
JDZ	ZONA DE DESENVOLVIMENTO CONJUNTO
JMC	CONSELHO MINISTRO CONJUNTO
MCC	DESAFIOS DO MILÉNIO PARA O DESENVOLVIMENTO

MS	MINISTÉRIO DA SAÚDE
OCDE	ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
ODM	OBJECTIVO DE DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO
OGE	ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO
ONG	ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL
ORP	OBSERVATÓRIO DE REDUÇÃO DA POBREZA
PADP	PROJECTO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO PECUÁRIO
PAP	PROGRAMA DE ACÇÕES PRIORITÁRIAS
PAPAFPA	PROGRAMA DE APOIO PARTICIPATIVO A AGRICULTURA FAMILIAR E A PESCA ARTESANAL
PIB	PRODUTO INTERNO BRUTO
PIP	PROGRAMA DE INVESTIMENTO PÚBLICO
PNLCT	PROGRAMA NACIONAL DE LUTA CONTRA A TUBERCULOSE
PNLS	PROGRAMA NACIONAL DE LUTA CONTRA SIDA
PNUD	PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO
PTMF	PROGRAMA DE TRANSMISSÃO MÃE FILHO(A)
RDSTP	REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE
RGPH	RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO E HABITAÇÃO
RM	RENDIMENTO MÉDIO
SSR	SEXUALIDADE E SAÚDE REPRODUTIVA
STP	S. TOMÉ E PRÍNCIPE
USAID	ANGÊNCIA INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DOS ESTADOS UNIDOS DE AMÉRICA
VAB	VALOR ACRESCENTADO BRUTO
VIH	VIRUS DE IMUNO DEFICIÊNCIA ADQUIRIDA
ZEE	ZONA ECONÓMICA EXCLUSIVA

## Índice

Abreviaturas.....	2
Introdução .....	6
Organização do Documento .....	8
I. Resumo da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza .....	11
1.1. Características da Pobreza em S. Tomé e Príncipe .....	11
1.2. A Estratégia Nacional de Redução da Pobreza .....	12
1.2.1. Objectivos globais de médio e longo prazo .....	12
1.2.2. Os eixos fundamentais da estratégia.....	13
1.3. Orçamentação da estratégia.....	19
1.3.1. Áreas de acção prioritárias .....	19
1.3.2. Fontes de Financiamento .....	20
1.4. Os riscos da estratégia.....	20
II. Breve balanço das acções de luta contra a pobreza 2003-2005 .....	21
2.1. Acções implementadas.....	21
2.2. Alguns indicadores da ENRP .....	26
III. Análise contextual do Programa de Acções Prioritárias 2006-2008 .....	28
3.1. Visão estratégica.....	28
3.2. Análise contextual.....	31
3.2.1. Os recursos de petróleo e sua gestão.....	32
3.2.2. A sustentabilidade da dívida.....	37
3.2.3. Governação política.....	38
IV. Estratégia do Programa de Acções Prioritárias (PAP) 2006-2008 ....	41
4.1. Opções estratégicas do Programa de Acções Prioritárias.....	44
4.1.1. Análise funcional .....	46
4.1.2. Análise sectorial .....	54
V. Enquadramento macroeconómico .....	56
5.1. Desenvolvimentos recentes e perspectivas .....	56
VI. Medidas para aumentar a capacidade de absorção da ajuda internacional .....	61
6.1. Modalidades da ajuda internacional .....	61

6.2.	Diagnóstico do Governo sobre a capacidade de absorção da ajuda	63
6.2.1.	Da parte dos parceiros bilaterais e internacionais.....	64
6.2.2.	Da parte do Governo .....	65
6.3.	Reformas para o reforço da capacidade de absorção .....	66
6.4.	Mecanismo de seguimento e avaliação .....	70
	Anexos .....	73
	Anexo 1: Objectivos quantificados de redução da pobreza, Indicadores, Metas .....	74
	Anexo 2: Necessidade de financiamento .....	88
	Anexo 3: Distribuição anual .....	99
	Anexo 4: Fontes de financiamento .....	113
	Anexo 5: Distribuição por domínios .....	134
	Anexo 6: Distribuição por Ministérios e outras instituições .....	137
	Anexo 7: Quadro de medidas.....	139
	Anexo 8: Quadro de resultados .....	150
	Anexo 9: Fichas de projectos.....	162

## Introdução

S. Tomé e Príncipe é um pequeno país insular, situado no Golfo da Guiné, a cerca de 300 Km do continente africano, mais precisamente da costa gabonesa. O arquipélago é constituído pelas ilhas de S. Tomé e de Príncipe, que distam 150 Km uma da outra, e por alguns ilhéus, somando uma superfície total de 1001 Km<sup>2</sup>.

Segundo os dados do Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH) de 2001, a população era de 137 599 habitantes, dos quais 51% são mulheres e 49% homens. A população jovem (0-14 anos) representa 42,1%, enquanto que 53,7% correspondem ao grupo etário dos 15-64 anos. A taxa de crescimento populacional situa-se em 1,6%.

S. Tomé e Príncipe faz parte dos países menos avançados, sendo o seu índice de desenvolvimento humano de 0,604, o que o classifica na 126.ª posição no grupo dos 177 países considerados, segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2005.

A insularidade geográfica, associada à pequenez e a discontinuidade do território, a limitação dos recursos minerais e o fraco dinamismo e a pouca diversificação do seu tecido produtivo são factores que tornam o país vulnerável face às exigências do mercado além fronteiras e condicionam a sua integração regional e internacional.

A enorme dificuldade de acesso aos serviços sociais essenciais pela maioria da população, as infra-estruturas físicas em degradação, as instituições, os mecanismos para a implementação de programas e políticas existentes, assim como as capacidades humanas débeis, constituem grandes desafios para o Governo.

**Os inquéritos e estudos realizados em 2001 confirmam o nível de pobreza da população que se situa perto dos 54% e da pobreza extrema em 15%.**

Face à situação, o Governo elaborou, em 2002, a Estratégia Nacional para a Redução da Pobreza (ENRP) e procedeu, em 2004, a sua actualização, identificando as linhas de acções prioritárias, cuja implementação poderá, já em 2010, reduzir o nível da pobreza a metade do nível actual.

No entanto, até então, a sua adequada implementação não se tem verificado devido, dentre outras, à insuficiência de recursos externos adicionais (a inexistência de um programa com o FMI) que tem constituído mais de 80% da fonte de financiamento do OGE, por um lado, e, por outro, à

ausência de mecanismos adequados para assegurar que as *Grandes Opções do Plano* e o *Orçamento Geral do Estado* reflitam esse plano de acções.

Uma vez que a ENRP já foi apreciada pelas Instituições de Bretton Woods e não houve objecções, torna-se oportuna a sua apresentação, bem como do programa de acções prioritárias que a sustentam aos parceiros de desenvolvimento de S. Tomé e Príncipe, visando a mobilização de recursos para a sua implementação.

Neste contexto, o projecto do PIP para a boa governação e redução da pobreza apresentado neste programa de acções prioritárias é uma resposta aos défices sociais e à deterioração dos rendimentos das populações e traduz as orientações da Estratégia Nacional para a Redução da Pobreza nos próximos três anos (2006-2008), visando uma redução muito significativa da pobreza tanto no meio rural como no meio urbano.

O processo de sua elaboração guiou-se pela necessidade de reforçar a coerência das políticas sectoriais com a ENRP e, sobretudo, de procura de um melhor impacto dos investimentos públicos sobre a redução da pobreza, por um lado. Por outro, tomou-se em conta a taxa de execução histórica do PIP nos últimos três anos, rondando em média os 60% do programado, ou seja valores situados ligeiramente acima dos 30 milhões de dólares anuais.

É, portanto, o PIP possível para enfrentar os desafios do triénio 2006-2008.

Conforme se reconhece no Programa do X Governo Constitucional, "sem investimentos selectivos e estratégicos nas infra-estruturas sociais e económicas e no desenvolvimento do capital humano, o País não estará em condições de beneficiar de todo o seu potencial.

O tempo limitado deste Governo certamente não permitirá a concretização de todos os objectivos anunciados. Mas, ao insrevê-los, o Governo pretende sobretudo transmitir a ideia da continuidade das políticas do Estado e introduzir um factor de previsibilidade essencial a todos quantos se interessam por S. Tomé e Príncipe. Tudo o que for feito pelo actual Governo, no sentido de continuar, modificar ou corrigir, em tempo útil, políticas de interesse nacional, será uma garantia de que a tarefa poderá ser continuada, com maiores probabilidades de sucesso, pelos governos vindouros, evitando-se assim o eterno recomeçar, que tem marcado os últimos anos".

Nesse sentido, o Governo de S. Tomé e Príncipe assumiu a iniciativa de apresentação deste Programa de Acções Prioritárias aos seus parceiros de desenvolvimento, com a ajuda dos quais poderá garantir o cumprimento das medidas e acções programadas.

### **Organização do Documento**

O documento da Mesa Redonda, conforme a seguir se apresenta, compreende os capítulos seguintes :

- ***Resumo da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza*** - Nesse capítulo faz-se uma breve apresentação da ENRP, incluindo a actualização de alguns dados feita em Dezembro de 2004. Visa fundamentalmente apresentar o quadro estratégico mais geral em que se inscreve o Programa de Acções Prioritárias.
- ***Balanço das acções de luta contra a pobreza, 2003-2005*** - A ENRP foi aprovada pelo Governo em 2002. Três anos se passaram até que começassem a ser criadas as condições favoráveis à sua implementação. Propõe-se nesse capítulo o balanço das acções empreendidas e, na medida do possível, a apresentação dos seus impactos na redução da pobreza, bem como a respectiva ligação ao cumprimento dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.
- ***Análise contextual do Programa de Acções Prioritárias 2006-2008*** - Esse capítulo do documento prescreve uma leitura da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza e do seu Plano de Acções Prioritárias, reenquadrando os programas num contexto alargado e num prazo mais longo. Advoga a necessidade de ajuda externa durante o período 2006-2008, data a partir da qual se pode perspectivar a regularidade dos recursos petrolíferos. Contém também informações actualizadas concernentes a dossiers estratégicos essenciais - petróleo, dívida e governação política - para o estabelecimento de parâmetros de acção de redução da pobreza.
- ***O Programa de Acções Prioritárias (PAP) 2006-2008*** - O PAP constitui a parte central do documento da Mesa Redonda. O capítulo apresenta as prioridades do Governo para o período 2006-2008, bem como as necessidades de financiamento. Justifica as opções sectoriais tidas como prioritárias e revela as sinergias e a coerência entre as políticas. Remete para a leitura de duas tabelas: uma Matriz de Medidas (reformas, leis,

instrumentos de seguimento, políticas...) que serão implementadas durante o período e um Programa de Investimento Público centrado na aceleração do crescimento económico e redução da pobreza. O PIP foi preparado seguindo a lógica dos 5 eixos prioritários da Estratégia. Apresenta-se também uma versão do PIP por sector. A partir do PIP e das indicações de financiamento prováveis (assegurados ou previstos), é calculada a necessidade de financiamentos adicionais para a implementação do PAP.

O PAP 2006-2008 deriva da necessidade de cumprimento dos objectivos da ENRP, mas obedece a uma lógica temporal e visa atingir alguns níveis de desenvolvimento que servirão de trampolim para que os PAP posteriores permitam alcançar os objectivos da ENRP num horizonte de 2015.

- **Enquadramento macroeconómico** - Esse capítulo confere o impacto das despesas programadas no PAP sobre um determinado número de variáveis económicas, nomeadamente o défice orçamental e a inflação, e assegura a coerência da arquitectura do projecto governamental.
- **Medidas para aumentar a capacidade de absorção da ajuda** - Essa parte do documento é dedicado à análise de medidas e reformas propostas pelo Governo para melhorar a capacidade de absorção da ajuda internacional. Entre as medidas que o Governo conta tomar em 2006 para aumentar a capacidade de absorção, regista-se a modernização da administração pública, a melhoria dos procedimentos financeiros e a introdução de novos instrumentos de gestão. Como os novos instrumentos de gestão das finanças públicas serão integrados de forma progressiva, os parceiros de desenvolvimento de S. Tomé e Príncipe são convidados a participar numa actividade de reflexão conjunta, visando a harmonização e compatibilização de procedimentos para a adopção do apoio directo ao orçamento e de abordagens de apoio a programas sectoriais. Finalmente, apresenta-se o Observatório de Redução da Pobreza (ORP), criado pelo Governo para assegurar o seguimento dos indicadores de redução da pobreza e a avaliação dos resultados alcançados com a implementação dos programas.
- **Anexos** - Nessa parte do documento serão apresentadas tabelas complementares sobre as formas de repartição dos recursos no âmbito do Programa de Acções Prioritárias, bem como fichas de

alguns dos projectos do PAP para os quais se pretende mobilizar recursos adicionais.

## I. Resumo da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza

### 1.1. Características da Pobreza em S. Tomé e Príncipe

O estudo sobre o Perfil da Pobreza em S. Tomé e Príncipe de 2001 revela que a pobreza afecta 53,8% da população santomense, e cerca 15.1% da população se encontram na situação de extrema pobreza.

Caracterizando a pobreza em STP o estudo demonstra que:

- Quanto a localização e distribuição geográfica, a pobreza é considerada como um fenómeno rural, vivendo 65% da população do mundo rural abaixo do limiar da pobreza e 22% na extrema pobreza. O quadro n.º 1 mostra a distribuição geográfica da pobreza pelo País. De facto, os maiores índices se confirmam nas Zonas Norte e Sul e na Região Autónoma do Príncipe, onde se concentram as grandes roças coloniais (empresas agrícolas) produtoras de cacau e que actualmente constituem o mundo rural, onde a pobreza é mais intensa e mais profunda, segundo o estudo. Como pode-se observar, a Zona Centro parece ser a menos afectada. É onde se concentra o maior número de pobres do País, devido ao seu grande número de habitantes.

**Quadro n.º 1: Distribuição geográfica da pobreza em STP**

Designação	População em 2000		% População afectada pela pobreza	% População na extrema pobreza
	Efectivo	%		
Zona Norte	22.227	17,4	70,6	26,7
Zona Centro	82.064	64,3	45,4	9,5
Zona Sul	17.182	13,5	65,1	19,3
Região Autónoma do Príncipe	6.097	4,8	60,1	18,8

Fonte: Documento de Perfil da pobreza 2001

- Relativamente aos grupos sócio-profissionais mais vulneráveis à pobreza, foram identificados os agricultores, os funcionários públicos de baixo escalão, as mulheres chefes de família, os pescadores e os velhos.
- No que concerne ao sexo dos chefes de família, 32,6% de famílias santomenses são chefiadas por uma mulher. As famílias dirigidas por mulheres são as mais afectadas pela pobreza (55,7%) e extrema pobreza (15,6%), enquanto que das dirigidas por homens 53% são afectadas pela pobreza e 14,9% pela extrema pobreza.

- Quanto ao nível de rendimento médio das famílias, o estudo indica que este evolui na razão inversa ao tamanho das famílias.
- No concernente às condições de vida (acesso a educação, saúde, água potável, saneamento do meio e habitação) o estudo dá a conhecer que 11,8% da população nunca frequentou uma escola; o analfabetismo aumenta com o grau da pobreza, atingindo 9,6% da população não pobre contra 12,9% dos pobres e 15,9% dos extremamente pobres; a atenção para com a saúde aumenta com o nível de rendimentos; apenas 19,6% da população beneficiam do acesso à água canalizada; somente 16% da população santomense dispõem de uma fossa séptica ou estão ligados à rede de esgotos pública; cerca de 69% da população satisfazem as necessidades fisiológicas ao ar livre.

## **1.2. A Estratégia Nacional de Redução da Pobreza**

A iniciativa de elaboração do documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza foi motivada pela percepção dos problemas com que se confronta o País nos mais variados domínios, e que têm contribuído para uma situação de empobrecimento quase generalizado.

Considerando as principais determinantes da pobreza e apoiando-se em estudos nacionais de perspectivas a longo prazo, a ENRP (2002) visa uma redução significativa da pobreza num horizonte que se estende até 2015, mediante um bom aproveitamento das potencialidades humanas e dos recursos materiais do País, bem como dos provenientes da cooperação bilateral e multilateral.

### **1.2.1. Objectivos globais de médio e longo prazo**

A estratégia contempla, a partir dos seus eixos fundamentais, os seguintes objectivos globais a médio e longo prazos:

- reduzir para metade a percentagem da população santomense que vive na situação de pobreza (53,8%) até 2010 e a menos de 1/3 até 2015;
- conseguir até 2015 o acesso de toda a população aos serviços sociais básicos e promover a melhoria da qualidade de vida da população;
- reduzir consideravelmente as diferenças sociais e de género entre os Distritos e entre estes e a Região Autónoma do Príncipe.

Por outro lado, procurou-se compatibilizar, sempre que possível, as acções inscritas ao nível dos diferentes eixos estratégicos com a necessidade de atingir as metas previstas no quadro do cumprimento dos **objectivos de desenvolvimento do milénio (ODM)**, na medida em que o Governo está engajado no processo conducente ao alcance das referidas metas.

### **1.2.2. Os eixos fundamentais da estratégia**

A estratégia da redução da pobreza em S. Tomé e Príncipe desenvolve-se a partir dos cinco (5) eixos fundamentais seguintes:

- Reforma das instituições públicas, reforço das capacidades e promoção de uma política de boa governação
- Crescimento acelerado e redistributivo
- Criação de oportunidades de aumento e diversificação de rendimentos para os pobres
- Desenvolvimento dos recursos humanos e acesso aos serviços sociais básicos
- Mecanismo de seguimento, avaliação e actualização da estratégia

#### **1.2.2.1. Reforma das instituições públicas, reforço das capacidades e promoção de uma política de boa governação**

Para responder à necessidade de promoção e desenvolvimento de uma política de boa governação a estratégia teve em conta as seguintes vertentes:

- Consolidação do Estado de Direito Democrático
- Promoção de uma gestão responsável, eficaz e transparente dos bens públicos
- Adequação do processo de descentralização e readaptação da administração local
- Redimensionamento e modernização da administração pública
- Promoção da sociedade civil e do seu envolvimento participativo
- Desenvolvimento dos mecanismos de acesso à informação e comunicação e promoção de uma cultura de participação

### **1.2.2.2. Crescimento acelerado e redistributivo**

Para se tornar possível a redução da pobreza é necessário um crescimento económico forte, resistente aos choques perversos endógenos e exógenos e inserido num processo de enquadramento macroeconómico e do ambiente em que se garante a sustentabilidade do desenvolvimento. Assim, a estratégia visa acelerar as mutações de todos os sectores da economia e permitir a emergência de novas fontes de crescimento.

O relance dos sectores produtivos apoiar-se-á sobre três pólos: o desenvolvimento do sector primário como motor da produção nacional, de emprego e da diversificação do sector secundário e terciário; a valorização turística e piscatória do arquipélago; a promoção de novos sectores de crescimento voltados para a exportação, e apoiando-se essencialmente na mobilização do investimento estrangeiro.

Paralelamente serão ser afirmadas políticas estruturais consistentes, que concernem: as técnicas de preparação do orçamento do estado, dos planos de desenvolvimento e de políticas macroeconómicas consistentes; o desenvolvimento das infra-estruturas económicas e sociais; a melhoria dos serviços sociais de base; o reforço das capacidades da administração pública; a reforma das instituições políticas; a promoção da participação social e a defesa do ambiente.

Prossegue-se, por outro lado, o objectivo de favorecer o desenvolvimento do sector privado e de tornar o País mais competitivo e mais atractivo para o investimento privado nacional e estrangeiro.

### **1.2.2.3. Criação de oportunidades de aumento e diversificação de rendimentos para os pobres**

Nos próximos 15-20 anos, toda a acção governativa nesse sentido deverá ter primeiramente como objectivo essencial, o estabelecimento de um ambiente económico e institucional estável, através da definição de políticas que devidamente enquadradas, visem estruturar e desenvolver o meio rural e urbano, articulando-se em torno de:

- Crescimento e diversificação das produções;
- Garantia da segurança alimentar;
- Melhoria das condições socio-económicas da população do meio rural, urbano e zona envolvente (luchans e localidades);

- ❑ Conservação do património natural;
- ❑ Promoção das Mulheres e dos Jovens;
- ❑ Desenvolvimento da capacidade de exportação.

Com o estímulo ao sector privado e uma boa organização, por um lado, dos recursos tradicionais de STP e, por outro lado, da exploração dos novos sectores (o desenvolvimento progressivo de actividades de serviços que valorizem a posição geográfica do arquipélago, no quadro das zonas francas, e actividades relativas à exploração de petróleo) é possível encarar-se taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) superior a 5% nos anos vindouros, com vista a obter um excedente para a poupança e a sua transformação em investimento produtivo.

Neste contexto, a abertura económica do País representa um desafio essencial para o seu desenvolvimento. Por isso, simultaneamente com as acções de políticas sectoriais, torna-se necessário dispor de uma estratégia de conjunto para favorecer uma melhor integração da RDSTP na economia regional e mundial.

Por outro lado, o Governo estabelece como uma das suas prioridades a redução da sua dívida pública, no quadro da iniciativa HIPC, com vista a libertar os recursos para a redução da pobreza.

#### **1.2.2.4. Desenvolvimento dos recursos humanos e melhoria dos serviços sociais básicos**

##### **Educação, Alfabetização, Formação**

No que respeita à Educação, Alfabetização e Formação, a estratégia perspectiva o cumprimento dos seguintes objectivos globais:

- ❑ a erradicação do analfabetismo;
- ❑ o cumprimento da escolaridade obrigatória de 6 anos;
- ❑ a igualdade de oportunidades efectiva no acesso e permanência no ensino secundário;
- ❑ a formação de recursos humanos para responder às necessidades de desenvolvimento do país.

As intervenções no domínio da **Educação**, como contributo para o melhor acesso aos serviços sociais de base, têm de ter em conta o seguinte:

- ❑ a descentralização e maior envolvimento de todos os actores implicados no processo educativos;
- ❑ a priorização da educação de base e da melhoria da eficácia e qualidade do ensino;
- ❑ a adopção de medidas de discriminação positiva a favor das crianças provenientes de famílias de fraco rendimento;
- ❑ a articulação entre os sistemas de educação, formação e emprego, preparando as crianças, jovens e adultos para a vida activa.

No domínio da **Alfabetização** as intervenções são:

- ❑ a realização de um estudo sobre a situação do analfabetismo no País e levantamento e articulação de iniciativas de alfabetização;
- ❑ a dinamização de iniciativas de alfabetização ligadas à formação/prevenção para a vida activa /aprendizagem de um ofício ou profissão;
- ❑ o envolvimento da comunidade nas iniciativas visando o combate/prevenção do analfabetismo com recurso à IEC/mobilização social para levar as comunidades a conhecer a relevância e a importância da educação;
- ❑ a inserção de crianças que nunca frequentaram a escola (articulação com a carta escolar de S.T.P.);
- ❑ o apoio a iniciativas de ensino de base em circuitos não formais e integração de crianças e jovens alfabetizados nesse âmbito no ensino formal;
- ❑ a criação de mecanismos que favoreçam a pós-alfabetização (animação comunitária, IEC, ATL, centros de interesse, etc.);
- ❑ a formação de especialistas e animadores e adopção de técnicas de ensino adequadas.

A intervenção no domínio da **Formação** visa:

- ❑ a promoção de medidas com vista à inserção dos jovens em estruturas de formação profissional e criação de condições para a formação de micro-empresas de jovens rapazes e raparigas;

- ❑ a articulação da educação não-formal em função das necessidades de inserção na vida activa;
- ❑ a adopção de um plano de formação com base num estudo sobre o mercado de trabalho e necessidade de mão-de-obra;
- ❑ a análise das estruturas de funcionamento do subsistema de formação profissional e o alargamento do seu âmbito (diversificação, nível de formação);
- ❑ a promoção da componente científica e tecnológica nos programas escolares e de formação de professores;
- ❑ a adopção de um programa de formação de formadores de modo a privilegiar a formação interna, sem no entanto descuidar os riscos da formação feita no exterior (fuga de cérebros, custos sem retorno);
- ❑ a formação de especialistas em vários domínios (recursos humanos, promoção de micro-empresas).

### **Saúde e Nutrição**

Os objectivos globais da saúde no âmbito da redução da pobreza centram-se no aumento da esperança de vida das populações, acesso e equidade para todos aos cuidados de saúde adequados e de qualidade, contribuindo assim para a redução dos níveis actuais de mortalidade e morbidade.

Os objectivos específicos são os seguintes:

- ❑ criar condições para que a população adquira autonomia para adoptar atitudes, comportamentos e práticas que contribuam para melhorar e preservar a sua saúde;
- ❑ reestruturar e organizar os serviços de saúde de base para melhor responderem às demandas geradas, garantindo o acesso e a equidade aos cuidados de saúde;
- ❑ implementar de forma integrada acções que conduzam ao combate às doenças que mais contribuem para a morbi-mortalidade no País;
- ❑ desenvolver e implementar acções promocionais, preventivas e protectoras dirigidas aos grupos alvos da população,

nomeadamente às crianças, adolescentes, jovens, mulheres em idade fértil, trabalhadores e idosos;

- contribuir para a melhoria do estado nutricional das populações nomeadamente nos grupos alvos;
- garantir o acesso aos cuidados especializados (terciários) através da melhoria da qualidade de prestação de serviços do Hospital Dr. Ayres de Menezes;
- contribuir no esforço nacional para a eliminação das condicionantes ambientais que concorrem para uma má qualidade de vida da população e condicionam o seu desenvolvimento.

### **População, Água e Saneamento**

Um elemento fundamental a ser tomado em conta na estratégia para a redução da pobreza é a evolução do efectivo da população, considerando o seu impacto ao nível da projecção das infra-estruturas, do acesso aos serviços sociais de base, da criação de emprego e da gestão de recursos naturais, entre outros.

Nesse domínio a estratégia visa aumentar a taxa de acesso aos sistemas colectivos de abastecimento de água à população e melhorar a qualidade de água fornecida tanto nas zonas rurais como nas zonas urbanas.

No concernente a **saneamento do meio**, persistem problemas sérios que constituem uma das grandes ameaças para a saúde pública.

Nesse sentido são retomados os objectivos seguintes conforme estabelecidos no Plano Nacional do Ambiente para o Desenvolvimento Durável:

- elevar para 100% a taxa de cobertura de recolha e de transporte dos resíduos sólidos nas áreas urbanas e peri-urbanas;
- dotar os 100% das habitações a nível nacional com as instalações sanitárias;
- inventariar devidamente todas as áreas pantanosas de S. Tomé e Príncipe de modo a permitir a definição de uma política coerente sobre as mesmas;
- reabilitar as antigas redes de esgotos para a evacuação das águas pluviais na cidade de S. Tomé e construir novas redes;

- promover uma ampla campanha de hábitos e estilos de vida saudáveis.

#### **1.2.2.5. Mecanismo de execução, seguimento e avaliação da estratégia**

A Estratégia de Redução da Pobreza não se compadece com iniciativas pontuais, pelo que se torna necessário a viabilização de um mecanismo para as acções de seguimento e avaliação sistemáticas, tendo em conta as exigências de sua adaptação e actualização.

Por isso, apesar da amplitude, natureza e carácter multifacético do fenómeno da pobreza, atendendo a pequenez do País e as actuais dificuldades económicas, reconheceu-se a necessidade de estabelecimento de uma unidade tecnicamente autónoma e capaz de se assumir como instituição de seguimento e avaliação da estratégia, cabendo-lhe por isso assegurar os mecanismos de coordenação da execução da estratégia ao nível dos vários sectores implicados e a montagem de um sistema de seguimento permanente e avaliação periódica da situação da pobreza em S. Tomé e Príncipe.

#### **1.3. Orçamentação da estratégia**

A orçamentação foi projectada para o período compreendido entre 2003 e 2010 (8 anos).

Contudo, a análise sobre as implicações orçamentais da ENRP circunscreveu-se ao período 2003-2005.

##### **1.3.1. Áreas de acção prioritárias**

A selecção e hierarquização das acções prioritárias, teve em conta como critério o reconhecimento de que:

- contribuem para a melhoria do bem-estar, são fruto do processo consultivo realizado junto dos beneficiários e da sociedade civil;
- asseguram o crescimento económico de forma sustentável e sejam vitais para a estratégia sectorial;
- têm viabilidade económica financeira e institucional;
- promovem um saudável clima social, político e estabilidade macroeconómica.

A educação, saúde, infra-estruturas (estradas, energia e água), agricultura e desenvolvimento rural, boa governação e políticas económicas e financeiras, foram definidos como sectores estratégicos da ENRP e merecem maior detalhe no orçamento.

### 1.3.2. Fontes de Financiamento

A implementação das acções prioritárias, será financiada com recursos provenientes do Orçamento do Estado, do Fundo HIPC e outros a serem mobilizados junto dos parceiros de desenvolvimento de S. Tomé e Príncipe. Também as eventuais receitas do aluguer dos blocos de petróleo poderão constituir eventuais recursos complementares para o financiamento da Estratégia.

### 1.4. Os riscos da estratégia

Em primeiro lugar, requer a existência da estabilidade política e o normal funcionamento das instituições, aliás, componentes intrínsecos à própria estratégia. Em segundo lugar, para se atingir os objectivos da presente estratégia, torna-se necessário o envolvimento e a assunção de todos os órgãos de soberania, assim como dos principais actores do desenvolvimento e o recurso a capacidades e competências, que rareiam nas instituições.

E finalmente, considerando que estão em curso as iniciativas em torno do dossier petróleo, há o risco de confrontação com acções determinadas por novas orientações de governação incompatíveis com a visão estratégica projectada para a redução da pobreza no horizonte temporal estabelecido.

## II. Breve balanço das acções de luta contra a pobreza 2003-2005

A ENRP adoptado pelo governo em 2002, constitui um quadro de referência de políticas sectoriais e transversais que visa a promoção do crescimento económico e redução da pobreza num horizonte temporal que vai até 2015.

Apesar da pertinência e necessidade urgente da implementação da ENRP, o projecto é ambicioso e a sua execução envolve todos os sectores da vida nacional e implica um desafio de coordenação entre o Estado, o sector privado e a sociedade civil organizada, tendo em conta a actual debilidade das instituições e o volume de recursos necessários para sua implementação.

### 2.1. Acções implementadas

Ao longo dos três anos que se seguiram à aprovação da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza não se registou uma implementação consequente do Plano de Acções previsto para o período 2003-2005. Essa situação deveu-se fundamentalmente à insuficiência de recursos financeiros, a momentos de instabilidade política e mobilidade institucional inesperada e frequente que tiveram repercussões ao nível da apropriação desejada das acções inscritas.

Ainda assim, alguns dos projectos sectoriais inscritos nos PIP anuais foram concretizados, pelo menos parcialmente, e os respectivos resultados são susceptíveis de apreciação, apesar de não terem necessariamente obedecido às preocupações de coerência, visando o seguimento e avaliação dos respectivos impactos nas condições de vida das populações mais pobres e carenciadas.

Numa perspectiva de leitura das acções implementadas, e considerando os diferentes eixos da ENRP, pode-se constatar que:

- Ao nível da **"Reforma das instituições públicas, reforço das capacidades e promoção de uma política de boa governação"**, houve iniciativas de realização nomeadamente de uma revisão da Constituição (em Janeiro de 2003), de elaboração de uma nova lei orgânica, com base na qual foi criada uma nova estrutura de serviços parlamentares. Com vista a sustentar um processo de reformas ao nível da Assembleia Nacional, foram realizados estudos, nomeadamente sobre a redução do número de deputados, e sobre o financiamento das campanhas eleitorais. Por outro lado, foram organizados seminários e visitas de estudo, visando a

melhoria da actividade parlamentar, no sentido do reforço da capacidade de produção legislativa e da função fiscalizadora.

No domínio da justiça foram desenvolvidas as seguintes acções: Revisão da Lei de Base do Sistema Judiciário, do Código Penal e do Código de Processo Penal. Também já foram aprovadas as revisões da Lei do Sufrágio e do Recenseamento Eleitoral, da Lei de Financiamento dos Partidos Políticos e das Campanhas Eleitorais e da Lei-quadro das Autarquias. Magistrados dos Tribunais e funcionários da Administração Local beneficiaram de acções de formação para o melhor desempenho das suas funções.

Por outro lado, foi criado o Tribunal de Contas e desenvolvida uma vasta campanha de informação sobre a necessidade de transparência, eficácia e de prestação de contas sobre a gestão dos bens públicos, e aprovada a Lei sobre a Gestão dos Recursos Petrolíferos.

Ao nível da Administração Pública, o Governo elaborou um novo Código de Procedimento Administrativo, que aguarda aprovação pela Assembleia Nacional, e procedeu ao Recenseamento Geral dos servidores da Função Pública. Mais recentemente (4 e 5 de Outubro), foi organizada uma Conferência sobre o estado da Administração Pública Nacional sob o lema "Concertação para o Futuro", cujas recomendações vão no sentido de reformas para a implantação de um novo modelo de Estado com uma nova filosofia de actuação.

- Para um **"Crescimento Acelerado e Redistributivo"**, alguns esforços foram registados nos domínios de energia, água e saneamento do meio, no sentido da criação de condições para estimular o sector privado, mas os resultados continuam pouco encorajadores.

No domínio das Infra-estruturas Rurais, a construção e reabilitação de pistas rurais, foram outras das acções desenvolvidas no quadro do projecto financiado pela União Europeia e pela Caixa Francesa de Desenvolvimento (CFD). Reconstruiu-se 86KM de pistas rurais dispersas em 25 comunidades. Foram criados grupos de interesse de manutenção de estradas nacionais, secundárias e rurais com o objectivo de melhorar a transitabilidade das mesmas, por um lado, e aumentar o

rendimento da população local, por outro. Essas intervenções vieram em benefício da população circundante em termos de escoamento dos seus produtos agrícolas, melhoria de acesso aos centros de serviços sociais e convivência intercomunitária.

Os projectos de reabilitação da conduta e adução de água, bem como o sistema de filtração de água permitiram também o aumento do número da população beneficiada com água canalizada, embora a frequência diária seja ainda bastante deficiente. Apenas 20% da população tem acesso a água tratada ou de boa qualidade.

Como contribuição para a melhoria do saneamento básico, no período compreendido entre 2002 e 2005, com um co-financiamento do BAD, foram construídas 2 182 latrinas em todos os Distritos do País. Mas existem ainda muitas solicitações. Apenas no Distrito de Água Grande, onde se situa a capital do País, estão inscritas 5 000 novas solicitações e de momento não existe meios para as satisfazer.

- Relativamente à **“Criação de oportunidades de aumento e diversificação de rendimento para os pobres”**, apesar da escassez de recursos, foram empreendidas algumas acções para o desenvolvimento do sector agrícola. A intervenção no quadro de Programa de Apoio Participativo à Agricultura Familiar e da Pesca Artesanal (PAPAFPA), com financiamento do FIDA e da CFD, foi no sentido de promover o desenvolvimento no mundo rural, aumentar a produção alimentar e diversificar os produtos de exportação (cacau biológico, pimenta e baunilha). Procedeu-se à importação de insumos, concedeu-se créditos agrícolas a pequenos e médios empresários e promoveu-se formação de pequenos agricultores. Destaca-se ainda o incentivo à promoção do desenvolvimento de culturas alimentares.

No entanto, a produção do cacau tende a baixar cada vez mais, como consequência da desmotivação dos produtores, devido a preços pouco estimulantes no mercado internacional.

A implementação da primeira fase do Projecto de Apoio ao Desenvolvimento da Pecuária (PADP) teve como consequência a organização e estruturação dos serviços pecuários, e tornou possível levar a cabo várias acções veterinárias, com vista a

determinar a natureza das diferentes patologias animais existentes, e propor medidas de controlo ou profilaxias apropriadas. Por outro lado, conseguiu-se reduzir consideravelmente a mortalidade dos animais, dando assim maior confiança aos criadores para investirem mais na pecuária.

No domínio das Pescas, através do Projecto integrado Pesca - Agricultura, financiado por Espanha, foi dado apoio à pesca artesanal que alimenta o consumo interno de pescado.

Através do Projecto de Redução da Pobreza com financiamento do BAD, concedeu-se crédito no meio urbano, dando assim oportunidade aos mais vulneráveis para iniciarem pequenos negócios.

No quadro do Projecto de Integração das Raparigas na Vida Produtiva, financiado pelo PNUD, formaram-se 350 raparigas no mundo rural e 180 raparigas no meio semi-urbano em actividades geradoras de rendimento, com possibilidades de crédito para começarem negócio próprio em diversos domínios (pastelaria, criação de animais, salga e fumagem de peixe, artesanato, etc.).

- Em relação ao **“Desenvolvimento dos recursos humanos e melhoria de acesso aos serviços sociais básicos”**, os recursos utilizados permitiram implementar projectos de apoio aos estudantes carenciados, formação de docentes e construção de 60 salas de aulas e reabilitação de outras, incluindo instalações sanitárias e melhorias no fornecimento de água potável ao nível do Ensino Básico. e mais 10 salas de aula do Ensino Secundário. Também foi construída uma Escola de Formação de Quadros Docentes.

Estas acções terão contribuído para o desenvolvimento dos recursos humanos e melhoria de acesso aos níveis de ensino obrigatório e garantia da entrada efectiva, permanência e frequência escolar para todas as idades consideradas, cumprindo assim com as acções previstas no quadro da ENRP e respondendo ao mesmo tempo às necessidades de cumprimento dos objectivos de desenvolvimento do milénio (ODM).

Por outro lado, as bolsas de estudo para o exterior (das quais tem havido uma procura crescente dada a falta de instituições de ensino superior no País), têm como objectivo contribuir para o

aumento de qualificação dos técnicos nacionais em diferente áreas e, conseqüentemente, a melhoria na afectação dos recursos existentes, e a promoção da competitividade e da produtividade, o que é sempre bom para uma economia em vias de desenvolvimento.

Embora os indicadores tendam a melhorar, o sector de educação confronta-se com a ausência de quadros para as áreas de planeamento, administração, monitorização e avaliação do sistema educativo. Os baixos níveis salariais e a inexistência de perspectivas na carreira constituem bloqueio para a retenção de professores e para a prestação de um ensino de qualidade.

Os recursos disponibilizados para o sector da Saúde permitiram realizar acções de luta contra as IST, o HIV/SIDA, a tuberculose e, particularmente, o paludismo. De realçar que através do Programa de Luta contra o Paludismo, que conta com fontes diversificadas de apoio, nomeadamente da OMS, do Fundo Global e da China Taiwan, foram adquiridos e distribuídos gratuitamente mais de 5.000 mosquiteiros impregnados às mulheres grávidas e às que têm crianças com idade inferior a 5 anos, e está em curso uma Campanha de Pulverização Intradomiciliar que cobre todas as regiões e distritos do País.

Também foram disponibilizados recursos para a reabilitação da Pediatria no Centro Hospital de S. Tomé, munindo a mesma de equipamentos e materiais necessários para a implementação de acções preventivas. Foi construída uma Escola de Formação de Quadros de Água, e realizadas acções de formação para o aumento do número e qualificação e especialização do pessoal em diferentes áreas de Saúde.

Para a garantia de maior acessibilidade e equidade nos cuidados de saúde, foram adquiridos equipamentos e medicamentos essenciais para os Distritos sanitários e construídos e/ou reabilitados postos sanitários e centros de Saúde, permitindo o descongestionamento em grande escala do Centro Hospitalar da capital, e ampliadas as instalações do PMI para proporcionar uma melhor assistência materna e infantil.

Embora esforços tenham sido consentidos a nível sectorial pelo Governo, o sector de saúde ainda tem de enfrentar inúmeros desafios. No mundo rural onde 65% da população vive abaixo do limiar da pobreza e 22% na extrema pobreza, o acesso e serviços

prestados continuam deficientes. A subnutrição é mais notória no mundo rural, sobretudo nos grupos mais vulneráveis (crianças, mulheres grávidas e velhos) devido a falta de condições para uma adequada alimentação (na maior parte das vezes, apenas uma refeição por dia). A propagação do VIH/Sida tende a aumentar (taxa de prevalência nas grávidas em 2000 era de 0,1 %, mas em 2005 passou para 1.5 % e com tendência a aumentar ainda mais).

Foram desenvolvidos projectos de construção de apartamentos e melhoria dos já existentes, para idosos, deficientes e apoio às mães carenciadas.

Por outro lado, foram concedidas Bolsas de Estudo internas para a formação profissional de Jovens, capacitando-os para o primeiro emprego, favorecendo a sua inserção social e, de certa forma, a diminuição da taxa de desemprego.

- E finalmente, a necessidade de seguir a evolução da pobreza levou o Governo à institucionalização de uma **“estrutura de implementação, seguimento e avaliação da ENRP”** de forma a ter informações permanentes sobre o impacto das acções empreendidas. O Observatório de Redução da Pobreza, parte integrante da estrutura criada, que beneficia do apoio do PNUD na actual fase de instalação e organização dos seus serviços, carece ainda de recursos humanos capacitados, meios técnicos e financeiros para a visibilidade do seu enquadramento institucional.

A regulamentação e operacionalização dos seus serviços irão permitir um seguimento mais consequente das acções estratégicas programadas e a avaliação do respectivo impacto na redução da pobreza.

## 2.2. Alguns indicadores da ENRP

Embora a produção de dados estatísticos seja ainda deficiente e os inquéritos programados, designadamente o Quibb e o IOF, entre outros, ainda não tenham sido realizados, a actualização da Estratégia em 2004 permitiu conhecer a evolução de alguns indicadores, igualmente importantes para a verificação da situação em relação às metas dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento a atingir em 2015, definidas pelo Governo em 2003, assistido técnica e financeiramente pelo Sistema das Nações Unidas e com o envolvimento de todas as forças vivas do País (Cf. Anexo 1).

## SAÚDE

Os indicadores de saúde de STP, comparados com os dos países da África subsahariana continuam sendo superiores. Todavia, o estado de saúde dos Santomenses continua dependente de doenças facilmente preveníveis. Doenças de origem hídrica, má nutrição, o HIV/Sida e as insuficiências dos serviços de sistema de saúde continuam sendo as principais causas de mortalidade e morbidade da população.

O paludismo que tem sido a causa de maior mortalidade e morbidade em STP, tem manifestado um decréscimo em 2005, devido a novos métodos terapêuticos introduzidos durante 2005.

## EDUCAÇÃO

De acordo a evolução dos indicadores durante o período, constata-se uma evolução positiva em efectivos escolares a todos os níveis, salvo relativamente à percentagem de raparigas do ensino secundário nas classes 5.ª a 8.ª. Entretanto, nota-se um decréscimo no número de professores no ensino primário e uma relativa baixa de professores com formação no ensino secundário.

## EMPREGO

O inquérito à população activa, emprego e desemprego em STP, realizado em 2003, revela a existência de 55 mil efectivos activos, o que representa uma taxa de actividade de 38,3% do efectivo em todo território nacional, registando-se um desequilíbrio entre os sexos (44,6% para homens contra 31,9% para mulheres).

No que concerne ao desemprego o estudo indica que 16,4% da população está na situação de desemprego, sendo que as mulheres representam 63,7% dos afectados.

Comparando a taxa do desemprego actual (16,4%) com o registado em 2000 (14,4%), confirma-se um aumento do número de desempregados no País.

### **III. Análise contextual do Programa de Acções Prioritárias 2006-2008**

O presente capítulo aborda a visão estratégica que motiva o Governo de S. Tomé e Príncipe a organizar uma Reunião de Mesa Redonda tendo em vista a implementação da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP). Após uma apresentação objectiva sobre as possibilidades de utilização de recursos petrolíferos no futuro, justifica-se a necessidade de uma substancial ajuda internacional nos próximos três anos, como condição para que os resultados em termos de governação e redução da pobreza possam vir a constituir um quadro de política incontornável que oriente sobre os critérios de distribuição e utilização dos futuros recursos. Seguidamente, faz-se o ponto da situação de três dossiers estratégicos, respectivamente concernentes a petróleo, alívio da dívida e governação política, que embora não sejam discutidos directamente no quadro do Programa de Acções Prioritárias, fazem parte do contexto em que o Programa será implementado. Após a preparação da ENRP, houve uma rápida evolução da situação relativa a esses dossiers estreitamente interligados, pelo que se necessário partilhar as informações mais actualizadas com os participantes da Mesa Redonda.

#### **3.1. Visão estratégica**

A iniciativa de organização da Reunião de Mesa Redonda para viabilizar a implementação da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP), prende-se com a intenção do Governo de S. Tomé e Príncipe de aprofundar o diálogo com os seus parceiros de desenvolvimento sobre as políticas de crescimento e redução da pobreza. No momento em que as possibilidades de exploração de petróleo se tornam cada vez mais evidentes e alguns alimentam o sonho de um futuro fácil, o Governo faz questão de reafirmar a luta contra a pobreza como prioridade absoluta e dispõe-se a construir alianças em torno desse grande objectivo. Por conseguinte, quer dar garantias de que os recursos de exploração petrolífera - caso se concretize dentro de alguns anos - serão rigorosamente integrados em função de políticas de redução da pobreza.

A ENRP foi elaborada ao longo do ano de 2002 através de um processo participativo intenso e muito produtivo que envolveu as diferentes estruturas do Estado, o sector privado e a sociedade civil. Foi aprovada por decreto governamental e promulgado pelo Presidente da República como documento "de cumprimento obrigatório para todas as instituições e entidades envolvidas nas acções de luta pela redução da pobreza". A sua implementação deveria ter início em 2003, mas não tendo sido concluído um acordo com o FMI, devido a derrapagens sucessivas no cumprimento dos

objectivos relativos às finanças públicas, o calendário não pôde ser observado. Só no ano transacto o diálogo foi reactivado com o FMI e o Governo apresentou uma actualização da Estratégia (em Dezembro de 2004). Após uma análise conjunta das instâncias próprias do Banco Mundial e do FMI<sup>1</sup>, a ENRP foi caucionada em Abril de 2005 por ambas instituições.

De 2003 a 2005, algumas acções - financiadas pelo Orçamento Geral do Estado (OGE) e através de reorientações de projectos em curso - permitiram dar início à implementação da Estratégia. No entanto, uma tentativa de golpe de Estado em Julho de 2003 e as dificuldades financeiras do País não permitiram que o Governo dedicasse a atenção necessária à prossecução das acções previstas e disponibilizasse os financiamentos requeridos para a sua implementação.

Entretanto, a situação mudou: por um lado, um esforço considerável tornou possível repor a ordem ao nível das finanças públicas e, por outro, através do acordo assinado com o FMI em 1 de Agosto de 2005 foi restabelecido o Programa de Facilidade para a Redução da Pobreza e Crescimento (FRPC), que constitui uma das condições preliminares para se desencadear o processo conducente a um novo alívio da dívida pública.

O País deverá atingir o Ponto de Conclusão da iniciativa HIPC reforçada através da qual serão disponibilizados recursos adicionais para o financiamento das acções de redução da pobreza. A contribuição desses novos recursos, conjugados com os de investimento privado e com o apoio da comunidade internacional, deverá permitir romper com os atrasos acumulados no passado e dar um forte impulso à implementação da Estratégia.

A Estratégia visa reduzir à metade o número de pessoas que vivem abaixo do limiar da pobreza daqui até 2015. Mas para atingir esse ambicioso objectivo, não basta melhorar os serviços sociais direccionados aos pobres ou lutar contra a pobreza monetária e exclusão social. A Estratégia indica claramente que é preciso também criar um ambiente favorável à iniciativa privada, suscitar o investimento - tanto nacional como estrangeiro -, posicionar-se estrategicamente sobre alguns dos outros sectores, para além do petrolífero, e evitar a armadilha de uma economia que vive apenas de receitas de petróleo, estabelecendo as bases de uma economia competitiva aberta aos mercados externos. Isso só é possível num contexto novo, com uma administração pública moderna, eficaz e próxima dos cidadãos, finanças

---

<sup>1</sup> Joint IDA-IMF Staff Advisory Nota sobre o documento de estratégia de redução da pobreza, Março 2005. Essa nota está disponível na sala de conferência.

públicas renovadas, sendo o orçamento e o controlo das despesas públicas consideravelmente reforçados, bem como uma fiscalidade mais justa e ao nível de um Estado moderno.

Não é, portanto, por acaso que o primeiro eixo da ENRP centra-se no reforço da governação política, administrativa e judiciária, porque a governação é considerada pelo Governo como essencial para criar um ambiente favorável à luta contra a pobreza. O segundo eixo da ENRP compreende medidas para acelerar o crescimento económico, nomeadamente reformas profundas das finanças públicas. Finalmente, os três eixos seguintes são consagrados a criação de emprego, reforço dos serviços de saúde e de educação e seguimento e avaliação dos projectos e medidas de combate à pobreza.

A Estratégia, que cobre um longo período que se estende até 2015, será implementada progressivamente através de Programas de Acções Prioritárias (PAP), o primeiro dos quais corresponde ao período 2006-2008 e é objecto desta Mesa Redonda. O PAP 2006-2008 articula uma visão de utilização dos recursos do petróleo no futuro para reduzir a pobreza num contexto de encorajamento da iniciativa privada. Desenha um quadro institucional propício ao investimento nacional e estrangeiro que é essencial para acelerar o crescimento, enquanto que os recursos provenientes do petróleo e do alívio da dívida poderão ser utilizados para financiar investimentos nas infra-estruturas de base e na valorização dos recursos humanos que, de uma maneira geral, não mobilizam o interesse do sector privado.

Como será explicado nos parágrafos seguintes, as receitas regulares de exploração do petróleo só começarão a alimentar o orçamento em 2012. Entretanto, os bónus relativos à concessão de blocos para exploração serão pagos pelas empresas seleccionadas no processo de concurso público para o efeito. Mas os montantes desses bónus só serão desembolsados por ocasião da assinatura dos contratos, o que pode demorar um tempo considerável, ou vários anos. Como esses bónus são pagos de uma só vez, a lei sobre o petróleo prevê que os montantes anualmente afectados ao orçamento sejam distribuídos por plafond a fim de evitar os efeitos de acordeão. Por exemplo, do prémio de US\$ 49,2 milhões<sup>2</sup> pago pelos adjudicatários do

---

<sup>2</sup>Do montante do primeiro bónus, \$10 milhões serão utilizados para reembolsar os empréstimos de curto prazo à Nigéria e à Angola, \$9,3 milhões pagarão os atrasados à JDA, \$8 milhões serão afectados ao PIP de 2005 e o resto será depositado numa conta aberta pelo Governo junto da Reserve Federal Bank em New York.

bloco número 1, foi previsto apenas uma afectação de US\$8 milhões ao Orçamento Geral do Estado para 2005.

Essa Reunião de Mesa Redonda tem, portanto, uma dimensão particular. Ela deve permitir que o Governo lance o Programa de Acções Prioritárias, juntando os financiamentos necessários provenientes nomeadamente do alívio da dívida, do crescimento do investimento privado, graças à melhoria do clima de negócios, ou ainda de uma melhor utilização das receitas do Estado e das ajuda e dos empréstimos concessionais. Esse programa constituirá a prova tangível para os cidadãos de STP da determinação do Governo em reduzir a pobreza, o que incentivará a sua participação nesse empreendimento colectivo. Se os financiamentos reunidos forem suficientes para induzir mudanças quantitativas e qualitativas nas condições do desenvolvimento, esse PAP produzirá uma dinâmica económica e social que permitirá determinar a utilização das futuras receitas do petróleo num projecto social susceptível de ter impacto positivo e partilhado pela nação.

Ao longo dos próximos seis ou sete anos, até que as receitas de exploração petrolífera comecem a alimentar de forma regular o Orçamento Geral do Estado e os resultados da política de crescimento e de diversificação da economia proporcionem novos recursos, a ajuda internacional continuará a ser essencial para a implementação de políticas activas de redução da pobreza. Porém, o mais importante é que dela resulte uma dinâmica social, condicente com as exigências de resultados e prestação de contas, contribuindo para dar forma a um núcleo de políticas incontornáveis. Estas jogarão um papel determinante no sentido da canalização das receitas de petróleo para investimentos prioritários a favor dos pobres e do lançamento das bases para um desenvolvimento durável em que as oportunidades de cada um serão maiores e mais numerosas.

No momento em que vários países africanos começaram ou estão em vias de começar a exploração dos seus recursos petrolíferos, a experiência de S. Tomé e Príncipe pode emergir como uma operação piloto em que uma parceria com a comunidade internacional permitirá tirar numerosos ensinamentos úteis para demonstrar a justeza das políticas de governação e das suas interacções com o desenvolvimento.

### **3.2. Análise contextual**

Antes de passar ao exame da Estratégia e do seu Programa de Acções Prioritárias 2006 - 2008, importa fazer o ponto da situação relativa a três questões estratégicas que constituem o quadro de fundo face ao qual

o Programa será implementado. Trata-se nomeadamente dos trabalhos de pesquisa e de valorização dos jazigos petrolíferos, do processo de alívio da dívida pública e da governação política, judiciária e administrativa. Essas questões preocupam os parceiros de desenvolvimento e suscitam esclarecimentos da parte do Governo.

As questões de governação económica, para além das relativas ao petróleo, não serão tratadas neste capítulo. Elas serão desenvolvidas no capítulo relativo ao PAP.

### **3.2.1. Os recursos de petróleo e sua gestão**

Na história de desenvolvimento baseado nos recursos naturais, particularmente no caso do petróleo, abundam fracassos na busca de um desenvolvimento durável e equitativo, bem como os perigos de golpes de Estado e de instabilidade política. O enriquecimento demasiado rápido gerado pela exploração do petróleo tem o risco de exacerbar as desigualdades sociais, criar um clima desfavorável à inovação e ao empresariado e de não beneficiar à população. Salvo nos países onde esses jazigos mineiros são consideráveis, essa riqueza é na maior parte das vezes de curta duração - duas ou três gerações -, e após a sua exploração o País pode se encontrar na situação paradoxal de estar mais pobre do que antes e, além disso, com dívidas avultadas facilmente contraídas durante a fase de exploração.

A elite dirigente santomense, tanto no poder como na oposição, está consciente dessa problemática. No ano passado o Governo tomou a importante iniciativa de organizar mais de 40 consultas populares para sensibilizar a população sobre a significação económica e social do petróleo, explicar o carácter aleatório dos trabalhos de exploração, informar sobre as possíveis consequências de uma exploração petrolífera e tentar conter as expectativas da população, enquadrando os recursos petrolíferos numa perspectiva de desenvolvimento nacional, tendo em conta a rica experiência acumulada por numerosos países produtores de petróleo, tanto desenvolvidos como em vias de desenvolvimento.

Essa Mesa Redonda retoma essa iniciativa, mas dá-lhe novas dimensões, enquadrando a política de desenvolvimento numa estratégia nacional de luta contra a pobreza que foi longamente discutida com as forças vivas da nação. Essa Estratégia reflecte as aspirações da população e engaja toda a administração e a classe política.

Como resultado da sobreposição de fronteiras marítimas entre S. Tomé e Príncipe e Nigéria, os dois países decidiram pelo Tratado de Abuja criar uma zona de desenvolvimento conjunto (Joint Development Zone, JDZ) com o objectivo de desenvolver conjuntamente os recursos petrolíferos e outros existentes na zona. Para a administração da zona foi estabelecida a Autoridade de Desenvolvimento Conjunto (Joint Development Authority, JDA) sob a responsabilidade política do Conselho Ministerial Conjunto (JMC). As disposições fundamentais do Tratado para a administração e gestão da JDZ são:

- Partilha de recursos com base no princípio definido de observância da proporção de 60/40 para a Nigéria e S. Tomé e Príncipe respectivamente;
- JDZ é válida por um período de 45 anos, podendo ser objecto de revisão após 30 anos;
- Não renúncia pelos países da delimitação de fronteiras marítimas.

Paralelamente a JDZ, S. Tomé e Príncipe possui a sua Zona Económica Exclusiva (ZEE) sob a jurisdição do Estado santomense.

Em Abril de 2003, a JDA lançou o primeiro concurso público para a atribuição de nove «blocos» localizados na JDZ. Entretanto, o Conselho Ministerial Conjunto adjudicou somente o bloco 1, tendo como operadora a Chevron-Texaco (51%), sendo outras empresas a Exxon-Mobil (40%) e o consórcio nigeriano-norueguês Energy Equity Resources (9%).

Desde 1 de Fevereiro de 2001 foi assinado o contrato de partilha de produção para o bloco 1, do qual resultou em Julho de 2005 o bónus de assinatura no montante de 123 milhões de dólares, cabendo à parte santomense 49,2 milhões de dólares com base no princípio de partilha estabelecido.

Os trabalhos de perfuração para confirmar a presença de jazigos tecnicamente exploráveis e em condições de rentabilidade económica e comercial devem começar em Janeiro de 2006.

Um outro concurso público foi lançado nos finais de 2004 para a adjudicação de cinco blocos que totalizaram o montante de US\$113,2 milhões, dos quais \$56 milhões caberão à STP. Esse bónus ainda não foi pago, considerando que prosseguem as negociações de contrato de partilha de produção com as empresas adjudicatárias.

Se STP vier a ser um produtor de petróleo, irá ter de se confrontar com vários desafios : a) assegurar-se de que os recursos petrolíferos não vão contribuir para desequilíbrios macroeconómicos e provocar uma apreciação da taxa de câmbio real e uma sobrevalorização dos custos locais dos factores, o que seria muito desfavorável para a política de diversificação e de desenvolvimento da competitividade da economia que o Governo deseja seguir; b) evitar que a exploração petrolífera venha a constituir um enclave sem efeito multiplicador na economia nacional; c) controlar o fluxo das receitas petrolíferas para que a sua rapidez - ou a expectativa desses fluxos - não venham a constituir um factor de desestabilização da governação e transparência, e d) garantir que essas receitas sirvam prioritariamente para financiar as despesas públicas para os pobres.

A resposta a esses desafios compreende a) uma boa gestão macroeconómica dos recursos petrolíferos; b) um sistema de afectação de recursos para actividades prioritárias de luta contra a pobreza, num contexto de transparência proporcionado pelo quadro institucional; c) a diversificação da economia nos sectores não ligados a petróleo, diminuindo os custos de transacção, aumentando a eficiência dos serviços e favorecendo a abertura de novos mercados, num contexto de condições mais favoráveis ao desenvolvimento do sector privado; d) o desenvolvimento das capacidades nacionais para fornecer serviços à indústria petrolífera, reforçando nomeadamente a formação profissional e especialização para domínios de actividades ligadas à exploração petrolífera. Posicionar-se para ser competitivo e aumentar o conteúdo local das actividades ligadas ao petróleo é uma estratégia que pode ter um efeito muito positivo sobre os pobres através da criação de postos de trabalho e de pequenas empresas. Esses diferentes pontos foram tomados em consideração por ocasião da preparação da Estratégia e das acções concretas no Programa de Acções Prioritárias.

O Governo tomou iniciativas no sentido de enfrentar esses desafios.

Em primeiro lugar, em Junho de 2004, os Presidentes de S. Tomé e Príncipe e da Nigéria assinaram uma Declaração, conhecida como Declaração de Abuja, através da qual os dois países se comprometem a respeitar a transparência na regularização de todas as despesas relativas à exploração na JDZ. Essa declaração foi redigida, seguindo o modelo de Iniciativa sobre a Transparência das Industrias Extractivas lançado pelo Reino Unido em 2002 na África do Sul (Joanesburgo).

Em segundo lugar, nos finais de 2004, a Assembleia Nacional aprovou a lei sobre a gestão dos recursos petrolíferos, que estabelece um quadro legal para uma gestão transparente e eficiente desses recursos. Essa lei, cuja preparação contou com a assistência técnica de dois grupos de peritos, um de Alaska, e outro do «Earth Institute» da Universidade de Columbia, New York, foi objecto de discussões aprofundadas por um comité especial da Assembleia Nacional e em três conferências nacionais organizadas com o apoio do Banco Mundial e do PNUD.

A lei sobre gestão dos recursos petrolíferos contempla as operações conjuntas com a Nigéria na Zona de Desenvolvimento Conjunto (JDZ), bem como as da Zona Económica Exclusiva (ZEE). Ela prevê, nomeadamente, as disposições para assegurar a transparência e o dever de prestação de contas : a) o estabelecimento de um fundo de petróleo (Conta Nacional de Petróleo, CNP), aberta junto de um banco estrangeiro que deverá receber os fundos provenientes dos recursos petrolíferos; b) a auditoria das contas por uma firma internacional ; c) a disseminação de informação via Internet sobre as operações de exploração e os recursos recebidos; d) o estabelecimento de um comité de investimento que decidirá sobre as afectação dos recursos acumulados no CNP; e) a interdição de empréstimo ou utilização paralela dos recursos de petróleo, presentes ou futuros, pelo Estado ou pela JDA, a criação de um Comité de Fiscalização, bem como de um Gabinete de Registo e Informação Pública.

No que concerne à utilização dos recursos do petróleo, a lei estabelece um plafond para as transferências de recursos da CNP para o Orçamento Geral do Estado. Relativamente ao período que precede à produção, o limite estabelecido visa assegurar os levantamentos no tempo, mas a partir da soma total dos bónus de assinatura dos acordos de exploração dos blocos. Depois, relativamente ao período de produção, os limites previstos de transferências para o orçamento deverão permitir a constituição de um Fundo para as gerações futuras. Está também previsto que as transferências ao orçamento deverão ser utilizadas para financiar programas seleccionados no âmbito da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza.

Após a promulgação dessa lei, uma conta foi aberta no Federal Reserve Bank de New York e o primeiro bónus foi nela depositado. Também foi criado o comité de investimento. São progressos importantes que deverão ser seguidos de outras medidas, nomeadamente o reforço do sistema judiciário e dos serviços de inspecção, para garantir o bom funcionamento do edifício institucional criado.

Por outro lado, para evitar os efeitos de enclave, caracterizados pela ausência de efeitos multiplicadores da exploração petrolífera na economia nacional, o PAP previu um programa de formação de quadros técnicos e operários, que poderão ser empregados em pequenas e médias empresas santomenses, ligadas à exploração petrolífera, como por exemplo, nos serviços de manutenção e de abastecimento. Esse programa foi preparado em estreita cooperação com o sector privado. Além disso, as medidas macroeconómicas contidas no PAP contribuirão para oferecer um quadro favorável à criação e/ou expansão de empresas já existentes que queiram instalar-se nesse nicho de mercado.

Em conclusão, sobre essa questão delicada do petróleo, a posição do Governo pode ser resumida de maneira seguinte:

- Existem ainda numerosas incertezas no que concerne à existência e importância de jazigos petrolíferos exploráveis nas condições técnicas e económicas actuais.
- As receitas regulares de exploração dos lençóis petrolíferos não devem estar disponíveis antes de 2012. Como consequência, a curto e médio prazos, a ajuda e empréstimos concessionais continuarão a ser elementos estratégicos da política de desenvolvimento de STP.
- Essa ajuda deverá favorecer um aumento de investimento nacional e estrangeiro, bem como aumentar a eficácia na despesa pública, o que permitirá eventualmente uma diminuição progressiva dos fluxos da APD.
- Na hipótese mais favorável, os recursos gerais provenientes de petróleo constituirão uma oportunidade de desenvolvimento para o País, mas deverá ser gerido de forma prudente, inserir-se numa política de diversificação da economia, baseado numa maior competitividade e financiar prioritariamente as despesas de elevado impacto na redução da pobreza.

Todavia, a diversificação da economia só será realizável se a pobreza for fortemente reduzida, se os homens e mulheres de S. Tomé e Príncipe tiverem acesso a educação e cuidados de saúde de qualidade, se as instituições económicas forem reforçadas e as infra-estruturas melhoradas e se a transparência na utilização das receitas de petróleo for efectivamente aplicada.

Seja qual for o resultado das eleições legislativas e presidenciais do próximo ano, há um consenso nacional forte em torno da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza e o Governo está confiante que a política de desenvolvimento baseada na redução da pobreza, na luta contra a exclusão social e na melhoria dos índices de saúde, educação, entre outros, constitui um conjunto de valores fundamentais partilhados por toda a população que permitirá promover uma utilização prudente das receitas de petróleo baseado na redução da pobreza.

### 3.2.2. A sustentabilidade da dívida

A segunda questão é relativa à dívida. Após ter atingido o Ponto de Decisão da Iniciativa HIPC em Dezembro de 2000, estava previsto que o Ponto de Conclusão seria atingido em 2003. Todavia o País conheceu imensas dificuldades no cumprimento das condições que teriam permitido concluir esse processo.

Essa situação alterou com a assinatura do acordo em Agosto de 2005 e estabelecimento de um programa de Facilidade de Redução da Pobreza e Crescimento Económico (FRPC) com o FMI para o período 2005-2007. No entanto, uma das mais importantes condições para se atingir o Ponto de Conclusão da Iniciativa HIPC, para além do respeito dos grandes equilíbrios macroeconómicos e das reformas acordadas com as instituições de Bretton Woods, é a existência e implementação de uma estratégia de redução da pobreza. O documento de ENRP é consistente e não encontrou objecções por parte dos conselhos de administração do Banco Mundial e do FMI em Abril deste ano. A sua implementação constitui precisamente o objecto dos trabalhos dessa Mesa Redonda.

O Governo espera poder atingir o Ponto de Conclusão em Julho de 2006. Desse facto resultará um alívio considerável da dívida pública, o que permitirá aumentar os fundos HIPC para afectação ao Programa de Investimento Público (PIP) de US\$ 5,7 milhões em 2005 para US\$ 8,9 milhões em 2006, devendo esse montante estabilizar-se em torno dos US\$ 8,2 nos anos subsequentes.

A questão fundamental da sustentabilidade da dívida continua todavia preocupante. Com efeito, mesmo depois de beneficiar do alívio da dívida correspondente ao Ponto de Conclusão em 2006, o Valor Presente Líquido (NPV) do ratio da dívida em relação às exportações continuará a ser de cerca de 270 por cento<sup>3</sup>, o que é um dos ratios mais elevados do mundo. A

---

<sup>3</sup> Portanto, antes da comercialização do petróleo.

mesma simulação efectuada em 2001 projectava para 2003 um NPV do ratio da dívida restante em relação às exportações de cerca de 35%. Segundo a explicação apresentada na Estratégia de Assistência ao País (CAS) de 2005, do Banco Mundial, a diferença explica-se de forma seguinte:

- Os prazos acumulados para atingir o Ponto de Conclusão. O resultado foi que STP apenas beneficiou de um alívio provisório da sua dívida por parte de alguns credores.
- O crescimento das exportações é inferior ao projectado. Por outro lado, no momento do Ponto de Decisão, previa-se que a comercialização do petróleo começaria em 2006.
- A diminuição das taxas de juro e a depreciação do dólar, dois factores que aumentam o valor em dólares do Valor Presente Líquido da dívida.

O País permanecerá, portanto, muito vulnerável aos choques externos<sup>4</sup>. O ratio da dívida em relação às exportações só se tornará sustentável em 2012 com a concretização das receitas de petróleo. Além disso, o serviço da dívida em relação às exportações permanecerá em cerca de 43 por cento até 2011, o que é indicativo de uma situação potencialmente arriscada. Nesse contexto, o Governo deverá continuar a implementar uma política fiscal muito prudente, adoptando uma estratégia de crescimento que permita garantir o pagamento do serviço da dívida dentro do prazo e diminuir a vulnerabilidade aos choques.

No entanto, ao alcançar o Ponto de Conclusão, o País tornar-se-á elegível nos termos já acordados pelo G-8 em Gleneagles para os outros 18 países da Iniciativa HIPC. A solução mais favorável, pelo menos numa perspectiva de médio prazo, seria a anulação da dívida multi-lateral de STP. Isso permitiria concentrar sobre as reformas e os progressos socioeconómicos que devem ser conseguidos antes da comercialização do petróleo, para que o País possa estar em condições de beneficiar plenamente das receitas de petróleo.

### 3.2.3. Governação política

Finalmente, as questões de governação política, administrativa e judiciária devem ser abordadas. Na verdade, o primeiro capítulo da ENRP aborda francamente esse problema: o Governo considera que o reforço e,

---

<sup>4</sup> Banco Mundial, Estratégia de Assistência ao País para S. Tomé e Príncipe, Abril 2005, Anexo 1: Sustentabilidade da dívida.

se necessário, a criação de instituições democráticas de governação que assegurem a transparência e o dever de prestação de contas é essencial para lutar contra a pobreza e exclusão social. Considera esse passo como condição prévia para uma acção governamental eficaz nesse domínio.

S. Tomé e Príncipe festejou o 30.º aniversário da sua independência em Julho do corrente ano. Trinta anos é pouco na vida de uma Nação, tanto mais que o primeiro decénio foi dominado por um regime político baseado num partido único, seguindo o modelo dos países socialistas. Esse primeiro esforço de organização política do novo Estado independente deu mostras de esgotamento em meados dos anos 80 e o regime caiu aquando do desmoronamento dos regimes socialistas da União Soviética e da Europa do Leste. S. Tomé e Príncipe optou então por uma organização democrática e, em 1990, a Segunda República nasceu. Ela baseia-se numa nova Constituição Política. Os órgãos de soberania ajustam-se a um Estado de Direito, partindo do princípio que a soberania do Estado pertence ao povo santomense que a exerce por via de sufrágio universal.

Essas reformas consolidaram os direitos cívicos e políticos ao longo dos anos 90. O principal incidente dessa década foi a tentativa do golpe de Estado militar registado em 1995, que, no entanto, não impediu que a transferência de poder fosse feita de acordo com as eleições legislativas e presidenciais sucessivas, seguindo as regras democráticas. Houve, porém, uma outra tentativa de golpe de Estado em Julho de 2003 fomentada pelos militares; foi resolvido de forma pacífica com o apoio dos parceiros internacionais. Esse incidente político deu lugar à realização em 2004 de um Fórum Nacional de Reconciliação.

Portanto, em quinze anos o País conseguiu criar instituições de governação de um País democrático, mas sobretudo assegurar um funcionamento relativamente satisfatório. Se se compara a situação de STP com a de muitos países africanos, o contraste é notório, porque no seu conjunto STP encontrou meios de assegurar uma mediação pacífica dos conflitos; por outro lado, não há violência inter-étnica e existe uma cultura de paz e de tolerância. O sistema eleitoral funciona e as eleições são realizadas de forma satisfatória. A passagem do poder de um Governo a outro faz-se calmamente e sem animosidade. A imprensa escrita é livre e muitas vezes reflecte críticas a dirigentes e instituições políticas.

A Assembleia Nacional funciona regularmente, aprova o orçamento e faz o seu trabalho legislativo. No entanto, os conflitos entre o Governo e o Presidente são frequentes e por vezes seguidos de mudanças do elenco

governamental - um factor negativo para a estabilidade do pessoal de direcção e acção governamental. Uma reforma constitucional tornar-se-ia necessária para remediar a situação e poderia ser empreendida durante a próxima legislatura.

No que concerne ao poder judicial, após a preparação da ENRP em 2002, várias reformas importantes foram feitas. A independência do sistema judiciário foi reforçada. Um Tribunal de Contas foi criado, o que se considera um desenvolvimento bastante positivo para assegurar uma melhor governação. Beneficiou de alguns apoios externos e encontra-se actualmente em funcionamento, embora progressos tenham ainda de ser feitos no âmbito do cumprimento da sua missão. Por outro lado, foram transitoriamente atribuídas competências constitucionais ao Supremo Tribunal de Justiça e está em curso o processo de instalação e organização do funcionamento desse mecanismo.

No entanto, torna-se urgente a necessidade de revisão dos códigos legais alguns dos quais datam da época colonial e não acompanharam a evolução da sociedade e da economia. De igual modo torna-se necessário assegurar o cumprimento rigoroso das leis. Existe uma cultura que em matéria legal gera muitas vezes a indisciplina e/ou desprendimento e que faz com que as disposições legais e os procedimentos em vigor não sejam devidamente seguidos. Por exemplo, as regras que regem os concursos públicos e a adjudicação para a aquisição de bens e serviços são na maior parte das vezes negligenciadas ou deficientemente aplicadas. Trata-se de um problema a ser solucionado com o desenvolvimento das actividades petrolíferas e a transformação das funções da administração pública no sentido da planificação, definição dos quadros de regulação da actividade económica, preparação de políticas, redacção de concursos públicos, a sua avaliação técnica e financeira e a negociação de contratos com as empresas que ganham os concursos.

Na situação actual, o funcionamento dos mercados públicos é, pois, pouco satisfatório. Torna-se, portanto, necessário rever os códigos e adaptá-los ao mundo moderno, mas sobretudo prever os mecanismos de implementação e reforçar as capacidades judiciárias existentes. Um projecto de governação está previsto no PAP para reforçar esse sector. Além disso, o facto da imprensa falar livremente dos abusos e irregularidades e as autoridades judiciárias demonstrarem a vontade de intervir é sobremaneira encorajador para a implementação desse projecto inscrito no PAP 2006-2008.

#### IV. Estratégia do Programa de Acções Prioritárias (PAP) 2006-2008

Ao longo dos três anos que se seguiram à adopção da ENRP, vários projectos, com o objectivo de reduzir a pobreza ou algumas das suas manifestações sectoriais, foram financiados por parceiros de desenvolvimento de S. Tomé e Príncipe. Conforme se mostrou no capítulo precedente, foram registados resultados sectoriais não negligenciáveis, como por exemplo, o aumento da população com acesso a abastecimento de água potável, a reabilitação e manutenção das estradas secundárias ou ainda no início deste ano, a acção empreendida com muito sucesso, ao que parece, para controlar o vector do paludismo.

Apesar desses resultados encorajadores, seria exagero dizer que os Programas de Investimentos Públicos 2003-2005 correspondentes a esse período tenham sido especificamente direccionados no sentido da implementação da ENRP. Na maior parte das vezes a elaboração dos PIP anuais seguiu um expediente metodológico ad hoc, guiada por interesses sectoriais pontuais ou por situações de emergência, alheio a qualquer plano do conjunto e de busca de convergência. As sinergias e ligações intersectoriais, bem como os temas transversais não foram consequentemente tidas em conta. É de se reconhecer também que, durante esses três últimos anos, a preparação e a execução dos PIP foram afectados, tanto por falta de coordenação da ajuda internacional, como pela suspensão ou afrouxamento de financiamentos externos, na sequência das derrapagens macroeconómicas e da ausência de um acordo com o FMI.

Hoje o contexto é diferente. O lançamento de um Programa de Acções Prioritárias (PAP), 2006-2008, conforme acordado com as instituições de Bretton Wood, é um instrumento que permitirá implementar a ENRP, conjugando as energias das forças vivas da nação e dos parceiros de desenvolvimento em torno de um projecto de sociedade mais igualitária. O PAP tem a ambição de mudar o perfil da pobreza do País e o bem-estar das populações, posicionando-se num caminho de crescimento mais rápido. Compreende ao mesmo tempo medidas de política, acções legislativas e regulamentares, reestruturação e reorganização das administrações e um Programa de Investimento Público (PIP).

Como em S. Tomé e Príncipe as capacidades institucionais ainda precisam ser reforçadas, as «medidas» também são inseridas no PIP, porque compreendem diferentes acções que necessitam de financiamento - construção de edifícios, assistência técnica, compra de bens e serviços. Por isso, para além do PIP, este capítulo compreende também um quadro

relativo a medidas (Cf. Anexo 7). Nesse sentido, projecta as dimensões de política, reformas institucionais e organizacionais, disposições legais e reguladoras, planificação estratégica e programação a médio prazo que, em paralelo com o PIP, são essenciais para a implementação da Estratégia. E, por fim, essa lista será complementada com um quadro relativo aos financiamentos nacionais e externos já disponíveis e a mobilizar.

O PIP 2006-2008 foi preparado por um Comité de Pilotagem, criado pela Primeira-Ministra e Chefe do Governo, composto de representantes dos Ministérios sectoriais. Por ocasião da sua preparação, houve consultas junto dos representantes da Sociedade Civil, do Sector Privado formal e informal, dos empresários, mulheres e homens, dos responsáveis dos órgãos de poder dos Distritos e da Região Autónoma do Príncipe, dos representantes do Supremo Tribunal da Justiça, dos Ministros, dos representantes da Assembleia Nacional e do Presidente da República.

A preparação do PIP também beneficiou das recomendações feitas no quadro de um Atelier de Auscultação que reuniu, em 9 de Setembro de 2005, na capital do País, os representantes dos Órgãos de Soberania com os dos órgãos de Poder Regional e Local, do Sector Privado e da Sociedade Civil em geral, visando a construção de consensos em torno do Programa de Acções Prioritárias. Seguidamente o Conselho de Ministros procedeu à arbitragem das propostas técnicas apresentadas. Por outro lado, ao longo de todo o processo, uma campanha de informação nos meios de comunicação social nacional teve como objectivo a sensibilização da população sobre os desafios e propósitos da Reunião de Mesa Redonda.

O PIP deslizante 2006-2008 responde de forma coerente à procura social crescente de melhoria das condições de vida das populações, particularmente dos mais pobres e vulneráveis. Sem concessão, compõe-se de projectos e programas quase exclusivamente centrados sobre a redução da pobreza, que ultrapassam as clivagens sectoriais tradicionais. Com efeito, o País é cada vez mais gravemente tocado por esse flagelo e os Santomenses que vivem abaixo do limiar da pobreza passaram de 30 a 54 por cento da população nos últimos dez anos.

Essas cifras traduzem uma deterioração do nível de vida que deixa perplexo. Ela produz-se num País onde a formação do capital humano, nomeadamente sob o ângulo dos níveis de saúde e educação, é relativamente superior à observada em muitos países ao sul do Sahara. No entanto, alguns desses países têm rendimento per capita superiores e taxas de crescimento da economia mais elevadas que as observadas em S. Tomé e Príncipe.

Esse paradoxo pode explicar-se pelo jogo dos diferentes factores que interagem e cujos efeitos negativos se reforçam mutuamente. Nota-se nomeadamente que : (i) a passagem de uma economia socialista centralizada para uma economia de mercado é muito mais complexa do que se pensa. Implica rupturas e reconstruções institucionais algumas das quais estão actualmente em vias de realização em STP; (ii) a degradação das infra-estruturas rodoviárias e portuárias tornou-se irreversível e constitui uma grande desvantagem para o relançamento do sector rural, e (iii) há a ausência de serviços essenciais para o funcionamento de uma economia do mercado, como por exemplo, a ausência de crédito de campanha e crédito de médio prazo para as produções agro-sylvo-pecuárias e a pesca.

Esses factores limitativos são ainda reforçados pelas características do sector privado - essencialmente constituído por micro-empresas do sector informal e de algumas pequenas e médias empresas do sector moderno - e pela pequena dimensão de economia de um país insular. Nesse contexto, as economias de escala são pouco importantes. Uma solução seria a penetração nos mercados externos, nomeadamente da sub-região, mas isso exigiria uma produtividade acrescida que permitiria baixar os custos de exportação a fim de torná-los concorrentes com os dos produtos fabricados pelas empresas instaladas nesses países.

Para além do investimento público que permaneceu durante esses últimos anos a principal fonte de crescimento da economia, os sectores agrícola e industrial não registaram progressos significativos. Quanto aos serviços, embora constituam uma parte importante do PIB, não se situam na economia moderna e não geram um valor acrescentado significativo.

Nesse contexto a economia gerou a partir de 2002 um crescimento anual de quatro por cento. É melhor do que nos anos precedentes, mas nitidamente insuficiente para atingir os objectivos da ENRP no horizonte de 2015. O Governo pensa que a performance da economia está abaixo das suas potencialidades, tendo especialmente em conta a qualidade do capital humano existente. Mas a análise não pode ser conduzida somente em termos de oportunidade económica. Também é preciso ter em conta o recuo dos indicadores sociais durante o último decénio. Por detrás da escassez de números há muitos dramas humanos, potencialidades que talvez não venham a ser nunca exploradas, muitas oportunidades de desenvolvimento de indivíduos e da sociedade desperdiçadas.

#### 4.1. Opções estratégicas do Programa de Acções Prioritárias

Para preparar o Programa de Acções Prioritárias 2006-2008, uma análise do tipo «caminho crítico» permitiu a identificação das etapas necessárias para atingir no horizonte 2015 os objectivos fixados pela Estratégia. Para essa primeira etapa, a prioridade consiste em criar as condições necessárias para um crescimento cujo motor será o sector privado, sem comprometer as conquistas sociais desses últimos anos.

Com efeito, para sair da armadilha da pobreza em que o País se encontra desde há vários anos, torna-se indispensável acelerar a taxa de crescimento da economia, favorecendo o investimento privado, incluindo o investimento directo estrangeiro, e criando um meio incitador a fim de aumentar as oportunidades de emprego e de rendimento. Paralelamente, prevê-se o empreendimento de acções que tenham como alvo os pobres e excluídos, a fim de garantir uma rede de segurança que permita a prazo a sua reinserção na vida sócio-económica. Paralelamente, tenta-se reforçar o tecido social através de processos participativos que associam a sociedade civil às acções de redução da pobreza.

Para alcançar esse duplo objectivo, que em certa medida pode parecer contraditório, a estratégia de implementação do PAP prevê três grandes categorias de acções:

1. A implementação e/ou aprofundamento de reformas nos sectores das finanças públicas e dos quadros legais ou regulamentares que afectam as decisões dos empreendedores privados, incluindo os pobres.
2. O lançamento de um programa de obras públicas importantes - estradas, porto e aeroporto, energia e água - visando desenclavar o País e diminuir os custos de produção e de comercialização. Como consequência da superação do duplo enclavamento - insular e do campo -, que afecta negativamente a vida económica e social, poderão surgir iniciativas económicas importantes que venham a beneficiar em grande medida os pobres. Esse grande programa de obras públicas, cujo custo é significativamente elevado, justifica-se, dada a necessidade de se ultrapassar a paralisia progressiva da actividade económica, resultante da degradação avançada das infra-estruturas de base, pelas seguintes razões:
  - A falta de manutenção das estradas - principais e secundárias - desde há muitos anos e as condições muito rudes do clima

equatorial tiveram consequências nas infra-estruturas rodoviárias. Disso resulta, em certos casos, comunicações difíceis ou mesmo impossíveis entre as estradas principais e os centros de produção, bem como custos elevados de transporte que agravam a rentabilidade das explorações agrícolas.

- Quanto ao aeroporto, ele não responde às normas internacionais de segurança e, por conseguinte, os custos de exploração também são muito elevados.
  - No concernente ao porto de S. Tomé, as instalações são velhas e registam avarias frequentes, o que engendra custos adicionais importantes para o carregamento e descarregamento dos barcos.
  - De igual modo, as instalações de produção e distribuição de energia eléctrica não acompanharam o aumento da procura ; ao longo dos anos, a produção de energia eléctrica desenvolveu-se quase exclusivamente com base na procura da cidade de S. Tomé, negligenciando os campos e os centros secundários, o que contribui para o sentimento de empobrecimento dos campos e a ausência de oportunidades de desenvolvimento.
3. Travar a degradação do capital humano é uma prioridade absoluta do PAP; a estratégia para os próximos três anos consiste em melhorar a qualidade de educação e o seu acesso aos pobres, e em oferecer aos estudantes do segundo ciclo a possibilidade de se orientarem para um ensino técnico e profissional. Em matéria de saúde, vai-se dar continuidade aos programas de luta contra o SIDA e o vector do paludismo, bem como à especialização do Centro Hospitalar de S. Tomé, paralelamente à melhoria dos cuidados de saúde nos centros distritais e nos postos secundários. Por outro lado, vão ter continuidade as acções direccionadas e integradas visando os grupos extremamente pobres.

As despesas de investimento público projectadas para o triénio 2006-2008 atingem um montante global de USD 168,7 milhões (Cf. Anexo 3). Em comparação com o PIP 2003-2005, as despesas projectadas tiveram um crescimento de cerca de 43%.

Os financiamentos assegurados perfazem um montante de USD 74,9 milhões, ou seja cerca de 44,4% das despesas totais programadas para o período. Desses recursos assegurados, ca. de 23,1% serão provenientes dos

fundos da Iniciativa HIPC, num montante de USD 17 milhões aproximadamente (Cf. Anexo 4). Para o financiamento das acções projectadas, o Governo ainda precisa de mobilizar USD 93,8 milhões junto dos parceiros de desenvolvimento S. Tomé e Príncipe (Cf. Anexo 2).

#### 4.1.1. Análise funcional

A metodologia de preparação do PIP 2006-2008 permitiu ultrapassar as abordagens sectoriais clássicas. Pelo contrário privilegiou as análises e as acções transversais baseadas nos cinco eixos - governação, crescimento acelerado, oportunidade de rendimento para os pobres, desenvolvimento dos recursos humanos e seguimento e avaliação - em que se organiza a ENRP. Essa abordagem reforçou a coerência das políticas sectoriais e permitiu buscar resultados concretos sobre a vida e o bem-estar das populações, nomeadamente os grupos mais pobres.

**Quadro n.º 2 PROGRAMA DE ACÇÕES PRIORITÁRIAS PARA A BOA GOVERNAÇÃO E REDUÇÃO DA POBREZA 2006-2008**

	Custo em USD 000	% Total por Eixo	% Total dos Eixos
<b>EIXO I – REFORMA DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS, REFORÇO DAS CAPACIDADES E PROMOÇÃO DE UMA POLÍTICA DE BOA GOVERNAÇÃO</b>			
1. Governação Política, Reforma das Instituições Públicas e Reforço das Capacidades	3.365	17%	
2. Governação Regional e Local	1.300	7%	
3. Governação Económica e Financeira	9.525	48%	
4. Governação Judiciária	4.505	23%	
5. Promover a Sociedade Civil e o seu engajamento participativo na luta contra a pobreza	1.085	5%	
<b>TOTAL EIXO I</b>	<b>19.780</b>	<b>100%</b>	<b>12%</b>
<b>EIXO II - CRESCIMENTO ACELERADO E REDISTRIBUTIVO</b>			
1. Criação de um ambiente favorável ao sector privado	980	2%	
2. Desenvolvimento e modernização da agricultura, pecuária, floresta e pesca	4.400	7%	
3. Desenvolvimento da agro-indústria	540	1%	
4. Dinamização de um turismo de qualidade	1.000	2%	
5. Centro de transbordo	700	1%	
6. Liberalização das telecomunicações	150	0%	
7. Transportes	41.413	70%	
8. Energia	5.476	9%	
9. Água e saneamento	974	2%	
10. Implementação das convenções sobre ambiente	3.399	6%	
<b>TOTAL EIXO II</b>	<b>59.032</b>	<b>100%</b>	<b>35%</b>
<b>EIXO III – CRIAÇÃO DE OPORTUNIDADES DE AUMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DE RENDIMENTO PARA OS POBRES</b>			
1. Melhoria da garantia de posse de terra	125	0%	
2. Aumento de rendimento agro-pecuário e pesqueiro	11.500	26%	
3. Garantia de segurança alimentar	2.500	6%	
4. Melhoria das infra-estruturas rurais incluindo o abastecimento de água	22.163	51%	
5. Melhoria dos serviços e infra-estruturas urbanas	5.200	12%	
6. Programa de acompanhamento	2.220	5%	
<b>TOTAL EIXO III</b>	<b>43.708</b>	<b>100%</b>	<b>26%</b>
<b>EIXO IV - DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS E MELHORIA DO ACESSO AOS S. SOCIAIS BÁSICOS</b>			

Quadro n.º 2 PROGRAMA DE ACÇÕES PRIORITÁRIAS PARA A BOA GOVERNAÇÃO E REDUÇÃO DA POBREZA 2006-2008

	Custo em USD 000	% Total por Eixo	% Total dos Eixos
<b>1. SAÚDE</b>			
1.1 Reestruturação e reforço dos serviços de saúde de base	9.475	49%	
1.2 Reforço dos serviços especializados do Hospital Central e serviços centrais de saúde	3.015	16%	
1.3 Programa de luta contra as doenças	4.571	24%	
1.4 Programas de prevenção	2.095	11%	
<b>SUB_TOTAL SAÚDE</b>	<b>19.156</b>	<b>100%</b>	
<b>2. EDUCAÇÃO</b>			
2.1 Reforço do sistema educativo nacional	1.132	5%	
2.2 Formação de professores	1.731	7%	
2.3 Generalização e melhoria do ensino de base	4.095	17%	
2.4 Melhoria da qualidade do ensino secundário	4.751	20%	
2.5 Estabelecimento do ensino técnico profissional	3.700	16%	
2.6 Apoio ao sócio-educativo	8.043	34%	
2.7 Cultura e desenvolvimento	300	1%	
<b>SUB_TOTAL EDUCAÇÃO</b>	<b>23.752</b>	<b>100%</b>	
<b>3. PROTECÇÃO SOCIAL</b>			
3.1 Apoio as Mães carenciadas	1.500	89%	
3.2 Apoio aos Órfãos, Deficientes e Idosos extremamente carentes	180	11%	
<b>SUB_TOTAL PROTECÇÃO SOCIAL</b>	<b>1.680</b>	<b>100%</b>	
<b>TOTAL EIXO IV</b>	<b>44.588</b>	<b>100%</b>	<b>26%</b>
<b>EIXO V - SEGUIMENTO E AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE REDUÇÃO DA POBREZA</b>			
1. Informações estatísticas	1.042	63%	
2. Observatório de Redução da Pobreza	605	37%	
<b>TOTAL EIXO V</b>	<b>1.647</b>	<b>100%</b>	<b>1%</b>
<b>TOTAL DOS EIXOS (I – V)</b>	<b>168.755</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

De conformidade com o quadro n.º 2, que apresenta uma análise funcional do PIP baseada nos cinco eixos da ENRP, a repartição dos recursos por eixo é a seguinte:

- *Eixo I. Reforma das instituições públicas, reforço das capacidades e promoção de uma política de boa governação:* 12% dos recursos do PIP são afectados às acções de reforço da governação política, administrativa, judiciária e económica, incluindo o reforço da sociedade civil para lhe permitir participar de forma mais efectiva na governação. Desse montante, 56% destinam-se ao reforço das finanças públicas, nomeadamente o orçamento e a utilização da nomenclatura internacional, a adopção de um PIP trienal deslizante, a informatização e modernização dos serviços financeiros, a reforma da lei sobre os concursos públicos, o aumento das receitas fiscais, e um apoio substancial às questões financeiras ligadas ao petróleo. Também estão previstos recursos neste eixo para reforçar o poder judicial e empreender a reforma da administração pública, bem como a descentralização.

Os maiores desafios em torno deste eixo prendem-se com a necessidade reconhecida pelo Governo de passar à implementação de uma Estratégia Global de Reforma do Estado, cumprindo os objectivos específicos de reestruturação do aparelho do Estado, a reorganização e modernização da Administração Pública, a revisão da Divisão Político-Administrativa e a reestruturação dos órgãos de Poder Regional e Local, a diversificação e o relançamento da economia, a melhoria da qualidade dos serviços sociais e dos mecanismos de acesso, e a promoção de uma cultura de disseminação de informação e de participação.

Nesse contexto o Governo também está profundamente empenhado na Integração da Prevenção da Criminalidade e Reforço da Segurança na Planificação do Desenvolvimento Sócio-Económico e na promoção da Sociedade de Informação e Conhecimento, através da democratização do acesso à informação e da universalização do acesso aos serviços através de uma rede de ciência, tecnologia e inovação. O aspecto mais relevante desse projecto será a qualificação de recursos humanos e a inovação em métodos e ferramentas de trabalho, beneficiando da experiência e colaboração dos parceiros.

Importa ainda mencionar a iniciativa de um expediente junto do Secretariado do NEPAD para participar no «mecanismo africano de apreciação pelos pares (APRM)». Com efeito, S. Tomé e Príncipe esteve entre os primeiros países africanos a apoiar esse mecanismo. Hoje, deseja e ir mais longe e poder beneficiar dele. O interesse desse mecanismo é o de criar ao mesmo tempo uma procura interna e externa para as reformas estruturais do Estado e do seu funcionamento.

- ***Eixo II. Crescimento acelerado e redistributivo:*** 35% do PIP são afectados a acções no sentido da criação de condições para um crescimento acelerado através de um papel muito mais activo do sector privado, que deverá transformar-se em motor do desenvolvimento económico. Ao contrário, o Estado deverá afastar-se da esfera económica e concentrar-se sobre o papel de promotor e regulador da economia.

O eixo II visa nomeadamente: (i) o estabelecimento de um quadro legal e regulamentar de actividades económicas, (ii) a criação de um ambiente fiscal mais favorável ao desenvolvimento do sector

privado, (iii) uma melhor adequação entre o sector financeiro e as necessidades de desenvolvimento do sector privado, (iv) a aceleração da redução da intervenção directa do Estado na economia e (v) a reabilitação e/ou construção de infra-estruturas de base.

A melhoria do ambiente legal e institucional não basta para impulsionar o desenvolvimento. Paralelamente, deve-se prosseguir com uma política activa de desenclavamento (marítimo e aéreo) e de recuperação das estradas. A degradação das infra-estruturas rodoviárias e das obras de arte deixadas durante muito tempo sem manutenção é tal que alguns troços de estradas principais estão quase que impraticáveis sem um veículo todo terreno. Registam-se ainda os prejuízos e custos devido a avarias e quebra de peças nas estradas secundárias e nos caminhos de produção na zona rural.

De igual modo, as operações no porto de S. Tomé são deficientes por causa de materiais desgastados, de fraco desempenho e avarias frequentes. A propósito do desempenho do porto de S. Tomé e das melhorias que poderiam ser introduzidas, uma análise feita pela equipa do Quadro Integrado para o Comércio mostra que o investimento nesse sector poderá ter um impacto importante sobre a pobreza porque permitirá reduzir de cerca de 10 a 15 por cento o custo das mercadorias importadas. Se essa redução de custos repercutir nos consumidores, o impacto sobre a redução da pobreza poderá ser considerável porque representaria para os pobres o equivalente a um aumento de rendimento.

Quanto ao aeroporto, as suas instalações não respondem às normas de segurança internacionais e o custo de operação dos aviões é exorbitante por causa de numerosas insuficiências. A opção feita, no âmbito da ENRP, pelo ecoturismo como um dos pilares de crescimento só pode ser sustentável, se as comunicações com a África e Europa forem menos dispendiosas e mais frequentes. A reabilitação do porto e do aeroporto será acompanhada de uma mudança na gestão dessas infra-estruturas e serão pesquisadas formas alternativas de parceria público-privado para a gestão dessas instalações.

Esse quadro de infra-estruturas ficaria incompleto se não tomasse em conta a necessidade de modernização e de aumento das

capacidades da rede eléctrica. Estão previstos investimentos no domínio da produção de energia hidroeléctrica e da reparação de linhas de média tensão e dos transformadores.

O enorme peso das infra-estruturas de transporte (70% do eixo) explica-se pelas considerações apresentadas acima. Com efeito, é ilusório considerar que o sector privado possa ser o motor do crescimento do desenvolvimento santomense sem que seja feita a reabilitação das infra-estruturas. Trata-se de uma decisão estratégica tomada pelo Governo que deverá nos próximos três anos melhorar a competitividade da economia santomense e contribuir para a redução da pobreza. Durante o período 2006-2008 solicita-se, portanto, um esforço considerável dos parceiros de desenvolvimento, no sentido de se conseguir uma solução para esse problema que afecta qualquer possibilidade de desenvolvimento sustentado do País.

Entre as actividades sectoriais prioritárias deste eixo que devem impulsionar o crescimento e que deverão ser conduzidas pelo sector privado, registam-se (i) o turismo, cujo desenvolvimento está ligado à melhoria das infra-estruturas, nomeadamente o aeroporto, e que oferece um forte potencial de criação de emprego para os pobres, (ii) o porto de águas profundas e o seu centro de transbordo, cujo custo acaba de ser estimado em mais de \$500 milhões. No entanto, o estudo de factibilidade mostrou que o financiamento desse investimento pode ser assegurado por um consortium formado por companhias internacionais que operam no sector dos portos e do transporte. Por conseguinte, o projecto do porto de águas profundas continua altamente prioritário na estratégia de desenvolvimento do Governo, mas o seu custo não consta no PIP, salvo para as actividades de busca de parceiros e assessoria jurídica, e (iii) actividades no sector agrícola e das pescas, nomeadamente através de formas associativas com a industria das pescas dos países da União Europeia.

- ***Eixo III. Criação de oportunidades de aumento e diversificação de rendimentos para os pobres:*** 26% do PIP são afectados à criação de oportunidades de rendimentos para os pobres. As acções empreendidas visarão (i) reforçar as capacidades dos pobres para aumentar os rendimentos e diversificar as produções, (ii) diminuir a vulnerabilidade das actividades de produção e comercialização em que os pobres estão

envolvidos, (iii) desenclavar as zonas rurais, (iv) apoiar as associações de produtores e o desenvolvimento de infra-estruturas colectivas, (v) dar oportunidades de formação profissional, e (vi) melhorar as condições de vida e de trabalho das mulheres e jovens do meio rural.

Está previsto o lançamento de programas de vulgarização em matéria de desenvolvimento agro-sylvo-pecuário e de exploração de recursos haliêuticos, proceder à garantia de títulos provisórios de propriedade de terras distribuídas no quadro da reforma agrária e implementar medidas de acompanhamento, nomeadamente (i) investigação aplicada na agricultura, (ii) facilidades para compra de intrants, (iii) desenvolvimento de um sistema de crédito à produção, nomeadamente micro-créditos para os pobres, e (iv) trabalhos de melhoria do meio físico, como o acesso à água potável, instalação da primeira fase de uma rede de electrificação dos centros rurais, a telefonia rural sem fio e a reabilitação e manutenção de caminhos de produção; (v) além disso, para casos de extrema pobreza, está prevista uma rede de segurança através de um programa de trabalhos de alta intensidade de mão de obra que funcionará nos distritos onde as taxas de extrema pobreza são as mais elevadas.

- ***Eixo IV. Desenvolvimento dos recursos humanos e melhoria do acesso aos serviços sociais básicos:*** 26% do PIP financiará o desenvolvimento dos recursos humanos e o acesso aos serviços sociais, (43% para a saúde e 53% para a educação), valor nitidamente acima do recomendado no quadro da iniciativa 20/20. Também aqui põe-se o acento resolutamente sobre os pobres e mais de metade dos investimentos propostos são directamente direccionados para os mesmos.

Particularmente, no domínio de educação de base, busca-se uma melhoria qualitativa, prosseguindo com a política de generalização da educação para todos. Uma mudança qualitativa importante será a implementação de uma fileira técnica e profissional que até ao momento foi negligenciada em benefício de um ensino mais literário e de tipo clássico. Uma atenção particular será dada aos jovens com dificuldades e necessidades especiais, nomeadamente as raparigas. Como se constatou que a ausência de cantinas escolares tinha repercussões negativas no desenvolvimento de crianças cujos pais são pobres, um esforço particular será feito

nesse sentido. Por outro lado, esforços continuarão a ser feitos no domínio de alfabetização de adultos.

Em matéria de saúde, para além do reforço da qualidade dos cuidados dispensados ao nível dos postos de saúde na zona rural e da especialização do Centro Hospitalar de S. Tomé, os esforços continuarão a ser feitos no domínio da prevenção - nomeadamente a luta contra o SIDA e a tuberculose e o controlo do vector do paludismo -, e da educação da população em todos os domínios da saúde. Tanto em matéria de saúde como de educação, será dada continuidade à política de igualdade entre os géneros adoptada há alguns anos.

- ***Eixo V. Seguimento e avaliação da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza:*** 1% do custo total do PIP é dedicado a acções a implementar pelo Observatório de Redução da Pobreza que tem a missão de seguir e avaliar os resultados da implementação da ENRP. Cerca de dois terços desses recursos servirão para financiar a realização de inquéritos sócio-demográficos e económicos sobre a pobreza que serão realizados pelo Instituto Nacional de Estatística.

Esses inquéritos de terreno fornecerão informação de base para criar uma sólida base de dados que permitirá estabelecer os indicadores antes e após a ENRP, permitindo medir os progressos conseguidos e no decorrer dos anos reorientar periodicamente as acções em curso se os resultados obtidos não forem os esperados. A informação assim recolhida será difundida ao público; permitirá melhor compreender as evoluções da sociedade santomense e alimentar o diálogo social entre a administração, o sector privado, a sociedade civil e os serviços descentralizados. Um dos resultados esperados é uma melhor coordenação dos esforços na luta contra a pobreza.

A análise funcional, cruzada com uma análise das despesas previstas por ano, mostra um comportamento muito diferente das afectações dos recursos por prioridade de ano para ano: durante o primeiro ano, um esforço importante será feito para melhorar o ambiente institucional que permitirá nos anos seguintes melhorar a capacidade de absorção da ajuda, não somente em termos de volume mas também em termos de qualidade, o que permitirá uma utilização mais eficiente e mais eficaz dos fluxos de ajuda.

O PIP de 2006 continua, portanto, relativamente estável em relação aos de 2004 e 2005, enquanto que está previsto um crescimento de aproximadamente 20 por cento em 2007 (Cf. Anexo 3). Durante o primeiro ano, os esforços (e os engagements de despesas) versarão nomeadamente sobre:

- a) o reforço dos mecanismos financeiros, fiscais e orçamentais para assegurar, por um lado, uma melhor cobrança das receitas fiscais e, por outro lado, mais rigor na despesa pública, nomeadamente através da modernização das nomenclaturas orçamentais, das alfandegas e dos concursos públicos, do reforço das funções administrativas e orçamentais nos Ministérios técnicos, da preparação de estratégias sectoriais e planos directores para os sectores que ainda não os possuem, e do PIP ;
- b) a implementação da reforma administrativa, bem como o prosseguimento do processo de descentralização;
- c) o reforço dos serviços de justiça, dos Tribunais, nomeadamente do Tribunal de Contas, do Tribunal Supremo e Constitucional;
- d) a criação de um ambiente favorável a iniciativas do sector privado, nomeadamente a simplificação dos procedimentos para a criação de empresas, o estabelecimento de um balcão de atendimento unificado (guichet único), a actualização da legislação sobre o comércio e o empreendimento de acções para relançar numa base sólida o micro-crédito e empréstimos destinados à produção agrícola;
- e) a finalização da reforma agrária, transformando os títulos provisórios de propriedade em títulos definitivos, no quadro de um processo de transparência, o que permitirá a venda, compra e utilização de terras como garantia para a obtenção de empréstimos bancários;
- f) a preparação dos dossiers de concursos públicos para os projectos de infra-estruturas;
- g) o lançamento de inquéritos estatísticos, visando o estabelecimento de bases de dados fiáveis sobre a pobreza e as suas diferentes manifestações (mortalidade, doenças, analfabetismo e o abandono escolar, carência, disparidades de oportunidade entre os géneros...) a partir dos quais as funções de seguimento e avaliação do Observatório de Redução da Pobreza poderão ser cumpridas;

- h) a abertura do diálogo com os parceiros de desenvolvimento sobre a coordenação da ajuda e utilização da Abordagem com base em Programas Sectoriais e de Apoio Directo ao Orçamento, que, seguramente, podem potenciar o aumento considerável da capacidade de absorção da ajuda.

Naturalmente que os projectos sectoriais em curso vão continuar, bem como aqueles para os quais já existe financiamento. No entanto, um potencial aumento do investimento só se registará a partir de 2007, como consequência, por um lado, das iniciativas do Governo no sentido do reforçar das capacidades existentes, e, por outro, do tempo necessário para a assinatura de acordos de cooperação e mobilização de financiamentos.

#### 4.1.2. Análise sectorial

Da análise por sectores obtém-se a seguinte estrutura:

Sector	Percentagem
Governação	12,0
Agricultura, Pesca, Floresta, Pecuária, Turismo	12,5
Total Infra-Estruturas	31,5
□ Estradas principais, secundarias e caminhos de produção	18,5
□ Porto	2,5
□ Aeroporto e infra-estruturas	10,5
Água, Saneamento, Ambiente	12,5
Energia	3,5
Saúde	11,0
Educação	14,0
Ordenamento urbano	1,0
Protecção social	1,0
Seguimento e avaliação da pobreza	1,0
<b>Total</b>	<b>100,0</b>

Na apresentação das prioridades para o primeiro ano já se assinalou a importância das reformas institucionais (9,0% do total) que permitirão, entre outros, criar um ambiente favorável ao desenvolvimento do sector privado e, assim, libertar energias criadoras dos empresários. No entanto, a situação extremamente difícil das infra-estruturas rodoviárias, de energia e de abastecimento de água exige um esforço excepcional (37,5% do total do PIP) para a sua reabilitação e modernização, se necessário. Trata-se de uma condição prévia para a criação de riqueza, emprego e para se poder proporcionar oportunidades de desenvolvimento a todos, e particularmente aos pobres. Os serviços sociais, educação e saúde, continuam a ter um peso substancial no PIP (25%), mas esse montante justifica-se por causa das

acções de prevenção no domínio da saúde, bem como da abertura de uma fileira técnica e profissional no sector da educação. O sector primário (agricultura, pecuária, pescas, floresta, turismo rural) recebe 12,5% do PIP. Pode-se proceder a um grande aumento desse montante nos próximos anos, na sequência de uma baixa previsível das despesas com o reforço das instituições e com as intervenções no sector das infra-estruturas.

## V. Enquadramento macroeconómico

A situação económica, financeira e social de S. Tomé e Príncipe é clara. O país por si só não consegue sair da armadilha da pobreza em que vive. Porque é pobre, os défices fiscais e da balança de pagamentos são enormes. Porque a situação financeira é deficitária o governo não tem recursos para investir nas infra-estruturas e serviços sociais. Porque não investe é cada vez mais pobre. Mais de metade da população vive abaixo do limiar da pobreza e pelo menos 15 % é extremamente pobre.

S. Tomé e Príncipe atravessa um período extremamente delicado no qual muito tem que ser feito antes que uma eventual produção de petróleo comece. O país necessita de um enorme apoio da comunidade internacional não só para modernizar as suas instituições e as preparar para a época de petróleo como também para corresponder às expectativas populares, evitar o exacerbar das divisões sociais e escapar da "maldição do petróleo".

O presente capítulo apresenta as perspectivas de financiamento necessárias para o período 2006-2008 com vista a garantir o processo de estabilização macroeconómica em curso e favorecer um crescimento económico acelerado para combater a pobreza. Os montantes referidos para 2006-08 no *Cenário de base*, são brechas financeiras que não podem ser cobertas com os recursos actualmente ao alcance do governo, quer sejam os provenientes dos impostos, financiamentos externos em discussão e mesmo o bónus de assinatura. Nesta perspectiva, as brechas revelam necessidades de tesouraria para o orçamento. No *cenário alternativo* além destas mesmas necessidades continuarem presentes, as brechas são muito maiores e justificadas para acelerar a implementação da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza, aumentando portanto de forma significativa os investimentos nas áreas sociais.

### 5.1 Desenvolvimentos recentes e perspectivas

Durante os últimos 12 meses, o Governo realizou importantes progressos no domínio macro-económico. **Primeiro**, a Lei de Gestão das receitas petrolíferas foi aprovada pela Assembleia Nacional em Dezembro de 2004. A lei estabelece princípios claros de como os recursos de petróleo deverão ser geridos. **Segundo**, em Janeiro de 2005, a Estratégia Nacional de Redução de Pobreza (ENRP) foi submetida aos Conselhos de Administração do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial para discussão e distribuição. Uma avaliação conjunta do Banco Mundial e FMI concluiu que este documento contém uma estratégia credível para o

combate da pobreza e que a realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio exige uma gestão macroeconómica adequada e crescimento significativo do investimento doméstico bruto capazes de fazer a economia crescer a uma taxa superior a 8% durante a próxima década. A avaliação realçou a necessidade melhorar a infra-estrutura básica e a oferta de serviços de educação e de saúde. **Terceiro**, no dia 1 de Agosto de 2005, o Conselho de Administração do Fundo Monetário Internacional aprovou uma nova Facilidade de três anos para o Crescimento económico e Redução de Pobreza que foi apoiado por uma decisão do Clube de Paris para o reescalamento da dívida bilateral de São Tomé e Príncipe com os países membros. Um bom desempenho do PRGF, combinado com uma implementação eficiente da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza, irá facilitar o objectivo do governo em atingir o Ponto de Conclusão da iniciativa HIPC na primeira metade de 2006 e assim beneficiar da iniciativa do grupo de países do G-8 para o cancelamento da dívida.

O caminho para a estabilidade macroeconómica é ainda longo. Apesar da introdução de medidas fiscais em 2005 para arrecadar mais receitas, o governo teve que conter e reduzir as despesas públicas previstas para financiar importantes programas pro-pobres. Essa redução de despesas, que deveu-se ao facto do governo não ter conseguido obter o volume de financiamento externo programado para o orçamento, pode explicar o facto de que os objectivos quantitativos fiscais fixados para 2005 venham a ser cumpridos.

**Para 2006**, o governo pretende continuar com o processo de consolidação fiscal e de reformas estruturais. O orçamento visará a consolidação das medidas fiscais introduzidas em 2005 e uma mudança na composição das despesas do governo a favor do aumento das despesas de investimento pro-pobres. Estas políticas serão implementadas num contexto de níveis salariais baixos e de um engajamento do governo em evitar novos atrasos de pagamento. As reformas estruturais continuarão e uma ênfase especial será dada às *determinantes do ponto de conclusão* da iniciativa HIPC.

S. Tomé e Príncipe continua a necessitar de um forte apoio da comunidade internacional.

**Num cenário base**, que considera apenas as tendências recentes de ajuda externa ao país e uma implementação lenta da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza, o país ainda necessita de um financiamento externo adicional de aproximadamente 6,3 % do PIB durante o período 2006-07

(cerca de \$US 2,5 milhões anuais) e 6% do PIB em 2008 (cerca de 5,2 \$US).

Tabela 1: São Tomé e Príncipe: Cenário Fiscal de Base, 2003-08

	2003	2004	2005		2006	2007	2008
			Proj.	Prog(IMF)	Proj.		
(% PIB)							
<b>Receitas totais e donativos</b>	<b>57.9</b>	<b>59.3</b>	<b>125.1</b>	<b>127.9</b>	<b>131.0</b>	<b>59.1</b>	<b>55.7</b>
dos quais bônus de assinatura (incl. Juros)	....	...	71.4	71.0	73.5	1.2	0.9
<b>Despesas totais e empréstimos líquidos</b>	<b>75.1</b>	<b>85.6</b>	<b>71.6</b>	<b>76.5</b>	<b>76.7</b>	<b>70.4</b>	<b>65.5</b>
<b>Saldo global (base compromisso)</b>	<b>-17.0</b>	<b>-26.3</b>	<b>53.5</b>	<b>51.4</b>	<b>54.3</b>	<b>-11.3</b>	<b>-9.8</b>
<b>Saldo global (base caixa)</b>	<b>-11.9</b>	<b>-19.8</b>	<b>29.3</b>	<b>27.7</b>	<b>54.3</b>	<b>-11.3</b>	<b>-9.8</b>
<b>Financiamentos</b>	<b>11.9</b>	<b>19.8</b>	<b>-29.3</b>	<b>-27.7</b>	<b>-54.3</b>	<b>11.3</b>	<b>9.8</b>
Externo (líquido)	4.5	11.5	-4.3	-5.9	-24.5	-1.4	-1.7
Interno (líquido)	2.9	2.7	0.3	0.7	-2.7	-3.6	-4.6
fluxos dos Conta Nacional de Petróleo (net)	0.0	0.0	-34.5	-32.9	-32.9	10.5	7.8
Variação dos atrasados (principal)	4.5	5.6	-21.9	-19.5	0.0	0.0	0.0
Clube de Paris-reescalamento	0.0	0.0	31.1	29.9	2.8	2.5	2.5
<b>Gap de financiamento (orçamento)</b>	<b>0.0</b>	<b>0.0</b>	<b>0.0</b>	<b>0.0</b>	<b>3.0</b>	<b>3.3</b>	<b>5.9</b>
<b>Memorandum items:</b>							
<b>Saldo primário (base compromisso)</b>	<b>-11.7</b>	<b>-20.6</b>	<b>-14.3</b>	<b>-17.5</b>	<b>-16.2</b>	<b>-10.4</b>	<b>-8.5</b>

Fontes: São Tomé e Príncipe

A falta de financiamento neste cenário de base é residual considerando uma posição de crédito consistente com um adequado nível de reservas internacionais brutas e um uso prudente do bônus de assinatura de petróleo de acordo com a Lei de petróleo. As despesas de capital neste cenário de base será de 28 % do PIB durante o período 2005-08 e a média anual de crescimento do PIB será de aproximadamente 4.5%. As despesas de capital no domínio social consistentes com este nível de investimento de 28% do PIB será de aproximadamente 95 \$US per capita, um nível bastante abaixo da média internacional.

**Num cenário alternativo**, em que a comunidade internacional reage favoravelmente ao pedido de financiamento adicional de 103,9 milhões de dólares, a brecha de financiamento estimada no cenário base seria coberta e 93,8 milhões de dólares seriam destinadas a acelerar a implementação da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza. Investimentos significativos poderiam ser levados a cabo em infra-estruturas e áreas sociais críticas. Este volume de financiamento aumentaria as despesas de capital para cerca de 85% do PIB durante o período 2006-08 e as taxas de crescimento do PIB poderiam exceder os dois dígitos e favorecer assim a realização dos objectivos do Milénio.

Tabela 2: São Tomé e Príncipe: Cenário alternativo/Mesa redonda, 2003-08

	2003	2004	2005		2006	2007	2008
			Proj. Prog(IMF)		Proj.		
			(%PIB)				
<b>Receitas totais e donativos</b>	<b>57.9</b>	<b>59.3</b>	<b>125.1</b>	<b>127.9</b>	<b>179.3</b>	<b>113.5</b>	<b>119.0</b>
dos quais/bónus de assinatura (incl. Juros)	....	...	71.4	71.0	73.5	1.2	0.9
Resultados da mesa redonda (aumento donativos para projectos)	...	...	...	...	48.3	54.4	63.3
<b>Despesas totais e empréstimos líquidos</b>	<b>75.1</b>	<b>85.6</b>	<b>71.6</b>	<b>76.5</b>	<b>125.0</b>	<b>124.8</b>	<b>128.8</b>
<b>Saldo global (base compromisso)</b>	<b>-17.0</b>	<b>-26.3</b>	<b>53.5</b>	<b>51.4</b>	<b>54.3</b>	<b>-11.3</b>	<b>-9.8</b>
<b>Saldo global (base caixa)</b>	<b>-11.9</b>	<b>-19.8</b>	<b>29.3</b>	<b>27.7</b>	<b>54.3</b>	<b>-11.3</b>	<b>-9.8</b>
<b>Financiamentos</b>	<b>11.9</b>	<b>19.8</b>	<b>-29.3</b>	<b>-27.7</b>	<b>-54.3</b>	<b>11.3</b>	<b>9.8</b>
Externo (líquido)	4.5	11.5	-4.3	-5.9	-24.5	-1.4	-1.7
Interno (líquido)	2.9	2.7	0.3	0.7	-2.7	-3.6	-4.6
fluxos dos Conta Nacional de Petróleo (net)	0.0	0.0	-34.5	-32.9	-32.9	10.5	7.8
Variação dos atrasados (principal)	4.5	5.6	-21.9	-19.5	0.0	0.0	0.0
Clube de Paris-reescalamento	0.0	0.0	31.1	29.9	2.8	2.5	2.5
<b>Gap de financiamento (orçamento)</b>	<b>0.0</b>	<b>0.0</b>	<b>0.0</b>	<b>0.0</b>	<b>3.0</b>	<b>3.3</b>	<b>5.9</b>
<b>Memorandum items:</b>							
<b>Saldo primário (base compromisso)</b>	<b>-11.7</b>	<b>-20.6</b>	<b>-14.3</b>	<b>-17.5</b>	<b>-16.2</b>	<b>-10.4</b>	<b>-8.5</b>
<b>Projectos de investimento apresentados à Mesa Redonda</b>					<b>48.3</b>	<b>54.4</b>	<b>63.3</b>
Reforço das capacidades e boa governação					4.7	5.3	6.1
Crescimento acelerado e redistributivo					18.9	21.3	24.8
Criação de oportunidades para os pobres					12.4	14.0	16.3
Desenvolvimento dos recursos humanos (Saúde e Educação)					11.7	13.2	15.4
Seguimento e avaliação					0.5	0.6	0.7

Fonte: São Tomé e Príncipe

Em resumo, S. Tomé e Príncipe necessita de \$US 168,7 milhões para financiar os projectos de redução da pobreza durante o triénio, sendo 45,5 milhões \$US, 53,5 milhões \$ US, 69,8 milhões \$US para 2006, 2007 e 2008 respectivamente.

Com a Mesa Redonda espera poder mobilizar: 1) 10,1 milhões de \$US para apoio directo ao orçamento para financiar a brecha de financiamento que garanta um cenário de estabilização e crescimento moderado durante o triénio 2006-08, sendo respectivamente 2,3 milhões de \$US, 2,6 milhões de \$US, 5,2 milhões de \$US para 2006, 2007 e 2008 respectivamente; 2) 93,8 milhões de \$US para financiar projectos que permitem acelerar o combate à pobreza e atingir os objectivos do Milénio.

S. Tomé e Príncipe permanecerá dependente da ajuda financeira externa concessional até o início da produção de petróleo previsto para 2013. Embora a lei de gestão de recursos de petróleo permita o uso gradual dos recursos provenientes dos bónus de assinatura, estes recursos são insuficientes e o seu uso não compensa uma eventual queda da ajuda externa concessional.

Tabela 3: São Tomé e Príncipe: Cenário Fiscal de Base, 2003-08

	2003	2004	2005		2006	2007	2008
			Proj.	Prog(IMF)	Proj.		
(milhões US\$)							
<b>Recitas totais e donativos</b>	<b>34.2</b>	<b>38.1</b>	<b>88.6</b>	<b>90.6</b>	<b>99.1</b>	<b>46.7</b>	<b>49.4</b>
dos quais/bónus de assinatura (incl. Juros)	...	...	50.6	50.3	55.5	0.9	0.8
<b>Despesas totais e empréstimos líquidos</b>	<b>44.4</b>	<b>55.1</b>	<b>50.7</b>	<b>54.2</b>	<b>58.0</b>	<b>55.6</b>	<b>58.0</b>
<b>Saldo global (base compromisso)</b>	<b>-10.1</b>	<b>-16.9</b>	<b>37.9</b>	<b>36.4</b>	<b>41.1</b>	<b>-8.9</b>	<b>-8.7</b>
<b>Saldo global (base caixa)</b>	<b>-7.0</b>	<b>-12.8</b>	<b>20.7</b>	<b>19.7</b>	<b>41.1</b>	<b>-8.9</b>	<b>-8.7</b>
<b>Financiamentos</b>	<b>7.0</b>	<b>12.8</b>	<b>-20.8</b>	<b>-19.7</b>	<b>-41.1</b>	<b>8.9</b>	<b>8.7</b>
Externo (líquido)	2.6	7.4	-3.1	-4.2	-18.5	-1.1	-1.5
Interno (líquido)	1.7	1.8	0.2	0.5	-2.0	-2.9	-4.1
fluxos dos Conta Nacional de Petróleo (net)	0.0	0.0	-24.5	-23.3	-24.9	8.3	6.9
Variação dos atrasados (principal)	2.7	3.6	-15.5	-13.8	0.0	0.0	0.0
Clube de Paris-reescalamento	0.0	0.0	22.0	21.2	2.1	2.0	2.2
<b>Gap de financiamento (orçamento)</b>	<b>0.0</b>	<b>0.0</b>	<b>0.0</b>	<b>0.0</b>	<b>2.3</b>	<b>2.6</b>	<b>5.2</b>
<b>Memorandum items:</b>							
<b>Saldo primário (base compromisso)</b>	<b>-6.9</b>	<b>-13.2</b>	<b>-10.1</b>	<b>-12.4</b>	<b>-12.2</b>	<b>-8.2</b>	<b>-7.5</b>

Sources: São Tomé and Príncipe

Tabela 4: São Tomé e Príncipe: Cenário alternativo/Mesa redonda, 2003-08

	2003	2004	2005		2006	2007	2008
			Proj.	Prog(IMF)	Proj.		
(milhões US\$)							
<b>Recitas totais e donativos</b>	<b>34.2</b>	<b>38.1</b>	<b>88.6</b>	<b>90.6</b>	<b>135.6</b>	<b>89.6</b>	<b>98.3</b>
dos quais/bónus de assinatura (incl. Juros)	...	...	49.2	49.2	55.5	0.9	0.8
Resultados da mesa redonda (aumento donativos para projectos)	...	...	...	...	36.5	42.9	56.0
<b>Despesas totais e empréstimos líquidos</b>	<b>44.4</b>	<b>55.1</b>	<b>50.7</b>	<b>54.2</b>	<b>94.5</b>	<b>98.5</b>	<b>114.1</b>
<b>Saldo global (base compromisso)</b>	<b>-10.1</b>	<b>-16.9</b>	<b>37.9</b>	<b>36.4</b>	<b>41.1</b>	<b>-8.9</b>	<b>-8.7</b>
<b>Saldo global (base caixa)</b>	<b>-7.0</b>	<b>-12.8</b>	<b>-20.8</b>	<b>19.7</b>	<b>41.1</b>	<b>-8.9</b>	<b>-8.7</b>
<b>Financiamentos</b>	<b>7.0</b>	<b>12.8</b>	<b>-20.8</b>	<b>-19.7</b>	<b>-41.1</b>	<b>8.9</b>	<b>8.7</b>
Externo (líquido)	2.6	7.4	-3.1	-4.2	-18.5	-1.1	-1.5
Interno (líquido)	1.7	1.8	0.2	0.5	-2.0	-2.9	-4.1
fluxos dos Conta Nacional de Petróleo (net)	0.0	0.0	-24.5	-23.3	-24.9	8.3	6.9
Variação dos atrasados (principal)	2.7	3.6	-15.5	-13.8	0.0	0.0	0.0
Clube de Paris-reescalamento	0.0	0.0	22.0	21.2	2.1	2.0	2.2
<b>Gap de financiamento (orçamento)</b>	<b>0.0</b>	<b>0.0</b>	<b>0.0</b>	<b>0.0</b>	<b>2.3</b>	<b>2.6</b>	<b>5.2</b>
<b>Memorandum items:</b>							
<b>Saldo primário (base compromisso)</b>	<b>-6.9</b>	<b>-13.2</b>	<b>-10.1</b>	<b>-12.4</b>	<b>-12.2</b>	<b>-8.2</b>	<b>-7.5</b>
<b>Projectos de investimento apresentados à Mesa Redonda</b>					<b>36.5</b>	<b>42.9</b>	<b>56.0</b>
Reforço das capacidades e boa governação					3.5	4.2	5.4
Crescimento acelerado e redistributivo					14.3	16.8	21.9
Criação de oportunidades para os pobres					9.4	11.1	14.4
Desenvolvimento dos recursos humanos (Saúde e Educação)					8.9	10.4	13.6
Seguimento e avaliação					0.4	0.5	0.6

Fonte: São Tomé e Príncipe

## VI. Medidas para aumentar a capacidade de absorção da ajuda internacional

### 6.1. Modalidades da ajuda internacional

Embora mais de metade da população santomense viva abaixo do limiar da pobreza<sup>5</sup>, a posição do País em relação à maior parte dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio é superior à média dos países africanos ao Sul do Sahara. Com um pouco mais de esforços por parte dos parceiros de desenvolvimento, uma dinamização do sector privado e maior eficácia na gestão dos recursos nacionais e internacionais, S. Tomé e Príncipe deverá poder atingir a maior parte dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio em 2015.

No estágio actual de desenvolvimento, o investimento público continua a ser um dos principais motores de crescimento do País; o seu papel é igualmente crucial para a canalização de financiamentos para a parte não mercantil dos sectores de educação, saúde e infra-estruturas rurais que são essenciais para reduzir a pobreza. Uma característica do Programa de Investimento Público (PIP) é a sua dependência muito elevada em relação à Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) e, por conseguinte, das prioridades dos doadores e dos credores do País. Com efeito, o financiamento do PIP é assegurado em mais de 85 por cento por dons e empréstimos efectuados a taxas muito concessionais. Nota-se também que desde que o País atingiu em 2001 o Ponto de Decisão no quadro da Iniciativa HIPC reforçada, os fundos provenientes do alívio da dívida representam cerca de 12 por cento do financiamento do PIP e financiam actividades prioritárias da política nacional de redução da pobreza. Essa contribuição poderá aumentar consideravelmente, quando o País atingir o Ponto de Conclusão da Iniciativa HIPC, muito provavelmente em meados de 2006.

S. Tomé e Príncipe fixou objectivos relativamente ambiciosos de redução da pobreza<sup>6</sup> que só poderão ser atingidos se a taxa de crescimento do PIB passar de quatro por cento anualmente para oito por cento por ano durante o próximo decénio. Só se pode atingir esse ritmo acelerado de crescimento, através da criação de condições para a melhoria do ambiente do investimento privado, para provocar o aumento do seu volume, incluindo o do investimento directo estrangeiro, e se simultaneamente houver um

<sup>5</sup> Dos quais 15 por cento encontram-se na extrema pobreza

<sup>6</sup> Nomeadamente a redução da pobreza a metade até 2010

aumento da contribuição dos doadores para o programa de investimento público.

Mas para que essa estratégia tenha uma chance de sucesso, o País deve encontrar uma solução para o que hoje aparece como sendo a fraca capacidade de absorção da ajuda internacional. Com efeito, enquanto que as necessidades são enormes, - as infra-estruturas de base no meio rural estão em muito mau estado e constituem um obstáculo à iniciativa privada e um desafio importante existe em matéria de saúde e educação<sup>7</sup> - a taxa de execução do PIP no decorrer dos cinco últimos anos só excepcionalmente ultrapassou o nível de 60 por cento dos montantes programados.

A abordagem de capacidade de absorção da ajuda através da taxa de execução do PIP é um pouco mecânica. Ela não fornece informação sobre o impacto da despesa na economia e os eventuais efeitos multiplicadores que esta pode ter, favorecendo o emprego e a criação de valor acrescentado e a sua difusão no tecido económico. O mesmo acontece, caso o investimento seja realizado por pequenas e médias empresas do País ou se, em caso de concurso público internacional, as normas de conteúdo local são impostas às empresas submissórias. Por outro lado, no sector não mercantil, um dólar gasto num projecto de reforço da educação primária, por exemplo, pode ter um impacto muito diferente segundo a qualidade intrínseca do sistema educativo. No caso de S. Tomé e Príncipe, há relativamente pouca informação fiável sobre os efeitos e os impactos do investimento público. Essa questão deverá ser considerada no futuro pelas autoridades.

Não há explicação simples para a fraqueza da capacidade de absorção da ajuda. Com efeito vários factores estão em jogo, tanto do próprio País como das modalidades e políticas que regem as ajudas externas. Condiciondades, procedimentos complexos, parcelamento da ajuda em múltiplos projectos e deficiências humanas e institucionais combinam-se e reforçam mutuamente e podem dar lugar a uma subutilização dos recursos da ajuda internacional.

Essa situação não é uma particularidade de S. Tomé e Príncipe. Numerosos países em desenvolvimento conheceram uma situação semelhante, o que conduziu a OCDE a fazer uma reflexão crítica sobre a ajuda internacional. Em Fevereiro de 2003, uma reunião de Alto Nível sobre a Harmonização da Ajuda organizada por essa organização adoptou a Declaração de Roma. Os problemas da cooperação internacional foram por

---

<sup>7</sup> Alguns indicadores sociais conheceram uma regressão na segunda metade dos anos 90 e início de 2000.

essa ocasião identificados e soluções inovadoras recomendadas. As mudanças nas relações entre países em desenvolvimento e os seus parceiros resultantes dessas recomendações permitiram registar sucessos decisivos para uma melhor eficácia e eficiência na transformação da ajuda em resultados de desenvolvimento. Países como Tanzânia, Moçambique, Uganda, Etiópia, Malawi e os seus parceiros de desenvolvimento situam-se hoje no topo relativamente ao exercício das melhores práticas nesse domínio<sup>8</sup>. Em Abril desse ano a Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda confirmou a justeza das novas orientações sobre a harmonização das ajudas e o alinhamento sobre os procedimentos e mecanismos nacionais de programação, execução e seguimento e avaliação. Essa Declaração apela os países em desenvolvimento e os doadores a continuar e a aprofundar o campo de aplicação dos princípios acima indicados.

Nas páginas seguintes desta nota, será apresentada a reflexão feita pelo Governo de S. Tomé e Príncipe sobre os factores que contribuíram para a fraca capacidade de absorção da ajuda; seguidamente serão desenvolvidas reformas importantes para uma melhor utilização da APD, nomeadamente a reforma das finanças públicas. Essas reformas começarão a ser implementadas em 2006. A partir de 2006, delas deverá resultar uma melhoria sensível do ambiente institucional e um aumento das capacidades de execução do PIP, paralelamente à introdução de novas modalidades de ajuda. Na última secção será apresentado o mecanismo de seguimento e de avaliação da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza da competência do Observatório de Redução da Pobreza recentemente criado. O Observatório deve assegurar que uma grande parte dos projectos de investimento público financiados no quadro do PIP faça parte da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP) e contribua efectivamente para a sua redução.

## **6.2. Diagnóstico do Governo sobre a capacidade de absorção da ajuda**

Consciente das deficiências existentes em matéria de absorção da ajuda e desejoso de implementar em melhores condições possíveis a ENRP, o Governo organizou um seminário nacional de 4 a 14 de Abril de 2005 com o apoio da « Debt Relief International » para discutir uma estratégia da

---

<sup>8</sup> Com efeito, já tinha começado uma revolução silenciosa em torno da APD desde o início dos anos 90 nesses países, que culminou no fim do milénio com a prática de abordagens de programas. Actualmente o apoio directo ao orçamento representa mais de metade da APD concedida a esses países.

dívida e as modalidades de financiamento da ENRP<sup>9</sup>. Durante o seminário e por ocasião das discussões posteriores havidas no quadro da preparação da Mesa Redonda, os principais obstáculos para uma melhor absorção da ajuda foram identificados como segue:

#### **6.2.1. Da parte dos parceiros bilaterais e internacionais**

1. Tanto da parte dos credores como dos doadores bilaterais e multilaterais, os procedimentos de desembolso dos empréstimos e dos donativos, bem como de aquisição de bens e serviços são na maior parte das vezes complexos, pesados e burocráticos. São também revestidos de condicionalidades por vezes difíceis senão impossíveis de respeitar. As mais difíceis são as condicionalidades cruzadas ; elas podem paralisar durante anos a implementação dos projectos prioritários;
2. Os doadores activos em STP financiam múltiplos projectos, independentes uns dos outros, enquanto que por vezes esses projectos partilham objectivos comuns de redução da pobreza. Esses múltiplos projectos implicam a repetição de missões de diagnóstico e de identificação, missões de formulação de projectos e de seguimento e avaliação cada uma das quais tem as suas características e exigências próprias segundo as respectivas fontes de financiamento. Os custos administrativos dessas missões repetidas são elevados para os doadores e constituem um desperdício de recursos. Para os serviços administrativos de STP, constituem um fardo na medida em que esses serviços são por vezes fracos e têm falta de quadros superiores e de logística;
3. Os parceiros de S. Tomé e Príncipe têm tendência a financiar projectos e programas identificados por eles mesmos em função das suas prioridades em vez de dar apoio directo ao orçamento do Estado e à balança de pagamentos;
4. Por outro lado, a prática de desembolso dos fundos de um projecto com base nas facturas pagas previamente pelo Estado supõe facilidades de tesouraria que no contexto particular de S. Tomé e Príncipe são por vezes inexistentes e atrasa a execução dos trabalhos. Além disso, o desembolso dos avanços feitos pelo Estado para financiar compras de bens e de serviços está sujeito a um

---

<sup>9</sup> Relatório final do seminário sobre estratégia de dívida e o novo financiamento em S. Tomé e Príncipe, Abril 2005

processo por vezes muito lento, - vários meses -, o que ocasiona tensões de tesouraria tanto para o Estado como para os projectos financiados seguindo essa modalidade de avanço;

5. Finalmente, a prática de pagamento directo por algumas fontes de financiamento aos fornecedores de bens e serviços contribui para dar a impressão da fraca capacidade de absorção uma vez que as despesas efectivamente registadas pelos serviços santomenses não correspondem às realizações. Com efeito, essa prática não permite ao Tesouro registar o nível das ajudas efectivamente recebidas e criar uma base de dados que permitiria seguir e avaliar o apoio efectivamente recebido.

### 6.2.2. Da parte do Governo

1. Até à presente data, o Governo não tem definido uma política clara de ajuda internacional com objectivos bem estruturados e mecanismos institucionais para assegurar a sua coordenação. A divisão *de facto* das ajudas entre a Direcção de Cooperação do Ministério dos Negócios Estrangeiros e o Ministério do Plano e Finanças não favorece uma visão do conjunto. Por outro lado, a Direcção de Cooperação não possui recursos necessários em matéria de formulação de políticas e procedimentos, nem meios para assegurar a compatibilidade das contribuições e dos desembolsos.
2. Embora não haja política formalizada da ajuda externa, o Governo desde há vários anos privilegiou donativos e empréstimos com um forte elemento de concessionalidade; todavia, houve uma excepção nos recentes empréstimos junto da Nigéria e de Angola por causa do deficit orçamental e dos atrasos na transferência de fundos (bónus) provenientes da assinatura do primeiro acordo de exploração petrolífera. É notável também que os recursos mobilizados sob forma de donativos ou empréstimos tenham sido na maioria utilizados para financiar despesas relativas à redução da pobreza.
3. As mudanças frequentes de governo, fundamentalmente a partir de 2001 que provocam também mudanças nos quadros superiores da administração e a politização de questões puramente técnicas que disso por vezes resultou, contribuíram para suscitar junto dos doadores um clima de incerteza e de suspeição quanto à determinação dos sucessivos governos de lutar contra a pobreza. Essa percepção contribuiu para atrasos sucessivos nos desembolsos e mobilização de

financiamentos, e teve portanto impacto negativo na execução do PIP desses últimos anos.

4. A ausência de estratégias sectoriais centradas na redução da pobreza, pelo menos em alguns sectores, associada à falta de rigor nos procedimentos e gestão das finanças públicas, e à debilidade de recursos para as despesas correntes da administração contribuiu para a lentidão e duplicação das ajudas, e para deficiências diversas. Por outro lado, a visibilidade da mensagem sobre as prioridades da nação foi perturbada, criando um clima desfavorável à congregação das energias do sector privado, da sociedade civil e dos doadores em torno de um projecto aglutinador de luta contra a pobreza que ultrapasse as abordagens partidárias.
5. Alguns dos importantes projectos financiados pelas ajudas externas são geridos por Unidades de Gestão que constituem enclaves no interior da Administração, com seus recursos e regulamentos internos, e adquirem uma vida e dinâmica própria pelo facto da sua existência. «Esses projectos funcionam como corpos estranhos no seio da administração e não contribuem para resolver de forma durável os problemas identificados<sup>10</sup>», mas pelo contrário enfraquecem-na, um efeito inesperado mas que é bem conhecido por numerosos países.

### **6.3. Reformas para o reforço da capacidade de absorção**

As novas modalidades de ajuda recomendadas por OCDE, nomeadamente o apoio directo ao orçamento, as abordagens de programas sectoriais e o alinhamento sobre os procedimentos de programação e financeiros do Governo, só podem ter lugar com sucesso em STP se mudanças estruturais e institucionais forem adoptadas e implementadas previamente pelo Governo santomense. É preciso, entre outros, reforçar as capacidades nacionais em matéria de gestão rigorosa de políticas macroeconómicas, finanças públicas, auditoria das contas, concursos públicos para aquisição de bens e serviços, informação e transparência.

Só mediante essas condições pode ser instaurado de forma duradoira um clima de confiança entre o Governo e os seus parceiros de desenvolvimento. Esse reforço da confiança permitirá desenvolver um quadro de responsabilidade mútua sobre os resultados - e os respectivos

---

<sup>10</sup> PNUD, A gestão pública santomesne, Julho 1998. Estudo elaborado pelo Governo com o apoio financeiro do PNUD.

prazos - em matéria de redução da pobreza, bem como sobre um engajamento progressivo para a passagem às novas modalidades de ajuda. Nesse contexto é também indispensável acordar sobre os indicadores que deverão ser objecto de seguimento e sobre um quadro de avaliação conjunta.

O Governo de S. Tomé e Príncipe está consciente dessas legítimas exigências, para se engajar num contrato de parceria para a boa governação e redução da pobreza. É por isso que a sua estratégia de reforço da capacidade de absorção da ajuda se baseia no estabelecimento de um quadro de responsabilidade mútua com os seus parceiros de desenvolvimento para atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Para atingir esse objectivo estratégico, a sequência das acções prevista é a seguinte: o primeiro ano do triénio 2006-2008 será o de implementação de reformas essenciais em matéria de finanças e de administração pública; aliás algumas já estão em curso ou em preparação. Por outro lado, o diálogo iniciado no quadro da Mesa Redonda sobre uma política de coordenação da ajuda deverá prosseguir. Um manual de procedimentos será preparado conjuntamente com os doadores sobre as novas modalidades e procedimentos da APD de forma que todas as partes interessadas estejam prontas a partir de 2007 para uma passagem progressiva e estruturada da abordagem «projecto» para o apoio directo ao orçamento e / ou abordagens de programas sectoriais<sup>11</sup>. A esse respeito, o Banco Mundial já indicou no seu documento de Assistência Estratégica ao País (CAS) a sua intenção de introduzir de forma gradual em 2007 a modalidade de apoio directo ao orçamento.

O Governo espera que os outros parceiros também adoptem essa nova modalidade, reconhecendo que para determinadas operações a abordagem projecto continuará a ser utilizada. Para algumas fontes de assistência técnica, bem como para organizações cuja actividade primordial seja o estabelecimento de normas e padrões, a sua participação em abordagens de programas sectoriais por exemplo pode ser encorajada, tendo em conta as suas vantagens comparativas.

Neste esquema, o PIP de 2006 poderá aumentar modestamente de forma a financiar os projectos prioritários. A partir de 2007 como a

<sup>11</sup> Para uma apresentação do apoio directo ao orçamento e da sua variante, abordagem de programa sectorial, [Sector Wide Approach (SWAP)], ver OECD, DAC Guidelines and References series, Harmonizing Donor Practices for Effective Aid Delivery, Volume 2, Budget support, Sector Wide Approaches and Capacity Development in Public Financial Management, 2005.

capacidade de absorção da ajuda terá aumentado de forma significativa, prevê-se um aumento substancial de investimento público; esse crescimento poderá continuar em 2008 em função das performances obtidas. Espera-se que essas mudanças no nível da ajuda e das suas modalidades serão acompanhadas de um crescimento do sentimento de propriedade da acção de desenvolvimento por parte da Administração, bem como de uma liderança crescente, o que contribuirá grandemente para uma utilização mais racional e mais eficiente dos recursos do Estado.

As reformas previstas para 2006 são nomeadamente:

- Modernização da administração financeira do Estado, introduzindo novos instrumentos de gestão, por exemplo a implementação de contabilidade pública como instrumento para melhorar a eficácia na utilização dos fundos;
- Informatização integrada do circuito de liquidação da despesa pública;
- Reforma do sistema fiscal a fim de aumentar as receitas fiscais;
- Elaboração de um manual de procedimentos para a aquisição de bens públicos e reforma do sistema de concurso público;
- Introdução de um sistema de preparação do PIP plurianual e deslizante, bem como um quadro de médio prazo de despesas públicas ligado ao orçamento anual através de exercícios de revisão de despesas públicas e seguimento dos indicadores de performance;
- Revisão das estratégias sectoriais existentes e / ou preparação de estratégias para os sectores delas desprovidas a fim de melhor enquadrar as acções de cada ministério na luta contra a pobreza, exercer maior rigor na escolha e estabelecimento de prioridade para os projectos e medidas de política para lutar contra a pobreza;
- Aprofundamento do diálogo com os doadores sobre o financiamento e a selecção de programas para a implementação da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza, utilizando critérios de prioridades do País.
- Preparação com o apoio dos parceiros de desenvolvimento de um manual de procedimentos sobre a negociação das ajudas externas,

formação de funcionários santomenses e reorganização numa Agência Nacional de Cooperação colocada sob tutela administrativa do Ministério do Plano e Finanças;

- Análise da quantidade e qualidade de financiamento externo com o objectivo de estabelecer prioridades na busca de financiamento (donativos e empréstimos a taxas concessionais) de forma a garantir a sustentabilidade da dívida a médio e longo prazo;
- Reforço dos conhecimentos dos quadros nacionais em matéria de técnicas económicas e financeiras (formação, viagens de estudo, acordo de cooperação entre ministérios e instituições similares de um País industrializado...)

Além disso, no domínio da dívida, o Governo fixou como objectivo implementar as acções seguintes em 2006:

- Rever no quadro de iniciativa HIPC o nível de alívio provisório acordado no Ponto de Decisão de forma a obter um alívio adicional para atingir um nível de endividamento durável, revisto em função dos dados económicos mais recentes do País;
- Manter contactos regulares e periódicos com os credores do Club de Paris para obter esse alívio provisório adicional a fim de atingir o Ponto de Conclusão e obter o máximo de alívio;
- Negociar com os credores não membros do Club de Paris a fim de obter condições similares.

Para implementar a reforma das finanças públicas anunciadas acima, o Governo já recebeu o apoio do Banco Mundial para reforçar o circuito da despesa pública (com efeito, já foi iniciado em Janeiro de 2005 na sequência de uma missão de identificação efectuada por peritos do FMI e houve em Julho de 2005 uma outra missão de um perito para implementar as recomendações feitas pela missão do FMI). No que concerne ao aumento das receitas públicas (variação de activos e das taxas de imposição, bem como o reforço das capacidades de cobrança do imposto e das taxas, reforço das capacidades nacionais, informatização do sistema nacional de cobrança do imposto), o Governo conta com o apoio da USAID no quadro da iniciativa da Millenium Development Corporation (MCC). A esse respeito, uma missão da USAID visitou S. Tomé e Príncipe em Julho deste ano para identificar e formular um projecto de reforço das capacidades nesse sector.

Por causa do elevado endividamento do País, essas reformas devem também tomar em conta a dívida externa e o seu alívio previsto no quadro da Iniciativa HIPC reforçada. O Ponto de Decisão foi atingido em 2001 e o País teria podido passar ao Ponto de Conclusão, se por razões de uma derrapagem nas despesas públicas e uma tentativa de golpe de Estado em meados de 2003 o acordo de programa com o FMI não tivesse sido suspenso. No entanto, a credibilidade do País melhorou e um novo acordo foi assinado com o FMI em Julho deste ano para o estabelecimento de uma Facilidade de Redução da Pobreza e Crescimento. Esses desenvolvimentos permitirão atingir o Ponto de Conclusão em Julho de 2006, com benefícios retroactivos a partir Janeiro de 2006.

O acordo com o FMI em 2005 sobre uma Facilidade de Redução da Pobreza e Crescimento e o alívio da dívida que se pode prever daqui em diante para Julho de 2006 terão consequências muito favoráveis sobre a disponibilidade de fundos para as despesas correntes no orçamento do Estado, o que permitirá aumentar a capacidade de absorção da ajuda do País permitindo ao Estado assegurar as despesas de contrapartida que lhe são imputáveis nos projectos que fazem parte da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza.

No que concerne a ajuda dada às ONG, ao sector privado, o Governo criará um sistema de informação e de relatório a fim de evitar duplicações e clarificar as contribuições desses sectores na implementação de actividades prioritárias da Estratégia.

O Governo tem a intenção de, por ocasião da Mesa Redonda, sensibilizar os seus parceiros sobre a importância dada à implementação da ENRP. A implementação desta com rapidez e eficácia dependerá muito das modalidades segundo as quais os fundos das ajudas externas serão postos à disposição da administração santomense.

#### **6.4. Mecanismo de seguimento e avaliação**

O apoio orçamental directo e as modalidades de abordagem sectorial integrada exigem um mecanismo rigoroso de seguimento e avaliação. Todavia, nesse novo contexto, o seguimento não é feito tanto em termos de inputs e outputs, mas sim em termos de resultados alcançados em relação aos objectivos de desenvolvimento de longo prazo e de redução da pobreza. Um acordo deverá ser concluído previamente entre o Governo e os seus parceiros de desenvolvimento sobre os resultados esperados, bem como sobre os indicadores que permitirão assegurar que o programa esteja no bom caminho.

A estrutura de implementação, seguimento e avaliação da ENRP, criada pelo Governo em Fevereiro de 2005 pressupõe o funcionamento regular dos seguintes Órgãos:

- Conselho Ministerial (CM) constituído pelos Ministros responsáveis pelas acções previstas na ENRP, reúne duas vezes por ano sob a presidência do Primeiro-Ministro e Chefe do Governo que na sua ausência ou impedimento é substituído por Ministro de Plano e Finanças. Cabe ao Conselho orientar e supervisionar as actividades relativas ao cumprimento do plano de acções da ENRP.
- Conselho Consultivo (CC), que conta com a presença e participação de representantes do sector privado e da sociedade civil, reúne duas vezes por ano sob a presidência do Ministro de Plano e Finanças e tem como função avaliar o relatório do período, apreciando as acções desenvolvidas, a sua pertinência e coerência, a utilização dos recursos e o impacto obtido.
- Comissão Técnica Multisectorial (CTM), formado por técnicos designados em representação dos sectores respectivos, responsáveis e técnicos do Observatório, da Direcção do Planeamento (DP) e do Instituto Nacional de Estatística (INE), reúne trimestralmente também sob a presidência do MPF, e tem como função analisar, completar, os relatórios periódicos produzidos pelo Observatório e apoiar o Observatório nas respectivas tarefas, tendo a DP e a INE o dever obrigatório de cooperar com o Observatório no quadro de programação das acções e dos instrumentos para o acompanhamento e avaliação da ENRP.
- Observatório de Redução da Pobreza (ORP), órgão técnico sob a tutela do Ministro de Plano e Finanças, tem a função técnica de seguir e avaliar as acções relativas à redução da pobreza no País e criar condições para a avaliação e actualização periódicas da ENRP.
- Pontos Focais (Antenas) dos sectores, para fins de coordenação e seguimento das acções sectoriais, e outras instituições.

O Observatório de Redução da Pobreza, devidamente estruturado e equipado com meios técnicos e materiais, com recursos humanos capacitados e em interacção com as demais componentes da estrutura criada, deverá estar em condições de poder garantir esse tipo de serviço, após uma concertação prévia com todos os parceiros.

## **Anexos**

## Anexo 1: Objectivos quantificados de redução da pobreza, Indicadores, Metas

Eixos da ENRP/Objectivos e indicadores		Fontes de informação	Unidade	Situação de referência		Situação actual	Metas Indicativas						
				Data	Indicador	2004	2005	2006	2007	2008	2010		
1. Objectivos Gerais - Reduzir a pobreza[2]													
População - Projecções com taxa de crescimento anual de 2,5%		INE - RGHP - Agosto de 2001	Milhares	2002	145	146,1	149	151,9	154,8	157,8	163,8		
Distribuição espacial da população	Urbana. Da qual: pobre	Estudo «Perfil da Pobreza», 2000-2001. PNUD - BAD -OIT, Maio 2001	Percentagem da população	2001	55,6	56,9	57,7	58,3	59,1	59,7	61,1		
	Rural. Da qual: pobre	Estudo «Perfil da Pobreza», 2000-2001. PNUD - BAD -OIT, Maio 2001	Percentagem da população	2001	44,4	43,1	42,3	41,7	40,9	40,3	38,9		
Índice da pobreza	Meio Urbano	P0	Percentagem da população	2001	45		37*					22*	
		P1			14,9								
		P2			6,8								
	Meio Rural	P0	Estudo «Perfil da Pobreza», 2000-2001. PNUD - BAD -OIT, Maio 2001.	% da população	2001	64,9		57*					33*
		P1				24,7							
		P2				12,4							

n.e. = Valores não estimados  
n.d.= Valores não disponíveis  
\* = Estimativas  
P0= Incidência da pobreza  
P1= Profundidade da pobreza  
P2= Intensidade da Pobreza

Eixos da ENRP/Objectivos e indicadores		Fontes de informação	Unidade	Situação de referência		Situação actual	Metas Indicativas				
				Data	Indicador		2004	2005	2006	2007	2008
Rendimento da população no Limiar da pobreza - projecções com base nas (02-05=5%); (06-10=37,3% e (11-15 = 5%)		Inquérito sobre as Condições de Vida das Famílias (INE - Novembro de 2000-Fevereiro de 2001).	Mil Dbs/Ano/Pessoa	2001	2.639						
			USD/Ano/Pessoa	2001	294		357*				1 742*
Perfil da pobreza	População pobre	Estudo «Perfil da Pobreza», 2000-2001. PNUD - BAD - OIT, Maio 2001	%	2001	53,8		51,1				26,9
	População no limiar da pobreza	Estudo «Perfil da Pobreza», 2000-2001. PNUD - BAD - OIT, Maio 2001	%	2001	38,7		37,5				19,4
	População em estado de extrema pobreza	Estudo «Perfil da Pobreza», 2000-2001. PNUD - BAD - OIT, Maio 2001	%	2001	15,1		14,3				7,5
Peso das despesas com a alimentação no das Famílias	Pobres	INE - Índice de Preços no Consumidor	%	2001	74,8		n. e.				n. e.
	Extremamente pobres	INE - Índice de Preços no Consumidor	%	2001	79,1		n. e.				n. e.
Peso das despesas com a Saúde, Educação e Habitação	Pobres	INE - Índice de Preços no Consumidor	%	2001	5,1		n. e.				n. e.
	Extremamente pobres	INE - Índice de Preços no Consumidor	%	2001	4,4		n. e.				n. e.

Eixos da ENRP/Objectivos e indicadores	Fontes de informação	Unidade	Situação de referência		Situação actual	Metas Indicativas				
			Data	Indicador	2004	2005	2006	2007	2008	2010
<b>2 - Política económica e financeira - Acelerar o crescimento económico</b>										
Taxa real de crescimento anual do PIB	Request for a three year Arrangement under PRGF 2005-2007	%	2002	5	3,8	3,2	4,5	5,5	6,5	7,5
Produto Interno Bruto per capita	Debt Relief International-Seminary-April 2005	US \$	2002	443	465	484	488	491	494	500
Deflador do PIB	Debt Relief International-Seminary-April 2005	%	2001	8,60%	14,00%	1,2	1,3	1,4	1,4	1,4
Peso do Crescimento Privado no PIB	Request for a three year Arrangement under PRGF 2005-2007	%	2003	16,00%	15,10%	21,0%	24,0%	32,0%	36,0%	36,4%
Peso do Investimento no PIB	Request for a three year Arrangement under PRGF 2005-2008	%	2003	36,1%	34,5%	37,3%	40,2%	47,7%	50,9%	49,4%
<b>Sector Externo</b>										
Exportações (FOB)	Debt Relief International-Seminary-April 2005	Milhões de US\$	2002	6,5	19,8	17,5	17,7	17,9	18,2	17,7
Importações (CIF)	Debt Relief International-Seminary-April 2005	Milhões de US \$	2002	27,2	57	61,8	67,2	73,3	73,6	74,4
Taxa de cobertura (Exportações/Importações)	Debt Relief International-Seminary-April 2005	%	2002	23,40%	34,74%	28,32%	26,34%	24,42%	24,73%	23,79%

Fonte: INE (2004)

\* Estimativa num cenário pessimista sem receitas de petróleo

Eixos da ENRP/Objectivos e indicadores	Fontes de informação	Unidade	Situação de referência		Situação actual	Metas Indicativas				
			Data	Indicador	2004	2005	2006	2007	2008	2010
<b>Orçamento</b>										
Receitas correntes internas	2º Seminário Nacional sobre estratégia da Dívida Externa - Abril de 2005	Bilhões de Dbs	2003	140	165	206	239	280	325	414
Percentagem das receitas correntes PIB		%	2003	25%	26,2%	26,7%	26,8%	27,1%	27,2%	27,3%
Despesas correntes	Debt Relief International-Seminary-April 2005	Bilhões de Dbs	2003	183,00	291,30	301,50	318,10	329,40	461,20	887,80
Saldo global do OGE	Debt Relief International-Seminary-April 2005	Bilhões de Dbs	2003	-42,6	-126,3	-95,5	-78,7	-49,6	-136,6	-473,7
<b>Estabilidade Macroeconómica Preços e Câmbios</b>										
Taxa de inflação (em %)	Debt Relief International-Seminary-April 2005	%	2002	9,00%	15,20%	20,00%	30,00%	38,00%	40,00%	38,50%
Taxa de câmbio média anual da Dobra face ao Dólar Americano	Debt Relief International-Seminary-April 2005	Dbs	2003	9.348	9.902	10.922	12.178	13.579	15.910	21.841
Diferencial da taxa de câmbio entre a Dobra e o dólar Americano (Câmbio paralelo e oficial)	Debt Relief International-Seminary-April 2005		2000	5%						
Rácio da Dívida Externa/PIB em %)	Debt Relief International-Seminary-April 2005	%	Dez. 1999	624%	351%	335%	317%	299%	281%	246%

Eixos da ENRP/Objectivos e indicadores	Fontes de informação	Unidade	Situação de referência		Situação actual	Metas Indicativas				
			Data	Indicador	2005	2005	2006	2007	2008	2010
<b>Agricultura e Desenvolvimento Rural</b>										
Incidência da extrema pobreza na população localizada no meio rural	Estudo « Perfil da Pobreza», 2000-2001, PNUD-BAD-OIT, Maio 2001	%	2001	22%						
Peso do sector agrícola no PIB	INE	%	2001	22%						
Investimentos na Replantação do cacauzal	Plano de acções da ENRP	Ha				2000				2000
Investimentos na Replantação do cafezal	Plano de acções da ENRP	Ha				2000				2000
Apoio à agricultura familiar na plantação do café robusta e arábica	Plano de acções da ENRP	Ha								1000
Reabilitação/Construção de caminhos agrícolas	Plano de acções da ENRP	Km			86		30	40	50	
Famílias beneficiadas com parcelas de terra		N.º de Famílias	93	8.297						
		N.º Total Beneficiários	2000	40000 <sup>a</sup>	-	-	-	-		
<b>Turismo</b>										
Contribuição do sector para o PIB		%	2001	1,4		5				8

Eixos da ENRP/Objectivos e indicadores	Fontes de informação	Unidade	Situação de referência		Situação actual	Metas Indicativas				
			Data	Indicador	2004	2005	2006	2007	2008	2010
<b>3 - Sectores Sociais</b>										
<b>Emprego</b>										
População activa ( Definição = Pessoas com 10 ou mais anos). Dos quais:	INE: (ICVF 2000)	N.º	2001	92.337	137.802	140.231	143.043	146.168		
Economicamente activos		N.º		43.839	42.955	44.314	44.397	44.378		
Inactivos dos quais :		N.º		48.498	94.847	95.917	98.646	101.790		
Estudantes		%		53						
Mulheres exercendo funções domésticas		N.º		23.586						
		%		19,20						
<b>Outros Indicadores:</b>										
População economicamente activa			2001	85,60	35,10%	35,6	35,1	34,3		
População activa ocupada				5,50	29,40%	29,7	29,2	28,7		

Eixos da ENRP/Objectivos e indicadores	Fontes de informação	Unidade	Situação de referência		Situação actual	Metas Indicativas					
			Data	Indicador		2004	2005	2006	2007	2008	2010
ENSINO PRIMÁRIO	taxa líquida de escolarização	Direcção de plano do Ministério de Educação	%	2002	79,85		87				97
	Efectivos escolares	Idem		2000-01	22.270		31.091				44.011
	Coeficiente de eficácia	Idem		2001	56		80				90
	Taxa bruta da escolarização das raparigas	Idem	%	2000-01							
	Rácio alunos/Professor	Idem	N.º	2002	33	32	30				30
	Rácio alunos/Sala		N.º	2002	31	31	30				30
	Rácio turmas/Sala		N.º	2002	2,1	2	2				2
	Professores com título académico	Idem	%	2002	45,5	39	60				70

Eixos da ENRP/Objectivos e indicadores		Fontes de informação	Unidade	Situação de referência		Situação actual	Metas Indicativas				
				Data	Indicador		2004	2005	2006	2007	2008
					Proporção de raparigas que ingressam no E. S.					52%	
ENSINO SECUNDÁRIO	Rácio turmas/Sala	Idem	N.º	2002	1,5	2	1,5				1,5
	Rácio alunos/ turma	Idem	N.º	2002	47	46	40				35
	Rácio Alunos/Professor no Ensino Secundário	Idem	N.º	2002	32	28	30				30
	Taxa de alfabetização de jovens e adultos	Idem	%	2001	80,7	83,4	85				95
	Peso das despesas com a educação no OGE	Idem	%	1999	10,8	n.d.	17				17
	Peso das despesas de investimento com a educação no total do PIP	PIP	%	2000	6,7	n.d.					n.e
	Peso das despesas das Famílias com o ensino (Inscrição, livros e materiais escolares)	INE - Ponderadores do PIC	%	2002	0,4	n.d.					n.e.

Eixos da ENRP/Objectivos e indicadores	Fontes de informação	Unidade	Situação de referência		Situação actual	Metas Indicativas				
			Data	Indicador	2004	2005	2006	2007	2008	2010
<b>Saúde e Nutrição</b>										
Esperança de vida à nascença	« Pauvreté et santé - Agosto	Anos	2002	65	65,1	65	66	66,4	66,8	67,6
Índice sintético de fecundidade	Quadro estratégico para redução da pobreza - Sector Saúde	Taxa	2000	2,8	4,4	4,3	4,2	4,1	4	3,8
Habitantes por técnicos de saúde	Médicos	Pauvreté et santé-Agosto 2002	2000	7.414	2.284					
	Enfermeiras	Direcção de Recursos Humanos da Saúde		1.963	908					
	Parteiras			33.364	n.d.					
Taxa de mortalidade de crianças > 1 ano		1/000	2001	55,2	59	n.d.	55,2	50		45
Taxa de mortalidade de crianças > 5 anos	Mics 2000	1/000	2002	105	96	n.d.	88	81		73
Proporção das crianças > 1 ano vacinadas contra Sarampo		%	1998		86,49	n.e	90	93		95
Taxa de prevalência da Contracepção		%			28,4	n.e	30	33,5		37
Taxa de mortalidade maternapor 100.000 nados vivos	Min. Saúde.	Base = 100.000	2001	101,6	287,9	n.e	148,5	140		120
Taxa de cobertura vacinal	Pauvreté et santé-Agosto 2002	Perc.	2000	85,5						
Taxa de partos assistidos	Pauvreté et santé-Agosto 2002	%	2000	58,5	79,8	n.e	80	84	90	90
Índice de prematuridade (baixo peso á nascença)	MICS 2000	%	2000	15,2		n.e				
Prevalência de casos de infecção do HIV em mulheres grávidas (15 - 24 anos)	Estratégia Nac. Luta contra P./2000	%	1996	3%	1,3	n.e				

Eixos da ENRP/Objectivos e indicadores		Fontes de informação	Unidade	Situação de referência		Situação actual 2004	Metas Indicativas				
				Data	Indicador		2005	2006	2007	2008	2010
				Seropositividade em doadores de sangue			%	1996	1%		
Seropositividade atribuída a transfusões de sangue		15%									
Causas de morte de crianças de menos de 5 anos por má nutrição			%	2001	15%						
PALUDISMO	Prevalência na população	Pauvreté et santé-Agosto 2002	%	2000	80%						
	Peso nas principais causas de morte				24%						
	Causa de morte de crianças com menos de cinco anos		%		50%						
Taxa de Prevalência do Paludismo		Estratégia Nac. de Luta Contra Paludismo	%				200	150	100		
Taxa de Mortalidade por Paludismo		Estratégia Nac. de Luta Contra Paludismo	%	2000	1,9	1,2	n.e	1	0,8	0,5	n.e
Proporção de Óbitos por Paludismo em Total de Óbitos		Estratégia Nac. de Luta Contra Paludismo	%	2002	27,4	14,8	n.e	12,3	9	6	n.e
Taxa de Prevalência da Tuberculose			%	2002	94	153	n.e				
Taxa de fecundidade Total		Censo 2001	%					4,5	4,3	4	
Unidades sanitárias que prestam cuidados de saúde materna e Planeamento familiar			%	73%	75%						90
Unidades Sanitárias Construídas		Carta Sanitária	Nº			30	n.e	40	30	0	
População com idade entre 15 - 65 que padece de doenças não especificadas que pode ser transmitida sexualmente		Estudo transversal abrangendo 6 distritos	%	1991	47%		n.e				n.e

Eixos da ENRP/Objectivos e indicadores		Fontes de informação	Unidade	Situação de referência		Situação actual	Metas Indicativas				
				Data	Indicador		2004	2005	2006	2007	2008
				Acesso geográfico a C. S. Distritais		Carta Sanitária de STP - 2000	%	2000	65,1		n.e
	%		85,5				n.e				n.e
	%		14,5				n.e				n.e

Eixos da ENRP/Objectivos e indicadores	Fontes de informação	Unidade	Situação de referência		Situação em 2004	Metas indicativas					
			Data	Indicador		2005	2006	2007	2008	2010	
Peso das despesas com a saúde no Orçamento Geral do Estado	PIP	%	2001	7	4	13					13
Peso das despesas de investimento com a saúde no PIP	PIP	%	2000	4,8	13,86	16,36	17,84	18	20	20	
Peso das despesas das famílias com a Saúde (Medicamentos e Serviços)	INE - Ponderadores do IPC	%	2002	1,3							
Peso das despesas das Famílias com a alimentação (Produtos alimentares e bebidas)	INE - Ponderadores do IPC	%	2002	71,8							
<b>4- Infra-estruturas e Meio Ambiente</b>											
<b>Água e Saneamento</b>											
Taxa de ligação à rede pública de água	Estudo « Perfil da Pobreza», 2000-2001. PNUD-BAD-OIT, Maio 2001	%	2001	19,6							50
Peso das necessidades em água nas despesas das Famílias	INE - Ponderadores do IPC	%	2002	0,2							
Agregados familiares que têm fossa séptica ou estão ligados a rede pública de esgotos	Estudo « Perfil da Pobreza», 2000-2001. PNUD-BAD-OIT, Maio 2001	%	2001	16		25					75

Eixos da ENRP/Objectivos e indicadores		Fontes de informação	Unidade	Situação de referência		Situação actual	Metas Indicativas				
				Data	Indicador	2004	2005	2006	2007	2008	2010
	W.C. modernos	Pauvreté et santé-Agosto 2002	%	2000	16,1						
Utilização de equipamentos sanitários	Latrinas				12,3						
	Outros meios				71,6						
<b>Energia</b>											
<b>População com acesso à electricidade a nível nacional</b>			%	2002	17.379						
Consumo per capita ( Nacional KWA)		Programme d' Assistance technique- Gestion des Ressources Publiques, Mars - 2003. B. M.	Kwa /Pessoa	2002	215 Kwh/ano /hab.						
Condições de vida em bairros periféricos urbanos											
População abrangida			N.º								
Acesso à água potável			%								
Acesso à energia eléctrica			%								
Cobertura com latrinas e saneamento básico			%								
<b>Ambiente</b>											

Eixos da ENRP/Objectivos e indicadores	Fontes de informação	Unidade	Situação de referência		Situação actual	Metas Indicativas					
			Data	Indicador	2004	2005	2006	2007	2008	2010	
Taxa de recolha e transporte de resíduos sólidos no meio urbano e periurbano		%									

## Anexo 2: Necessidade de financiamento

**PROGRAMA DE ACÇÕES PRIORITÁRIAS PARA A BOA GOVERNAÇÃO E REDUÇÃO DA POBREZA 2006-2008**

(Necessidade de financiamento)

Programas/Projectos	Custo em USD 000		
	Total	Assegurado	A mobilizar
<b>EIXO 1: REFORMA DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS, REFORÇO DAS CAPACIDADES E PROMOÇÃO DE UMA POLÍTICA DE BOA GOVERNAÇÃO</b>			
<b>1. GOVERNAÇÃO POLÍTICA, REFORMA DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E REFORÇO DAS CAPACIDADES</b>	<b>3.365</b>	<b>0</b>	<b>3.365</b>
Estabelecimento de um quadro institucional para a implementação da reforma do Estado	100	0	100
Implementação do "Mecanismo Africano de Apreciação pelos Pares (APRM)" do NEPAD	150	0	150
Reforço das capacidades da Assembleia Nacional	600	0	600
Criação de um mecanismo nacional para Seguimento e Avaliação das Questões de Género	515	0	515
Redimensionamento, Reorganização e Modernização da Administração Pública	2.000	0	2.000
<b>2. GOVERNAÇÃO REGIONAL E LOCAL</b>	<b>1.300</b>	<b>0</b>	<b>1.300</b>
Estudo para uma nova divisão político-administrativa, revisão da lei e reestruturação dos órgãos de poder regional e local	190	0	190

Programas/Projectos	Custo em USD 000		
	Total	Assegurado	A mobilizar
Reforço das capacidades humanas, materiais e financeiras das administrações regional e local	1.000	0	1.000
Dinamização de um quadro institucional central de apoio técnico às administrações descentralizadas	60	0	60
Institucionalização da inspecção das administrações descentralizadas	50	0	50
<b>3. GOVERNAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA</b>	<b>9.525</b>	<b>8.365</b>	<b>1.160</b>
3.1. Reforma das Finanças Públicas	6.665	6.665	0
<i>Apoio à gestão das despesas públicas</i>	<i>1.670</i>	<i>1.670</i>	0
<i>Apoio à gestão dos recursos petrolíferos</i>	<i>1.970</i>	<i>1.970</i>	0
<i>Apoio à gestão das receitas fiscais</i>	<i>3.025</i>	<i>3.025</i>	0
☐ Apoio institucional	310	310	0
☐ Informatização do circuito das receitas fiscais	660	660	0
☐ Modernização das Alfândegas	1.215	1.215	0
☐ Formação do pessoal	450	450	0
☐ Reforço das funções de auditoria e inspecção fiscal	390	390	0
3.2. Apoio institucional aos serviços sectoriais do plano	1.060	0	1.060
3.3. Elaboração de uma lei sobre micro-finanças e criação de uma célula de seguimento no Banco Central	100	0	100
3.4. Desenvolvimento da capacidade institucional para estudos e pesquisa para o desenvolvimento	1.700	1.700	0
<b>4. GOVERNAÇÃO JUDICIARIA</b>	<b>4.505</b>	<b>200</b>	<b>4.305</b>
Actualização da legislação obsoleta	200	200	0
Reforço dos serviços de fiscalização e inspecção da justice	300	0	300

Programas/Projectos	Custo em USD 000		
	Total	Assegurado	A mobilizar
Aquisição de meios de funcionamento (equipamentos informáticos, veículos,...)	565	0	565
Reabilitação do Edifício dos Tribunais	600	0	600
Elaboração e implementação de um programa de formação de magistrados e auxiliares de justiça, ...)	350	0	350
Modernização dos serviços de registo e notariado	250	0	250
Criação de facilidades de acesso dos pobres à justice	90	0	90
Estudo de viabilidade de criação de tribunais especializados	50	0	50
Criação de mecanismos extra-judicial de resolução de conflitos comerciais	100	0	100
Integração da prevenção e combate ao crime e reforço da segurança no processo de desenvolvimento económico e social	2.000	0	2.000
<b>5. PROMOVER A SOCIEDADE CIVIL E O SEU ENGAJAMENTO PARTICIPATIVO NA LUTA CONTRA A POBREZA</b>	<b>1.085</b>	<b>885</b>	<b>200</b>
Reforço das capacidades de intervenção das ONG	340	340	0
Adaptação e dinamização do Conselho Superior de Imprensa	50	50	0
Reforço das capacidades dos órgãos de comunicação social	300	300	0
Dinamização do funcionamento do Conselho de Concertação Social	45	45	0
Campanha de advocacia para engajar as ONG na luta contra a pobreza e exclusão social	150	150	0
Governança electrónica	200	0	200
□ <i>Promoção da Sociedade de Informação</i>	200	0	200
<b>TOTAL EIXO I</b>	<b>19.780</b>	<b>9.450</b>	<b>10.330</b>
<b>EIXO 2: CRESCIMENTO ACELERADO E REDISTRIBUTIVO</b>			

Programas/Projectos	Custo em USD 000		
	Total	Assegurado	A mobilizar
<b>1. Criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento do sector privado</b>	<b>980</b>	<b>0</b>	<b>980</b>
Actualização do quadro jurídico do comércio	150	0	150
Desenvolvimento do quadro institucional de promoção e apoio do sector privado	170	0	170
Simplificação dos procedimentos para estabelecimento de sociedades	50	0	50
Estabelecimento de um balcão de atendimento do sector privado (guichet único)	110	0	110
Elaboração do cadastro rural (fase I)	500	0	500
<b>2. Desenvolvimento e modernização da agricultura, pecuária, florestas e pesca</b>	<b>4.400</b>	<b>2.000</b>	<b>2.400</b>
Reforço institucional	<b>2.400</b>	<b>0</b>	<b>2.400</b>
▢ <i>Reforço das capacidades de pesquisa aplicada no CIAT</i>	<i>1.000</i>	<i>0</i>	<i>1.000</i>
▢ <i>Recenseamento agro-florestal</i>	<i>1.000</i>	<i>0</i>	<i>1.000</i>
▢ <i>Apoio institucional ao MADRP</i>	<i>400</i>	<i>0</i>	<i>400</i>
Recuperação do Sistema Nacional de irrigação	2.000	2.000	0
<b>3. Desenvolvimento da agro-indústria</b>	<b>540</b>	<b>0</b>	<b>540</b>
Diagnóstico do sector e elaboração de estudos sobre as fileiras	540	0	540
<b>4. Dinamização de um turismo de qualidade</b>	<b>1.000</b>	<b>0</b>	<b>1.000</b>
Recuperação e valorização do património arquitectónico das antigas casas das roças	1.000	0	1.000
<b>5. Centro de transbordo</b>	<b>700</b>	<b>0</b>	<b>700</b>
Busca de parceria privada para o desenvolvimento do porto de águas	700	0	700

Programas/Projectos	Custo em USD 000		
	Total	Assegurado	A mobilizar
profundas			
<b>6. Liberalização das telecomunicações</b>	<b>150</b>	<b>0</b>	<b>150</b>
Reforço das capacidades para preparação e implementação do quadro de regulação do sector	150	0	150
<b>7. Transportes</b>	<b>41.413</b>	<b>8.622</b>	<b>32.791</b>
<b>7.1. Infra-estruturas rodoviárias</b>	<b>19.643</b>	<b>3.222</b>	<b>16.421</b>
Reabilitação das estradas principais	10.300	0	10.300
Reabilitação das Obras de arte nas estradas principais	3.710	0	3.710
Construção, reabilitação e conservação das estradas secundárias	5.633	3.222	2.411
□ Construção	2.412	0	2.412
□ Reabilitação e conservação (ver pistas rurais e de produção no eixo 3)	3.221	0	3.221
<b>7.2. Transporte aéreo</b>	<b>17.800</b>	<b>5.400</b>	<b>12.400</b>
Reabilitação da pista do aeroporto de Príncipe	800	400	400
Modernização do aeroporto de S. Tomé Fase I	17.000	5.000	12.000
<b>7.3. Melhoria das infra-estruturas portuárias</b>	<b>3.300</b>	<b>0</b>	<b>3.300</b>
□ Estudo para a construção de um cais no Príncipe	300	0	300
□ Operacionalização do porto de S. Tomé (infra-estrutura, gruas, barco, mudança de estatuto e reforço da gestão do porto)	3.000	0	3.000
<b>7.4. Desenvolvimento institucional dos sectores das Obras Públicas, Transportes e Ordenamento do Território</b>	<b>670</b>	<b>0</b>	<b>670</b>
□ Apetrechamento do Laboratório de Engenharia Civil	200	0	200
□ Plano director marítimo-portuário	120	0	120

Programas/Projectos	Custo em USD 000		
	Total	Assegurado	A mobilizar
☐ Plano de ordenamento do território	350	0	350
<b>8. Energia</b>	<b>5.476</b>	<b>0</b>	<b>5.476</b>
Protecção da rede, reabilitação da linha de média tensão e transformadores de Guegue	2.150	0	2.150
Aumento da potencia instalada de 1,5Mw	1.150	0	1.150
Elaboração do Plano Director de Energia	350	0	350
Diversificação das fontes de energia eléctrica	1.826	0	1.826
☐ <i>Mini- Central hidroeléctrica de S .Luzia</i>	1.826	0	1.826
<i>(ver eixo 3 para as acções específicas para os pobres em matéria de energia)</i>			
<b>9. Água e saneamento</b>	<b>974</b>	<b>974</b>	<b>0</b>
Reforço institucional	824	874	0
☐ Estudos sobre os recursos hídricos e cartografia	300	300	0
☐ Reforço do laboratório de análise de Água (análises química, bacteriológica, física)	200	200	0
☐ Reforço de capacidade de gestão de recursos naturais e energia	324	324	0
Actualização do Plano Director de abastecimento de água	150	150	0
<b>10. Implementação das convenções sobre o ambiente</b>	<b>3.399</b>	<b>2.381</b>	<b>1.018</b>
Preparação de Planos de Acção	763	763	0
Reforço das capacidades	123	70	53
Formação	100	100	0
Legislação	192	192	0
ECOFAC - IV	871	0	871

Programas/Projectos	Custo em USD 000		
	Total	Assegurado	A mobilizar
Sistema de informação climática e do estado do mar para o apoio ao desenvolvimento sustentado	330	248	82
Implementação das convenções (biodiversidade, protecção do sistema ecológico e da camada de ozono)	1.000	988	12
Seguimento e avaliação	20	20	0
<b>TOTAL EIXO II</b>	<b>59.032</b>	<b>13.977</b>	<b>45.055</b>
<b>EIXO 3: CRIAÇÃO DE OPORTUNIDADES DE RENDIMENTOS PARA OS POBRES</b>			
<b>1. Melhoria da garantia de posse de terra</b>	<b>125</b>	<b>75</b>	<b>50</b>
Revisão da lei fundiária	50	0	50
Publicação dos títulos de posse de terra, resolução dos conflitos e atribuição de títulos definitivos	75	75	0
<b>2. Aumento de rendimento agro-pecuário e pesqueiro</b>	<b>11.500</b>	<b>5000</b>	<b>6.500</b>
Projecto de apoio ao desenvolvimento da pecuária (fase II)	5.000	5000	0
Repovoamento Florestal (fase I)	1.000	0	1.000
Projecto integrado de pescas em Neves (fase II)	5.500	0	5.500
<b>3. Garantia de segurança alimentar</b>	<b>2.500</b>	<b>2.500</b>	<b>0</b>
Projecto de apoio participativo à agricultura familiar e pescas	2.500	2.500	0
<b>4. Melhoria das infra-estruturas rurais</b>	<b>22.163</b>	<b>8.727</b>	<b>13.436</b>
Reabilitação das pistas rurais e caminhos de produção	6.000	0	6.000
Reabilitação das obras de arte nos centros rurais	3.447	3.447	0
Electrificação das comunidades rurais	1.200	0	1.200
Telefonia rural	230	0	230

Programas/Projectos	Custo em USD 000		
	Total	Assegurado	A mobilizar
Saneamento das águas usadas no meio rural	1.000	0	1.000
Reabilitação da conduta de Água Moreira I	1.500	1.500	0
Sistema de adução de Água Clara I e II	3.200	3.200	0
Reabilitação dos sistemas de abastecimento de água potável dos centros secundários	<b>5.586</b>	<b>580</b>	<b>5.086</b>
<i>Água Canga, Cruzeiro, Obolongo &amp; Pau Sabão</i>	580	580	0
☐ Vadge Sun Pinho	2.900	0	2.900
☐ Neves	2.106	0	2.106
<b>5. Melhoria dos serviços e infra-estruturas urbanas</b>	<b>5.200</b>	<b>3.200</b>	<b>2.000</b>
Recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos e hospitalares incluindo a desratização	2.000	2000	0
Manutenção, Limpeza e Saneamento de Canais	1.200	1.200	0
Projecto integrado de reabilitação urbana e de habitação nos centros urbanos	2.000	0	2.000
<b>6. Programa de acompanhamento</b>	<b>2.220</b>	<b>1.398</b>	<b>822</b>
Criação de um pólo de formação profissional nas regiões Sul e Norte	1.000	1.000	0
Promoção de iniciativas locais para o emprego	50	0	50
Reforço da qualidade e profissionalismo das mulheres	182	10	172
Apoio à integração do género e desenvolvimento	388	388	0
Projecto-piloto de trabalhos de ordenamento rural de alta intensidade de mão-de-obra	600	0	600
<b>TOTAL EIXO III</b>	<b>43.708</b>	<b>20.900</b>	<b>22.808</b>
<b>EIXO IV: DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS E</b>			

Programas/Projectos	Custo em USD 000		
	Total	Assegurado	A mobilizar
<b>MELHORIA DO ACESSO AOS SERVIÇOS SOCIAIS</b>			
<b>1. SAÚDE</b>	<b>19.156</b>	<b>14.067</b>	<b>5.089</b>
<b>1.1 Reestruturação e reforço dos serviços de saúde de base</b>	<b>9.475</b>	<b>8.194</b>	<b>1.281</b>
☐ Reforço das capacidades institucionais	1.281	0	1.281
☐ Construção e reabilitação dos dispensaries	3.535	3.535	0
☐ Aprovisionamento com medicamentos e instrumentos	3.211	3.211	0
☐ Formação	1.448	1.448	0
<b>1.2 Reforço dos serviços especializados do Hospital Central e serviços centrais de saúde</b>	<b>3.015</b>	<b>0</b>	<b>3.015</b>
<b>1.3 Programa de luta contra as doenças</b>	<b>4.571</b>	<b>4.571</b>	<b>0</b>
☐ Prevenção e tratamento do paludismo	3.278	3.278	0
☐ Luta contra SIDA e Tuberculose	1.293	1.293	0
<b>1.4 Programas de prevenção</b>	<b>2.095</b>	<b>1.302</b>	<b>793</b>
☐ Vigilância epidemiológica	648	648	0
☐ Despistagem do câncer da mama e da próstata	130	0	130
☐ Cuidados materno e infantil	145	0	145
☐ Suplementos micro-nutricionais	78	0	78
☐ Saúde sexual reprodutiva	974	624	350
☐ Saúde escolar	120	30	90
<b>2. EDUCAÇÃO</b>	<b>23.752</b>	<b>14.737</b>	<b>9.015</b>
<b>2.1 Reforço do sistema educativo nacional</b>	<b>1.132</b>	<b>275</b>	<b>857</b>
☐ Reforço das funções chave do MEC	500	200	300
☐ Reforço das capacidades do ISP	247	0	247

Programas/Projectos	Custo em USD 000		
	Total	Assegurado	A mobilizar
☐ Apoio à inovação	385	75	310
<b>2.2 Formação de professores</b>	<b>1.731</b>	<b>274</b>	<b>1.457</b>
☐ Formação de base	991	177	814
☐ Formação de formadores (extra curriculum)	740	97	643
<b>2.3 Generalização e melhoria do ensino de base</b>	<b>4.095</b>	<b>3000</b>	<b>1.095</b>
☐ Construção de jardins e crèches	500	0	500
☐ Construção e reabilitação de escolas primárias incluindo abastecimento de água	3.000	3000	0
☐ Aquisição de material escolar	595	0	595
<b>2.4 Melhoria da qualidade do ensino secundário</b>	<b>4.751</b>	<b>2.238</b>	<b>2.513</b>
☐ Reestruturação e melhoria do ensino	2.288	0	2.288
☐ Construção e conservação das escolas	2.000	2.000	0
☐ Centro de apoio pedagógico	225	0	225
☐ Actividades desportivas	238	238	0
<b>2.5 Estabelecimento do ensino técnico profissional</b>	<b>3.700</b>	<b>3000</b>	<b>700</b>
☐ Criação e reabilitação das escolas	3.000	3.000	0
☐ Desenvolvimento institucional	200	0	200
☐ Formação de professores	500	0	500
<b>2.6 Apoio aos mais desfavorecidos</b>	<b>8.043</b>	<b>5.650</b>	<b>2.393</b>
☐ Bolsa escola	890	286	604
☐ Transporte e cantina escolar	1.200	1.200	0
☐ Meninos de rua	99	0	99
☐ Construção e funcionamento de um Lar para alunos do interior do	300	300	0

Programas/Projectos	Custo em USD 000		
	Total	Assegurado	A mobilizar
Distrito de Caué em Angolares			
☐ Alfabetização de adultos	636	318	318
☐ Crianças deficientes	372	0	372
☐ Escolas alternativas	565	565	0
☐ Apoio a educação de base e ao sistema de saúde a favor de grupos vulneráveis	2.981	2.981	0
☐ Promoção de iniciativas locais que fomentem o emprego	1.000	0	1.000
<b>2.7 Cultura e desenvolvimento</b>	<b>300</b>	<b>300</b>	<b>0</b>
<b>3. PROTECÇÃO SOCIAL</b>	<b>1.680</b>	<b>1.680</b>	<b>0</b>
☐ Apoio as Mães carenciadas	1.500	1.500	0
☐ Apoio aos Órfãos, Deficientes e Idosos extremamente carentes	180	180	0
<b>TOTAL EIXO IV</b>	<b>44.588</b>	<b>30.484</b>	<b>14.104</b>
<b>EIXO V: SEGUIMENTO E AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE REDUÇÃO DA POBREZA</b>			
<b>Informações estatísticas</b>	<b>1.042</b>	<b>0</b>	<b>1.042</b>
☐ Reestruturação do sistema nacional de estatística	145	0	145
☐ Inquéritos sociais, demográficas e económicas	400	0	400
☐ Contas Nacionais	497	0	497
<b>Observatório de Redução da Pobreza</b>	<b>605</b>	<b>130</b>	<b>475</b>
Apoio ao desenvolvimento institucional do Observatório para seguimento e avaliação da ENRP	605	130	475
<b>TOTAL EIXO V</b>	<b>1.647</b>	<b>130</b>	<b>1.517</b>
<b>TOTAL DOS EIXOS (I-V)</b>	<b>168.755</b>	<b>74.941</b>	<b>93.814</b>

## Anexo 3: Distribuição anual

**PROGRAMA DE ACÇÕES PRIORITÁRIAS PARA A BOA GOVERNAÇÃO E REDUÇÃO DA POBREZA 2006-2008**

(Distribuição anual)

**Eixo I - Reforma das Instituições Públicas, Reforço das Capacidades e Promoção de uma Política de Boa Governação**

Programas	Componentes	Valor em USD 000			
		2006-2008	2006	2007	2008
<b>Governação Política, Reforma das Instituições Públicas e Reforço das capacidades</b>	Estabelecimento de um quadro institucional para a implementação da reforma do Estado	100	100	0	0
	Implementação do "Mecanismo Africano de Apreciação pelos Pares (APRM)" do NEPAD	150	50	50	50
	Reforço das capacidades da Assembleia Nacional	600	200	200	200
	Criação de um mecanismo nacional para Seguimento e Avaliação das Questões de Género e Desenvolvimento	515	0	100	415
	Redimensionamento, Reorganização e Modernização da Administração Pública	2.000	500	600	900
		<b>3.365</b>	<b>850</b>	<b>950</b>	<b>1.565</b>
<b>Governação Regional e Local</b>	Estudo para uma nova divisão político-administrativa, revisão da lei e reestruturação dos órgãos de poder regional e local	190	190	0	0
	Reforço das capacidades humanas, materiais e financeiras das administrações regional e local	1.000	200	300	500

Programas	Componentes	Valor em USD 000			
		2006-2008	2006	2007	2008
	Dinamização de um quadro institucional central de apoio técnico às administrações descentralizadas	60	60	0	0
	Institucionalização da inspecção das administrações descentralizadas	50	50	0	0
		<b>1.300</b>	<b>500</b>	<b>300</b>	<b>500</b>
<b>Governança Económica e Financeira</b>	Reforço das capacidades de gestão das despesas públicas: Elaboração da Nomenclatura Orçamental, Formação & Equipamento, e modernização dos mercados de bens e serviços públicos	1.670	270	900	500
	Reforço das capacidades de gestão das despesas públicas: Apoio a gestão dos recursos petrolíferos	1.970	370	1.000	600
	Reforço das capacidades de gestão das receitas fiscais: Apoio institucional; Informatização do circuito das receitas fiscais; Modernização das Alfandegas; Formação de pessoal; Reforço das funções de auditoria e inspecção fiscal	3.025	525	800	1.700
	Apoio institucional aos serviços sectoriais de Planeamento	1.060	300	360	400
	Desenvolvimento da Capacidade Institucional para Estudos e Pesquisa para o Desenvolvimento (Mecanismos de Apoio a Tomada de Decisões)	1.700	300	500	900
	Elaboração de Lei e Estabelecimento de uma célula de seguimento de micro-finanças dentro do Banco Central	100	25	30	45
		<b>9.525</b>	<b>1.790</b>	<b>3.590</b>	<b>4.145</b>

Programas	Componentes	Valor em USD 000			
		2006-2008	2006	2007	2008
<b>Governança Judiciária</b>	Actualização da legislação obsoleta	200	50	70	80
	Reforço dos serviços de fiscalização e inspecção da justiça	300	100	50	150
	Aquisição de meios de funcionamento (equipamentos informáticos, veículos, ...)	565	100	100	365
	Reabilitação do Edifício dos Tribunais	600	100	150	350
	Elaboração e implementação de um programa de formação de magistrados e auxiliares de justiça, ...)	350	50	100	200
	Melhoria dos serviços de registo e notariado	250	50	100	100
	Criação de facilidades de acesso dos pobres à justiça	90	20	30	40
	Estudo de viabilidade de criação de tribunais especializados	50	10	15	25
	Criação de mecanismos extra-judicial de resolução de conflitos comerciais	100	20	30	50
	Integração da prevenção e combate ao crime e reforço da segurança no processo de desenvolvimento económico e social	2.000	800	700	500
		<b>4.505</b>	<b>1.300</b>	<b>1.345</b>	<b>1.860</b>
<b>Promoção da Sociedade Civil</b>	Reforço das capacidades de intervenção das ONGs	340	70	100	170
	Reactivar o Concelho Superior de Imprensa	50	50	0	0
	Reforço das capacidades dos Organismos de Comunicação Social	300	80	100	120
	Dinamização do funcionamento do Concelho de Concertação Social	45	45	0	0

Programas	Componentes	Valor em USD 000			
		2006-2008	2006	2007	2008
	Campanhas de advocacia para engajar as ONGs na luta contra a pobreza e exclusão social	150	25	75	50
	Promoção da Sociedade de Informação	200	30	100	70
		<b>1.085</b>	<b>300</b>	<b>375</b>	<b>410</b>
<b>Total Eixo I</b>		<b>19.780</b>	<b>4.740</b>	<b>6.560</b>	<b>8.480</b>
<b>Eixo II: Crescimento acelerado e redistributivo</b>					
	Actualização do quadro jurídico do comércio	150	20	60	70
	Desenvolvimento do quadro institucional de promoção e apoio do sector privado	170	35	65	70
<b>Promoção do Sector Privado</b>	Simplificação dos procedimentos para estabelecimento de sociedades	50	10	20	20
	Estabelecimento de um balcão de atendimento do sector privado (guichet único)	110	30	35	45
	Elaboração do cadastro rural (fase I)	500	100	200	200
		<b>980</b>	<b>195</b>	<b>380</b>	<b>405</b>
<b>Investigação e vulgarização agro-pecuário e silvícola</b>	Reforço das capacidades de pesquisa aplicada no CIAT	1.000	200	350	450
<b>Estatísticas agro-florestal</b>	Recenseamento Agro-Florestal	1.000	100	350	550

Programas	Componentes	Valor em USD 000			
		2006-2008	2006	2007	2008
Reforço das capacidades	Apoio institucional ao MADRP	400	50	150	200
Gestão dos recursos hídricos	Recuperação do Sistema Nacional de irrigação	2.000	400	500	1.100
		<b>4.400</b>	<b>750</b>	<b>1.350</b>	<b>2.300</b>
Desenvolvimento de Agro-indústria	Diagnostico do sector e preparação de estudos sobre as fileiras	540	0	100	440
		<b>540</b>	<b>0</b>	<b>100</b>	<b>440</b>
Promoção do Sector Turismo	Recuperação e valorização do património arquitectónico das antigas casas das roças	1.000	0	100	900
		<b>1.000</b>	<b>0</b>	<b>100</b>	<b>900</b>
Promoção para o Centro de Transbordo	Busca de parceiros Privados para a construção de um Porto de Aguas Profundas	700	700	0	0
		<b>700</b>	<b>700</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Liberalização das telecomunicações	Reforço das capacidades do quadro regulador das telecomunicações	150	100	50	0
		<b>150</b>	<b>100</b>	<b>50</b>	<b>0</b>
Infra-	Reabilitação das estradas principais	10.300	2.300	3.000	5.000

Programas	Componentes	Valor em USD 000			
		2006-2008	2006	2007	2008
<b>estruturas rodoviárias</b>	Reabilitação das Obras de Arte nas estradas principais	3.710	710	1.300	1.700
	Construção, reabilitação, conservação e manutenção das estradas secundárias	5.633	633	2.000	3.000
<b>Transporte Aéreo</b>	Reabilitação da Pista de aterragem do Príncipe	800	200	300	300
	Modernização do Aeroporto de S. Tomé	17.000	4.000	5.000	8.000
<b>Melhoria das infra-estruturas portuárias</b>	Estudo para a Construção de um Cais no Príncipe	300	300	0	0
	Operacionalização do actual Porto de S. Tomé	3.000	700	1.000	1.300
<b>Desenvolvimento institucional dos sectores de transporte, Obras Públicas e Ordenamento do território</b>	Apetrechamento do Laboratório de Engenharia Civil	200	70	90	40
	Plano director marítimo-portuário	120	50	50	20
	Plano do Ordenamento do Território	350	200	100	50
		<b>41.413</b>	<b>9.163</b>	<b>12.840</b>	<b>19.410</b>
<b>Melhorar o funcionamento das linhas MT</b>	Protecção da rede, reabilitação da linha de média tensão e transformador de Guegue	2.150	0	716	1.434
<b>Melhorar a capacidade de oferta</b>	Instalação de uma Potência adicional de 1.5 MW	1.150	700	450	0

Programas	Componentes	Valor em USD 000			
		2006-2008	2006	2007	2008
	Actualização do Plano Director de Energia	350	50	150	150
<b>Diversificação de fontes de Energia eléctrica</b>	Projecto de construção da Central Hidroeléctrica St. Luzia (Fase I)	1.826	0	609	1.217
		<b>5.476</b>	<b>750</b>	<b>1.925</b>	<b>2.801</b>
<b>Reforço institucional</b>	Estudos sobre recursos hídricos e cartográficos	300	0	100	200
	Reforço do laboratório de análise de água	200	0	200	0
	Reforço de capacidade de gestão de recursos naturais e energia	324	0	108	216
<b>Melhoria das infra-estruturas rurais</b>	Actualização do Plano Director de abastecimento de água	150	25	75	50
		<b>974</b>	<b>25</b>	<b>483</b>	<b>466</b>
<b>Implementação de Convenções Internacionais sobre a biodiversidade, protecção dos ecossistemas e da camada de ozono</b>	Preparação do Plano de Acção	763	0	255	508
	Reforço das capacidades	123	0	41	82
	Formação	100	0	70	30
	Elaboração de legislação	192	0	64	128
	ECOFAC - Fase IV	871	271	300	300
	Implementação das convenções	1.000	0	300	700
	Avaliação e seguimento	20	0	10	10

Programas	Componentes	Valor em USD 000			
		2006-2008	2006	2007	2008
<b>Gestão de Informações meteorológicas</b>	Sistema de Informação Climática e do estado do Mar para o apoio ao desenvolvimento sustentado em STP	330	190	140	0
		<b>3.399</b>	<b>461</b>	<b>1.180</b>	<b>1.758</b>
<b>Total Eixo II</b>		<b>59.032</b>	<b>12.144</b>	<b>18.408</b>	<b>28.480</b>
<b>Eixo III - Criação de oportunidades de aumento e diversificação de rendimentos para os pobres</b>					
<b>Melhoria da Garantia de posse de terra</b>	Revisão da lei fundiária	50	50	0	0
	Publicação dos títulos de posse de terra, resolução dos conflitos e atribuição de títulos definitivos	75	75	0	0
		<b>125</b>	<b>125</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Diversificação do Sector Agro-pecuário</b>	Projeto de apoio ao desenvolvimento da pecuária (fase II)	5.000	2.000	1.500	1.500
<b>Programa Nacional de Gestão Florestal</b>	Repovoamento florestal (fase I)	1.000	450	200	350
<b>Melhoria das condições de transbordo, conservação e distribuição do</b>	Projecto integrado de pescas em Neves (fase II)	5.500	1.500	1.500	2.500

Programas	Componentes	Valor em USD 000			
		2006-2008	2006	2007	2008
pescado					
		<b>11.500</b>	<b>3.950</b>	<b>3.200</b>	<b>4.350</b>
<b>Aumento e diversificação da produção agrícola</b>	Projecto de Apoio Participativo a Agricultura Familiar e Pesca Artesanal-PAPAFPA	2500	833	833	834
		<b>2.500</b>	<b>833</b>	<b>833</b>	<b>834</b>
<b>Melhoria das infra-estruturas rurais</b>	Reabilitação das pistas rurais e caminhos de produção	6.000	3.000	1.500	1.500
	Reabilitação das obras de arte nos centros rurais	3.447	447	1.000	2.000
	Telefonia rural	230	90	120	20
	Electrificação das comunidades rurais	1.200	200	400	600
	Saneamento das águas usadas no meio rural	1.000	300	350	350
	Reabilitação da conduta de Água Moreira I	1.500	700	600	200
	Sistema de adução de Água Clara I e II	3.200	1.500	900	800
	Água Canga, Cruzeiro, Obolongo & Pau Sabão	580	0	194	386
	☐ Vadge Sun Pinho	2.900	0	966	1.934
☐ Neves	2.106	0	702	1.404	
		<b>22.163</b>	<b>6.237</b>	<b>6.732</b>	<b>9.194</b>
<b>Melhoria dos Serviços e infra-estruturas</b>	Recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos e hospitalares incluindo a desratização	2.000	500	500	1.000
	Manutenção, Limpeza e Saneamento de Canais	1.200	250	475	475

		Valor em USD 000			
Programas	Componentes	2006-2008	2006	2007	2008
urbanas	Projecto integrado de reabilitação urbana e de habitação nos centros urbanos	2.000	800	700	500
		<b>5.200</b>	<b>1.550</b>	<b>1.675</b>	<b>1.975</b>
Programa de acompanhamento	Criação de um pólo de formação profissional nas regiões Sul e Norte	1.000	150	350	500
	Promoção de iniciativas locais para o emprego	50	15	25	10
	Projecto-piloto de trabalhos de ordenamento rural de alta intensidade de mão-de-obra	600	150	200	250
Género e Desenvolvimento	Reforço da qualidade e profissionalismo das mulheres	182	22	68	92
	Apoio à integração do género e desenvolvimento	388	88	150	150
		<b>2.220</b>	<b>425</b>	<b>793</b>	<b>1.002</b>
<b>Total Eixo III</b>		<b>43.708</b>	<b>13.120</b>	<b>13.233</b>	<b>17.355</b>
<b>Eixo IV - Desenvolvimento dos recursos humanos e melhoria de acesso aos serviços sociais básicos</b>					
Reestruturação e reforço dos Serviços de Saúde básica	Reforço das capacidades Institucionais	1.281	200	481	600
	Construção/Reabilitação de infra-estruturas nos Distritos e equipamento p/ as mesmas de acordo com a Carta Sanitária e finalização do espaço CNSR	3.535	2.500	1.035	0
	Aquisição de medicamentos e equipamentos	3.211	2.000	600	611
	Formação	1.448	300	748	400
		<b>9.475</b>	<b>5.000</b>	<b>2.864</b>	<b>1.611</b>
Reforço dos	Reforço dos Serviços especiais do Hospital Central e dos	3.015	2.000	450	565

Programas	Componentes	Valor em USD 000			
		2006-2008	2006	2007	2008
Serviços especiais do Hospital Central e dos Serviços Centrais de Saúde	Serviços Centrais de Saúde				
		<b>3.015</b>	<b>2.000</b>	<b>450</b>	<b>565</b>
Programa de luta contra as principais doenças	Prevenção e tratamento do paludismo	3.278	1.300	989	989
	Luta contra Sida e Tuberculose	1.293	500	300	493
		<b>4.571</b>	<b>1.800</b>	<b>1.289</b>	<b>1.482</b>
Programas de prevenção	Vigilância epidemiológica	648	150	200	298
	Despistagem do cancro da mama e da próstata	130	70	30	30
	Protecção maternal e infantil	145	85	30	30
	Suplementos e micro-nutricionais	78	78	0	0
	Saúde Sexual e reprodutiva	974	200	300	474
	Saúde Escolar	120	50	20	50
		<b>2.095</b>	<b>633</b>	<b>580</b>	<b>882</b>
Incubadora Juvenil	Apoio técnico e institucional	1.000	500	250	250
		<b>1.000</b>	<b>500</b>	<b>250</b>	<b>250</b>

Programas	Componentes	Valor em USD 000			
		2006-2008	2006	2007	2008
<b>Apoio aos mais desfavorecidos</b>	Apoio as mães carenciadas	1.500	400	500	600
	Apoio aos Órfãos, Deficientes e Idosos extremamente carentes	180	30	100	50
		<b>1.680</b>	<b>430</b>	<b>600</b>	<b>650</b>
<b>Reforçar o Sistema Educativo Nacional</b>	Reforço das funções chaves do MEC	500	100	200	200
	Reforço das capacidades do ISP	247	47	100	100
	Apoio a Inovação	385	85	150	150
		<b>1.132</b>	<b>232</b>	<b>450</b>	<b>450</b>
<b>Formação de Professores</b>	Formação de base	991	291	300	400
	Formação de formadores (extra curriculum)	740	120	180	440
		<b>1.731</b>	<b>411</b>	<b>480</b>	<b>840</b>
<b>Generalização e melhoria do Ensino Básico</b>	Construção de jardins e crèches	500	50	200	250
	Construção e Reabilitação de escolas primárias incluindo depósitos de abastecimento de água	3.000	500	1.500	1.000
	Aquisição de material escolar	595	95	250	250
		<b>4.095</b>	<b>645</b>	<b>1.950</b>	<b>1.500</b>
	Reestruturação e melhoria do ensino	2.288	500	788	1.000
	Construção e conservação das escolas	2.000	450	550	1.000
	Centro de apoio pedagógico	225	25	100	100
Actividades desportivas	238	38	125	75	
		<b>4.751</b>	<b>1.013</b>	<b>1.563</b>	<b>2.175</b>
<b>Estabelecimento</b>	Criação e reabilitação das escolas	3.000	500	1.000	1.500

Programas	Componentes	Valor em USD 000			
		2006-2008	2006	2007	2008
do Ensino Técnico Profissional	Desenvolvimento institucional	200	50	75	75
	Formação de professores	500	75	250	175
		<b>3.700</b>	<b>625</b>	<b>1.325</b>	<b>1.750</b>
Apoyo aos mais desfavorecidos	Bolsa escola	890	150	390	350
	Transporte e cantina escolar	1.200	300	500	400
	Apoio a Educação de base e ao sistema de saúde a favor dos grupos vulneráveis	2.981	994	994	993
	Meninos de rua	99	9	45	45
	Construção e funcionamento de um Lar para Alunos do interior do Distrito de Caué em Angolares	300	50	100	150
	Alfabetização de adultos	636	36	300	300
	Crianças deficientes	372	72	150	150
	Escolas alternativas	565	65	250	250
		<b>7.043</b>	<b>1.676</b>	<b>2.729</b>	<b>2.638</b>
Cultura e Desenvolvimento	Cultura e Desenvolvimento	300	50	100	150
		<b>300</b>	<b>50</b>	<b>100</b>	<b>150</b>
<b>Total Eixo IV</b>		<b>44.588</b>	<b>15.015</b>	<b>14.630</b>	<b>14.943</b>
<b>Eixo V - Análise, seguimento e avaliação da pobreza</b>					

Programas	Componentes	Valor em USD 000			
		2006-2008	2006	2007	2008
Informação estatística	Reestruturação do sistema nacional de estatística	145	45	50	50
	Inquéritos sociais, demográficos e económicos	400	100	200	100
	Contas Nacionais	497	166	166	165
Observatório de redução da Pobreza	Apoio ao desenvolvimento institucional do Observatório para o seguimento e avaliação da ENRP	605	145	230	230
<b>Total Eixo V</b>		<b>1.647</b>	<b>456</b>	<b>646</b>	<b>545</b>
<b>Total Eixos (I - V)</b>		<b>168.755</b>	<b>45.475</b>	<b>53.477</b>	<b>69.803</b>

## Anexo 4: Fontes de financiamento

**PROGRAMA DE ACÇÕES PRIORITÁRIAS PARA A BOA GOVERNAÇÃO E REDUÇÃO DA POBREZA 2006-2008****(Fontes de Financiamento)****Eixo I-Reforma das Instituições Públicas, Reforço das Capacidades e Promoção de uma Política de Boa Governação**

		Financiamento (2006-2008) em USD000				
Programas	Componentes	Total	Assegurado	Necessidade	Fonte de Financiamento Assegurado	Financiador Potencial/a mobilizar
<b>Governação Política, Reforma das Instituições Públicas e Reforço das capacidades para a promoção de uma política de boa governação</b>	Estabelecimento de um quadro institucional para a implementação da reforma do Estado	100	0	100		
	Implementação do "Mecanismo Africano de Apreciação pelos Pares (APRM)" do NEPAD	150	0	150		
	Reforço das capacidades da Assembleia Nacional	600	0	600		
	Criação de um mecanismo nacional para Seguimento e Avaliação das Questões de Género	515		515		FNUAP

Financiamento (2006-2008) em USD000						
Programas	Componentes	Total	Assegurado	Necessidade	Fonte de Financiamento Assegurado	Financiador Potencial/a mobilizar
	Redimensionamento, Reorganização e Modernização da Administração Pública	2.000	0	2.000		United Nations Development Program-UNDP
		<b>3.365</b>	<b>0</b>	<b>3.365</b>		
<b>Governança Regional e Local</b>	Estudo para uma nova divisão político-administrativa, revisão da lei e reestruturação dos órgãos de poder regional e local	190	0	190		Portugal
	Reforço das capacidades humanas, materiais e financeiras das administrações regional e local	1.000	0	1.000		
	Dinamização de um quadro institucional central de apoio técnico às administrações descentralizadas	60	0	60		

Financiamento (2006-2008) em USD000						
Programas	Componentes	Total	Assegurado	Necessidade	Fonte de Financiamento Assegurado	Financiador Potencial/a mobilizar
	Institucionalização da inspecção das administrações descentralizadas	50	0	50		
		<b>1.300</b>	<b>0</b>	<b>1.300</b>		
<b>Governança Económica e Financeira</b>	Reforço das capacidades de gestão das despesas públicas: Elaboração da Nomenclatura Orçamental, Formação & Equipamento, e modernização dos mercados de bens e serviços públicos	1.670	1.670	0	<b>World Bank</b>	
	Reforço das capacidades de gestão das despesas públicas: Apoio a gestão dos recursos petrolíferos	1.970	1.970	0	<b>World Bank</b>	

Financiamento (2006-2008) em USD000						
Programas	Componentes	Total	Assegurado	Necessidade	Fonte de Financiamento Assegurado	Financiador Potencial/a mobilizar
	Reforço das capacidades de gestão das receitas fiscais: Apoio institucional; Informatização do circuito das receitas fiscais; Modernização das Alfandêgas; Formação de pessoal; Reforço das funções de auditoria e inspecção fiscal	3.025	3.025	0	Millenium Challenge Corporation	
	Apoio institucional aos serviços sectoriais de Planeamento	1.060	0	1.060		
	Desenvolvimento da Capacidade Institucional para Estudos e Pesquisa para o Desenvolvimento (Mecanismos de Apoio a Tomada de Decisões)	1.700	1.700	0	ACBF	
	Elaboração de Lei e Estabelecimento de uma célula de seguimento de micro-finanças dentro do Banco Central	100	0	100		

		Financiamento (2006-2008) em USD000				
Programas	Componentes	Total	Assegurado	Necessidade	Fonte de Financiamento Assegurado	Financiador Potencial/a mobilizar
		<b>9.525</b>	<b>8.365</b>	<b>1.160</b>		
<b>Governança Judiciária</b>	Actualização da legislação obsoleta	200	200	0	Portugal	
	Reforço dos serviços de fiscalização e inspecção da justice	300	0	300		
	Aquisição de meios de funcionamento (equipamentos informáticos, veículos, ...)	565	0	565		
	Reabilitação do Edifício dos Tribunais	600	0	600		
	Elaboração e implementação de um programa de formação de magistrados e auxiliares de justiça, ...)	350	0	350		
	Melhoria dos serviços de registo e notariado	250	0	250		
	Criação de facilidades de acesso dos pobres à justice	90	0	90		

Financiamento (2006-2008) em USD000						
Programas	Componentes	Total	Assegurado	Necessidade	Fonte de Financiamento Assegurado	Financiador Potencial/a mobilizar
	Estudo de viabilidade de criação de tribunais especializados	50	0	50		
	Criação de mecanismos extra-judicial de resolução de conflitos comerciais	100	0	100		
	Integração da prevenção e combate ao crime e reforço da segurança no processo de desenvolvimento económico e social	2.000	0	2.000		
		<b>4.505</b>	<b>200</b>	<b>4.305</b>		
<b>Promoção da Sociedade Civil</b>	Reforço das capacidades de intervenção das ONGs	340	340	0	<b>HIPC Fund</b>	
	Reactivar o Concelho Superior de Imprensa	50	50	0	<b>Government</b>	
	Reforço das capacidades dos Organismos de Comunicação Social	300	300	0	<b>Government</b>	

Financiamento (2006-2008) em USD000						
Programas	Componentes	Total	Assegurado	Necessidade	Fonte de Financiamento Assegurado	Financiador Potencial/a mobilizar
	Dinamização do funcionamento do Concelho de Concertação Social	45	45	0	Government	
	Campanhas de advocacia para engajar as ONGs na luta contra a pobreza e exclusão social	150	150	0	HIPC-FUND	
	Promoção da Sociedade de Informação	200	0	200		
		<b>1.085</b>	<b>885</b>	<b>200</b>		
<b>Total Eixo I</b>		<b>19.780</b>	<b>9.450</b>	<b>10.330</b>		
<b>Eixo II - Crescimento Económico e Redistributivo</b>						
<b>Promoção do Sector Privado</b>	Actualização do quadro jurídico do comércio	150	0	150		
	Desenvolvimento do quadro institucional de promoção e apoio do sector privado	170	0	170		
	Simplificação dos procedimentos para estabelecimento de sociedades	50	0	50		

Financiamento (2006-2008) em USD000						
Programas	Componentes	Total	Assegurado	Necessidade	Fonte de Financiamento Assegurado	Financiador Potencial/a mobilizar
	Estabelecimento de um balcão de atendimento do sector privado (guichet único)	110	0	110		
	Elaboração do cadastro rural (fase I)	500	0	500		
		<b>980</b>	<b>0</b>	<b>980</b>		
<b>Investigação e vulgarização agro-pecuário e silvícola</b>	Reforço das capacidades de pesquisa aplicada no CIAT	1.000	0	1.000		
<b>Estadísticas agro-florestal</b>	Recenseamento Agro-Florestal	1.000	0	1.000		
<b>Reforço das capacidades</b>	Apoio institucional ao MADRP	400	0	400		
<b>Gestão dos recursos hídricos</b>	Recuperação do Sistema Nacional de irrigação	2.000	2.000	0	Republic of China Taiwan/Government	
		<b>4.400</b>	<b>2.000</b>	<b>2.400</b>		
<b>Desenvolvimento de Agro-Industria</b>	Diagnostico do sector e preparação de estudos sobre as fileiras	540	0	540		
		<b>540</b>	<b>0</b>	<b>540</b>		

Financiamento (2006-2008) em USD000						
Programas	Componentes	Total	Assegurado	Necessidade	Fonte de Financiamento Assegurado	Financiador Potencial/a mobilizar
Promoção do Sector Turismo	Recuperação e valorização do património arquitectónico das antigas casas das roças	1.000	0	1.000		Cooperação Espanhola
		1.000	0	1.000		
Promoção para o Centro de Transbordo	Busca de parceiros Privados para a construção de um Porto de Aguas Profundas	700	0	700		
		700	0	700		
Liberalização das telecomunicações	Reforço das capacidades do quadro regulador das telecomunicações	150	0	150		
		150	0	150		
Infra-estruturas rodoviárias	Reabilitação das estradas principais	10.300	0	10.300		
	Reabilitação das Obras de Arte nas estradas principais	3.710	0	3.710		
	Construção, reabilitação, conservação e manutenção das estradas secundárias	5.633	3.222	2.411	União Europeia	

		Financiamento (2006-2008) em USD000				
Programas	Componentes	Total	Assegurado	Necessidade	Fonte de Financiamento Assegurado	Financiador Potencial/a mobilizar
<b>Transporte Aereo</b>	Reabilitação da Pista de aterragem do Príncipe	800	400	400	Portugal	
	Modernização do Aeroporto de S. Tomé	17.000	5.000	12.000	Republic of China Taiwan	
<b>Melhoria das infra-estruturas portuárias</b>	Estudo para a Construção de um Cais no Príncipe	300	0	300		
	Operacionalização do actual Porto de S. Tomé	3.000	0	3.000		
<b>Desenvolvimento institucional dos sectores de transporte, Obras Públicas e Ordenamento do territorio</b>	Apetrechamento do Laboratório de Engenharia Civil	200	0	200		BADEA
	Plano director martimo-portuário	120	0	120		
	Plano do Ordenamento do Territorio	350	0	350		
		<b>41.413</b>	<b>8.622</b>	<b>32.791</b>		
<b>Melhorar o funcionamento das linhas MT</b>	Protecção da rede, reabilitação da linha de média tensão e transformador de Guegue	2.150	0	2.150		

		Financiamento (2006-2008) em USD000				
Programas	Componentes	Total	Assegurado	Necessidade	Fonte de Financiamento Assegurado	Financiador Potencial/a mobilizar
<b>Melhorar a capacidade de oferta</b>	Instalação de uma Potência adicional de 1.5 MW	1.150	0	1.150		
	Actualização do Plano Director de Energia	350	0	350		
<b>Diversificação de fontes de Energia eléctrica</b>	Projecto de construção da Central Hidroeléctrica St. Luzia (Fase I)	1.826	0	1.826		
		<b>5.476</b>	<b>0</b>	<b>5.476</b>		
<b>Reforço institucional</b>	Estudos sobre recursos hidricos e cartograficos	300	300	0	Republic of China Taiwan	
	Reforço do laboratorio de análise de água	200	200	0	Republic of China Taiwan	
	Reforço de capacidade de gestão de recursos naturais e energia	324	324	0	Republic of China Taiwan	
<b>Melhoria das infra-estruturas rurais</b>	Actualização do Plano Director de abastecimento de água	150	150	0	Republic of China Taiwan	
		<b>974</b>	<b>974</b>	<b>0</b>		

		Financiamento (2006-2008) em USD000				
Programas	Componentes	Total	Assegurado	Necessidade	Fonte de Financiamento Assegurado	Financiador Potencial/a mobilizar
Gestão de Informações meteorológicas	Sistema de Informação Climática e do estado do Mar para o apoio ao desenvolvimento sustentado em STP	330	248	82	Portugal	
	Preparação do Plano de Acção	763	763	0	FMA	
Implementação de Convenções Internacionais sobre a bio-diversidade, protecção dos ecossistemas e da camada de ozono	Reforço das capacidades	123	70	53	FMIM	
	Formação	100	100	0	FMIM	
	Elaboração de legislação	192	192	0	FMA	
	ECOFAC - Fase IV	871	0	871		European Union
	Implementação das convenções	1.000	988	12	FMA	
	Avaliação e seguimento	20	20	0	FMA	
<b>Total Eixo II</b>		<b>3.399</b>	<b>2.381</b>	<b>1.018</b>		
		<b>59.032</b>	<b>13.977</b>	<b>45.055</b>		
<b>Eixo III-Criação de Oportunidade de Rendimento para os Pobres</b>						
Melhoria da Garantia de posse de terra	Revisão da lei fundiária	50	0	50		
	Publicação dos títulos de posse de terra, resolução dos conflitos e atribuição de títulos definitivos	75	75	0	Government	

Programas	Componentes	Total	Financiamento (2006-2008) em USD000			Financiador Potencial/a mobilizar
			Assegurado	Necessidade	Fonte de Financiamento Assegurado	
		125	75	50		
Diversificação do Sector Agro-pecuário	Projeto de apoio ao desenvolvimento da pecuária (fase II)	5.000	5.000	0	African Development Bank	
Programa Nacional de Gestão Florestal	Repopoamento florestal (fase I)	1.000	0	1.000		
Melhoria das condições de transbordo, conservação e distribuição do pescado	Projecto integrado de pescas em Neves (fase II)	5.500	0	5.500		Spain
		<b>11.500</b>	<b>5.000</b>	<b>6.500</b>		
Aumento e diversificação da produção agrícola	Projecto de Apoio Participativo a Agricultura Familiar e Pesca Artesanal-PAPAFPA	2500	2500	0	FIDA	
		<b>2.500</b>	<b>2.500</b>	<b>0</b>		
Melhoria das infra-estruturas	Reabilitação das pistas rurais e caminhos de produção	6.000	0	6.000		

		Financiamento (2006-2008) em USD000				
Programas	Componentes	Total	Assegurado	Necessidade	Fonte de Financiamento Assegurado	Financiador Potencial/a mobilizar
rurais	Reabilitação das obras de arte nos centros rurais	3.447	3.447	0	HIPC Fund	
	Telefonia rural	230	0	230		
	Electrificação das comunidades rurais	1.200	0	1.200		
	Saneamento das águas usadas no meio rural	1.000	0	1.000		
	Reabilitação da conduta de Água Moreira I	1.500	1.500	0	BADEA	
	Sistema de adução de Água Clara I e II	3.200	3.200	0	BADEA	
	Água Canga, Cruzeiro, Obolongo & Pau Sabao - Fase II	580	580	0	Republic of China Taiwan/Government	
	☐ Vadje Sun Pinho	2.900	0	2.900		
	☐ Neves	2.106	0	2.106		
			<b>22.163</b>	<b>8.727</b>	<b>13.436</b>	
<b>Melhoria dos Serviços e infra-estruturas urbanas</b>	Recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos e hospitalares incluindo a desratização	2.000	2.000	0	HIPC-FUND	

Financiamento (2006-2008) em USD000						
Programas	Componentes	Total	Assegurado	Necessidade	Fonte de Financiamento Assegurado	Financiador Potencial/a mobilizar
	Manutenção, Limpeza e Saneamento de Canais	1.200	1.200	0	HIPC-FUND	
	Projecto integrado de reabilitação urbana e de habitação nos centros urbanos	2.000	0	2.000		
		<b>5.200</b>	<b>3.200</b>	<b>2.000</b>		
	Criação de um pólo de formação profissional nas regiões Sul e Norte	1.000	1.000	0	HIPC-FUND	
	Promoção de iniciativas locais para o emprego	50	0	50		
	Reforço da qualidade e profissionalismo das mulheres	182	10	172		
<b>Programa de acompanhamento</b>	Apoio à integração do género e desenvolvimento	388	388	0	United Nations Population Fund-UNFPA	
	Projecto piloto de trabalhos de ordenamento rural de alta intensidade de mão de obra	600	0	600		
		<b>2.220</b>	<b>1.398</b>	<b>822</b>		

Financiamento (2006-2008) em USD000						
Programas	Componentes	Total	Assegurado	Necessidade	Fonte de Financiamento Assegurado	Financiador Potencial/a mobilizar
<b>Total Eixo III</b>		<b>43.708</b>	<b>20.900</b>	<b>22.808</b>		
<b>Eixo IV - Desenvolvimento de Recursos Humanos e Melhoria de Acesso aos Serviços Sociais Básicos</b>						
	Reforço das capacidades Institucionais	1.281	0	1.281		
	Construção/Reabilitação de infra-estruturas nos					
<b>Reestruturação e reforço dos Serviços de Saúde básica</b>	Distribuição e equipamento p/ as mesmas de acordo com a Carta Sanitária e finalização do espaço CNSR	3.535	3.535	0	Republic of China Taiwan/HIPC Fund	
	Aquisição de medicamentos e equipamentos	3.211	3.211	0	Republic of China Taiwan/HIPC-FUND	
	Formação	1.448	1.448	0	HIPC Fund	
		<b>9.475</b>	<b>8.194</b>	<b>1.281</b>		
<b>Reforço dos Serviços especiais do Hospital Central</b>	Reforço dos Serviços especiais do Hospital Central e dos Serviços Centrais de Saúde	3.015	0	3.015		

		Financiamento (2006-2008) em USD000				
Programas	Componentes	Total	Assegurado	Necessidade	Fonte de Financiamento Assegurado	Financiador Potencial/a mobilizar
<b>e dos Serviços Centrais de Saúde</b>		<b>3.015</b>	<b>0</b>	<b>3.015</b>		
<b>Programa de luta contra as principais doenças</b>	Prevenção e tratamento do paludismo	3.278	3.278	0	Republic of China Taiwan/Government	
	Luta contra Sida e Tuberculose	1.293	1.293	0	Global Fund/Government	
		<b>4.571</b>	<b>4.571</b>	<b>0</b>		
Vigilância epidemiológica		648	648	0	HIPC Fund	
Despistagem do cancro da mama e da próstata		130	0	130		
Protecção maternal e infantil		145	0	145		
Suplementos e micro-nutricionais		78	0	78		
Saúde Sexual e reprodutiva		974	624	350	United Nations Population Fund-UNFPA	
Saúde Escolar		120	30	90	UNICEF	
		<b>2.095</b>	<b>1.302</b>	<b>793</b>		
<b>Incubadora Juvenil</b>	Apoio técnico e institucional	1.000	0	1.000		

		Financiamento (2006-2008) em USD000				
Programas	Componentes	Total	Assegurado	Necessidade	Fonte de Financiamento Assegurado	Financiador Potencial/a mobilizar
		1.000	0	1.000		
	Apoio as mães carenciadas	1.500	1.500	0	HIPC-FUND	
<b>Apoio aos mais desfavorecidos</b>	Apoio aos Orfãos, Deficientes e Idosos extremamente carentes	180	180	0	HIPC-FUND	
		<b>1.680</b>	<b>1.680</b>	<b>0</b>		
<b>Reforçar o Sistema Educativo Nacional</b>	Reforço da funções chaves do MEC	500	200	300	Portugal	
	Reforço das capacidades do ISP	247	0	247		
	Apoio a Inovação	385	75	310	Portugal	
		<b>1.132</b>	<b>275</b>	<b>857</b>		
<b>Formação de Professores</b>	Formação de base	991	177	814	Portugal	
	Formação de formadores (extra curriculum)	740	97	643	Portugal/Governo	
		<b>1.731</b>	<b>274</b>	<b>1.457</b>		
<b>Generalização e melhoria do Ensino</b>	Construção de jardins e creches	500	0	500		

		Financiamento (2006-2008) em USD000				
Programas	Componentes	Total	Assegurado	Necessidade	Fonte de Financiamento Assegurado	Financiador Potencial/a mobilizar
<b>Básico</b>	Construção e Reabilitação de escolas primárias incluindo depósitos de abastecimento de água	3.000	3.000	0	HIPC Fund	
	Aquisição de material escolar	595	0	595		
		<b>4.095</b>	<b>3.000</b>	<b>1.095</b>		
<b>Melhoria da qualidade do Ensino Secundário</b>	Reestruturação e melhoria do ensino	2.288	0	2.288		
	Construção e conservação das escolas	2.000	2.000	0	Republic of China Taiwan/Government	
	Centro de apoio pedagógico	225	0	225		
	Actividades desportivas	238	238	0	Government	
		<b>4.751</b>	<b>2.238</b>	<b>2.513</b>		
<b>Estabelecimento do Ensino Técnico Profissional</b>	Criação e reabilitação das escolas	3.000	3.000	0	Republic of China Taiwan/Government	
	Desenvolvimento institucional	200	0	200		
	Formação de professores	500	0	500		
		<b>3.700</b>	<b>3.000</b>	<b>700</b>		
<b>Apoio aos mais desfavorecidos</b>	Bolsa escola	890	286	604	Brasil/Government	
	Transporte e cantina escolar	1.200	1.200	0	HIPC Fund	

		Financiamento (2006-2008) em USD000				
Programas	Componentes	Total	Assegurado	Necessidade	Fonte de Financiamento Assegurado	Financiador Potencial/a mobilizar
	Apoio a Educação de base e ao sistema de saúde a favor dos grupos vulneráveis	2.981	2.981	0	World Food Program-WFP	
	Meninos de rua	99	0	99		
	Construção e funcionamento de um Lar para Alunos do interior do Distrito de Caué em Angolares	300	300	0	HIPC-FUND	
	Alfabetização de adultos	636	318	318	Brasil/Government	
	Crianças deficientes	372	0	372		
	Escolas alternativas	565	565	0	HIPC Fund	
		<b>7.043</b>	<b>5.650</b>	<b>1.393</b>		
<b>Cultura e Desenvolvimento</b>	Cultura e Desenvolvimento	300	300	0	Government	
		<b>300</b>	<b>300</b>	<b>0</b>		
<b>Total Eixo IV</b>		<b>44.588</b>	<b>30.484</b>	<b>14.104</b>		
<b>Eixo V - Analise, Seguimento e Avaliação da Pobreza</b>						
<b>Informação estatística</b>	Reestruturação do sistema nacional de estatística	145	0	145		

		Financiamento (2006-2008) em USD000				
Programas	Componentes	Total	Assegurado	Necessidade	Fonte de Financiamento Assegurado	Financiador Potencial/a mobilizar
	Inquéritos sociais, demográficos e económicos	400	0	400		
	Contas Nacionais	497	0	497		
Observatório de redução da Pobreza	Apoio ao desenvolvimento institucional do Observatório para o seguimento e avaliação da ENRP	605	130	475	United Nations Development Program - UNDP	
<b>Total Eixo V</b>		<b>1.647</b>	<b>130</b>	<b>1.517</b>		
<b>Total de Todos os Eixos</b>		<b>168.755</b>	<b>74.941</b>	<b>93.814</b>		

## Anexo 5: Distribuição por domínios

**PROGRAMA DE ACÇÕES PRIORITÁRIAS PARA A BOA GOVERNAÇÃO E REDUÇÃO DA POBREZA 2006-2008**

(Distribuição por domínios)

Domínios	Valor em USD 000			% sobre o Custo Total
	Total (2006-2008)	Financiamento Assegurado (2006-2008)	Necessidade de Financiamento (2006-2008)	
Agro-Industrial	540	0	540	0,32%
Agro-pecuário e pesqueiro	4.900	4.500	400	2,90%
Água e Saneamento	15.460	9.454	6.006	9,16%
Alfabetização	636	318	318	0,38%
Ambiente/Meteorologia	330	248	82	0,20%
Biodiversidade	3.069	2.133	936	1,82%
Boa Governação	19.780	9.450	10.330	11,72%
Cultura	300	300	0	0,18%
Desenvolvimento de uma base sustentável para a criação do emprego	1.000	0	1.000	0,59%
Educação Pós-básica (Secundário e Profissional)	4.751	2.238	2.513	2,82%
Emprego e Formação Profissional	1.232	1.010	222	0,73%
Energia	6.676	0	6.676	3,96%
Ensino Básico	10.502	8.332	2.170	6,22%
Ensino Técnico Profissional	3.700	3.000	700	2,19%

Domínios	Valor em USD 000			% sobre o Custo Total
	Total (2006-2008)	Financiamento Assegurado (2006-2008)	Necessidade de Financiamento (2006-2008)	
Estadística	1.042	0	1.042	0,62%
Florestas	1.000	0	1.000	0,59%
Formação	1.731	274	1.457	1,03%
Gestão	1.132	275	857	0,67%
Gestão da terras do domínio público	125	75	50	0,07%
Infra-estruturas Aeroportuárias	17.800	5.400	12.400	10,55%
Infra-estruturas Portuárias	3.300	0	3.300	1,96%
Infra-estruturas rodoviárias	19.643	3.222	16.421	11,64%
Infra-estruturas rurais	9.447	3.447	6.000	5,60%
Infra-estruturas Urbanas	2.000	0	2.000	1,19%
Mecanismos de Seguimento e Avaliação da Estratégia (ENRP)	605	130	475	0,36%
Pecuária	5.000	5.000	0	2,96%
Pescas	5.500	0	5.500	3,26%
Pesquisa & Desenvolvimento	2.000	0	2.000	1,19%
Porto	700	0	700	0,41%
Saúde Nutrição e População	19.156	14.067	5.089	11,35%
Sector Primário	988	388	600	0,59%
Sector Privado	980	0	980	0,58%
Solidariedade	1.680	1.680	0	1,00%

Domínios	Valor em USD 000			% sobre o Custo Total
	Total (2006-2008)	Financiamento Assegurado (2006-2008)	Necessidade de Financiamento (2006-2008)	
Telecomunicações	380	0	380	0,23%
Transportes, Obras Públicas e Ordenamento do Território	670	0	670	0,40%
Turismo	1.000	0	1.000	0,59%
<b>Total</b>	<b>168.755</b>	<b>74.941</b>	<b>93.814</b>	<b>100%</b>

## Anexo 6: Distribuição por Ministérios e outras instituições

**PROGRAMA DE ACÇÕES PRIORITÁRIAS PARA A BOA GOVERNAÇÃO E REDUÇÃO DA POBREZA 2006-2008**

(Distribuição por Ministérios e outras Instituições)

Ministérios/Instituições	Valor em USD 000			% sobre o Custo Total
	Total (2006-2008)	Financiamento Assegurado (2006-2008)	Necessidade de Financiamento (2006-2008)	
Assembleia Nacional	600	0	600	0,36
Governo <sup>12</sup>	1.550	835	715	0,92
Tribunais	1.815	0	1.815	1,08
Ministério da Administração do Território, Juventude, Mulher e Família	2.300	0	2.300	1,36
Ministério de Economia	21.277	9.585	11.692	12,61
Ministério de Educação	22.752	14.737	8.015	13,48
Ministério de Justiça e Assuntos Parlamentares	2.690	200	2.490	1,59
Ministério de Saúde	19.156	14.067	5.089	11,35
Ministério do Ambiente, Infra-estruturas e Recursos Naturais	80.075	23.904	56.171	47,45
Ministério do Plano e Finanças	11.560	8.883	2.677	6,85

<sup>12</sup> Concerne reactivação do Conselho Superior de Imprensa, reforço da Comunicação Social e do Conselho de Concertação Social, apoio à organização Sociedade Civil e atendimento da problemática de género e desenvolvimento.

Ministérios/Instituições	Valor em USD 000			% sobre o Custo Total
	Total (2006-2008)	Financiamento Assegurado (2006-2008)	Necessidade de Financiamento (2006-2008)	
Ministério do Trabalho Emprego e Solidariedade	2.680	2.680	0	1,59
Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades	150	0	150	0,09
Gabinete da Secretária do Estado de Administração Pública e Comunicação Social	2.150	50	2.100	1,27
<b>Total</b>	<b>168.755</b>	<b>74.941</b>	<b>93.814</b>	<b>100%</b>

## Anexo 7: Quadro de medidas

### PROGRAMA DE ACÇÕES PRIORITÁRIAS PARA A BOA GOVERNAÇÃO E REDUÇÃO DA POBREZA 2006-2008

#### (Quadro de medidas)

#### EIXO I: REFORMA DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS, REFORÇO DAS CAPACIDADES E PROMOÇÃO DE UMA POLÍTICA DE BOA GOVERNAÇÃO

PROGRAMAS	MEDIDAS	PRAZOS	INSTITUIÇÕES RESPONSÁVEIS
Governação política	Criação do quadro institucional para a implementação da reforma do Estado	2006	Governo
	Definição do quadro legal de incompatibilidades	2006	Assembleia Nacional
	Adequação do número de deputados	2006	Assembleia Nacional
	Formação de deputados e quadros parlamentares	2006-2008	Assembleia Nacional
	Dinamização do Conselho Superior de Imprensa	2006	Assembleia Nacional, Governo
	Criação do mecanismo para a implementação da estratégia global da reforma do Estado	2006-2008	Governo, Secretária de Estado

PROGRAMAS	MEDIDAS	PRAZOS	INSTITUIÇÕES RESPONSÁVEIS
	Regulamentação e implementação o Código de Procedimento Administrativo	2006-2008	Gabinete da Secretária do Estado da Administração Pública
	Revisão da Lei da Divisão Político-Administrativa	2006	Assembleia Nacional, Governo
Governança Regional e Local	Revisão e aprovação da Lei das Finanças Regional e Local	2006	Assembleia Nacional, Governo
	Criação de um quadro institucional central de apoio técnico aos Órgãos de Poder Regional e Local	2006	Governo, Ministério da Administração do Território
Governança Económica e Financeira	Adopção de um Diploma sobre Micro-Finanças	2006	Ministério do Plano e Finanças, Banco Central
	Criação de uma célula de acompanhamento de Micro-finanças no Banco Central	2006	Banco Central
	Reforço das instituições de fiscalização e controlo	2006-2008	Assembleia Nacional, Ministério do Plano e Finanças, Ministério de Economia, Tribunal de Contas
	Aprovação da Reforma Fiscal	2006-2007	Assembleia Nacional, Ministério do Plano e Finanças
	Aplicar a lei sobre os concursos públicos	2006	MPF
	Aprovar o novo código aduaneiro	2006	Direcção das Alfândegas, MPF

PROGRAMAS	MEDIDAS	PRAZOS	INSTITUIÇÕES RESPONSÁVEIS
Governação Judiciário	Elaborar estudos para a reestruturação das empresas públicas (EMAE, ENASA e ENAPORT)	2006	MIARN, MPF
	Aprovar e implementar o novo código de investimento	2006	MPF, ME,
	Aprovar e implementar leis sobre a reforma fiscal	2006-2008	MPF, Assembleia Nacional
	Modernizar a administração financeira do Estado	2006-2008	MPF
	Reforço dos serviços de fiscalização da Justiça	2006-2008	Ministério da Justiça, Tribunais
	Estabelecimento de um plano de formação de magistrados e auxiliares da Justiça	2006	Tribunais, Ministério Público
	Informatização dos Serviços do Registo e Notariado	2006-2007	Ministério da Justiça
	Elaboração de um estudo sobre a viabilidade de Tribunais especializados	2006	Ministério da Justiça, Tribunais
	Estabelecimento de mecanismos extra-judiciais de Arbitragem e Resolução de conflitos	2006	Ministério da Justiça, Tribunais
	Promover a guarda costeira	2006-2008	Ministério da Defesa

PROGRAMAS	MEDIDAS	PRAZOS	INSTITUIÇÕES RESPONSÁVEIS
<b>EIXO 2: CRESCIMENTO ACELERADO REDISTRIBUTIVO</b>			
Criação de um ambiente favorável ao Sector Privado	Publicação do registo de título provisório de posse de terra Elaboração do cadastro rural Simplificação dos procedimentos para o estabelecimento de negócios	2007-2008 2006-2008 2006-2008	ME, Direcção de Privatização de Terras e Serviços de registo e Notariado Ministério da Economia, MPF ME, Direcção do Comércio
Desenvolvimento e modernização da Agricultura, Pecuária Pesca e Floresta	Reforço das capacidades do CIAT	2006-2008	Ministério da Economia
Promoção de um turismo de qualidade	Implementação uma estratégia para o desenvolvimento turístico	2006-2008	Ministério da Economia, Direcção do Turismo e Hotelaria
Construção de hotel escola	Identificação de um edifício para o efeito Elaboração e implementação de um projecto de reabilitação do edifício Aprecho do edifício	2007-2008	Ministérios de Economia e Educação
Desenvolvimento de Industria	Plano de estudo de fileiras	2007-2008	Ministério de Economia
Centro de Transbordo	Marketing para a busca de parceiros para o financiamento da construção do porto	2006	MIARN

PROGRAMAS	MEDIDAS	PRAZOS	INSTITUIÇÕES RESPONSÁVEIS
Liberalização das telecomunicações	de águas profundas Regulamentação o funcionamento da Agência Reguladora das Telecomunicações	2006	MIARN
Transporte aéreo	Marketing para a busca de parceiros para a expansão e melhoria do aeroporto internacional	2006	MIARN
Energia	Actualização do plano director de energia	2006-2007	MIARN
Água e Saneamento	Actualização do plano director de água e saneamento	2006-2007	MIARN
Implementação de Convenções Internacionais sobre a biodiversidade, protecção dos ecossistemas e da camada de ozono	Organização de um Sistema Informatizado	2007-2008	MAIRN gabinete-ambiente
	Criação de uma Equipa Multisectorial de seguimento e avaliação		
	Ratificação das Convenções e os respectivos protocolos	2007-2008	MAIRN gabinete-ambiente
	Formação dos técnicos		
Ambiente	Elaboração de legislação para a proibição de importação de Produtos Tóxicos perigosos	2007-2008	MAIRN gabinete-ambiente
	Proibição das capturas de espécies endémicas (tartarugas, papagaios, periquitos, etc)	2006-2008	MAIRN, ME, Gabinete de ambiente

PROGRAMAS	MEDIDAS	PRAZOS	INSTITUIÇÕES RESPONSÁVEIS
Desenvolvimento Institucional do sector do Ordenamento do Território	Levantamento e a caracterização geográfica, ambiental e cartográfica Proceder aos estudos demográficos e sociológicos	2006-2007-2008	MAIRN (d.s.g.c.)
	Elaborar o Programa definitivo do Ordenamento do Território ao nível nacional e sectorial		
<b>EIXO III - CRIAÇÃO DE OPORTUNIDADES DE AUMENTO E DE DIVERSIFICAÇÃO DE RENDIMENTOS PARA OS POBRES</b>			
Melhoria de garantia de posse de terra	Publicação de um registo de título de posse de terras agrícolas	2006-2007	ME, Registos e Notariado,
Aumento de rendimento agro-pecuário e pesqueiro	Elaboração de uma estratégia para a indústria piscatória	2006	ME, Direcção de Pescas
Programa de acompanhamento	Promoção de programas de pesquisa e extensão rural	2006-2008	ME, Direcção de Agricultura
<b>EIXO IV - DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS E MELHORIA DE ACESSO AOS SERVIÇOS SOCIAIS BÁSICOS</b>			
EDUCAÇÃO			
Reforçar o Sistema Educativo Nacional	Reformular a Lei orgânica do MEC	Durante 2006	Gabinete de Ministro / GPIE

PROGRAMAS	MEDIDAS	PRAZOS	INSTITUIÇÕES RESPONSÁVEIS
	Regulamentar a estrutura do sistema nacional da Educação	2º semestre 2006	Gabinete de Ministro / GPIE/DEB/ DAE/DAF
	Definir e regulamentar a tipologia da rede escolar	2006	Gabinete de Ministro / DAE
	Prevenção e vigilância sanitária nas escolas	2006-2008	DAE/DEB
Cultura e Desenvolvimento	Apoio a promoção de artes de espectáculos	2006-2008	MECD
	Incentivo a estudos e pesquisas no domínio da cultura	2006-2008	MECD
SAÚDE			
Reestruturação e Reforço dos Serviços de Saúde de Base	Actualizar o Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário	1º Trim/2006	Min .Saúde
	Actualizar a Carta sanitária	1º Trim/2006	Minis. Saúde
	Elaborar a Lei de Base de Saúde	até fim 008	Minis. Saúde
	Elaborar e aprovar modelos Arquitectónico de Planta para cada tipo de Infra estruturas a serem construídas ou remodeladas conforme a carta Sanitária	2006	Minis. Saúde
	Identificação dos Locais para a	1º Trim/2006	Minis. Saúde

PROGRAMAS	MEDIDAS	PRAZOS	INSTITUIÇÕES RESPONSÁVEIS
	Construção das Novas Infraestruturais		
	Elaborar a lista modelo de equipamentos e instrumentos para cada unidade Sanitária	1º Trim/2006	Minis. Saúde
	Definir Política e elaborar o Plano de Desenvolvimento dos Recursos Humanos	2006	Minis. Saúde
	Transformar a Escola de F.Q.S. em Instituto de Ciências de Saúde	2006	Minis. Saúde
Reforço dos Serviços do Hospital Central e dos Centros de Saúde	Aprovar e Implementar o Plano Director do HAM	2006	Minis. Saúde
	Elaborar o Estatuto do HAM e o seu regulamento	2006	Minis. Saúde
	Definir o conteúdo funcional de cada unidade de saúde e de tarefas para cada nível de responsabilidade	2006	Minis. Saúde
	Descentralizar os programas para os Distritos Sanitários	2007	Minis. Saúde
	Dotar progressivamente as unidades sanitárias periféricas de pessoal qualificado conforme a Carta Sanitária	Até fim 2008	Minis. Saúde
	Estruturar e organizar o sistema de recuperação de custos à nível dos serviços Nacionais de Saúde e	2006	Minis. Saúde

PROGRAMAS	MEDIDAS	PRAZOS	INSTITUIÇÕES RESPONSÁVEIS
	Elaborar e Implementar um Sistema de Referência e Contra Referência	Até fim 2008	Minis. Saúde
	Criação e implementação o sistema de Informação para gestão e de informação sanitária.	Até fim 2008	Minis. Saúde
Prevenção e Luta Contra as Doenças	Elaboração de um Plano Nacional de Nutrição	2006	Minis. Saúde
	Reactivação do Sistema de Vigilância Nutricional	2007	Minis. Saúde
	Institucionalização de um órgão consultivo de estado em matéria de segurança alimentar	2007	Minis. Saúde
	Implementação do código de aleitamento materno	2006	Minis. Saúde
	Reactivação da Comissão Nacional de Iodização de Sal	2006	Minis. Saúde
	Integração dos programas de Luta Contra Paludismo, HIV/SIDA e tuberculose nos cuidados Primários da saúde	Até fim 2008	Minis. Saúde
	Publicação e vulgarização do protocolo Nacional de Manejo dos casos de Paludismo	2006	Minis. Saúde

PROGRAMAS	MEDIDAS	PRAZOS	INSTITUIÇÕES RESPONSÁVEIS
	Implementação do Plano de Expansão de PTMF	2006	Minis. Saúde
	Avaliação do PNLCT, na implementação do DOT'S	2006	Minis. Saúde
	Elaboração e publicação do Diploma Legal para a criação da Rede Nacional de Laboratórios e vigilância epidemiológica	2006	Minis. Saúde
	Elaboração de um plano estratégico de saúde buco-oral	2006	Minis. Saúde
	Validação e publicação da convenção internacional sobre o uso do tabaco.	2006	Minis. Saúde
	Expansão e Implementação da Estratégia AIDI	Até fim 2008	Minis. Saúde
	Elaboração de um programa de detecção do cancro da mama servi co-uterino e da próstata.	2006	Minis. Saúde
	Elaboração e implementação de uma Política e Estratégia Nacional de Educação Sanitária.	2006	Minis. Saúde
	Institucionalização do CNES como órgão responsável de Educação Sanitária do Ministério da Saúde	2006	Minis. Saúde

PROGRAMAS	MEDIDAS	PRAZOS	INSTITUIÇÕES RESPONSÁVEIS
<b>EIXO V - MECANISMO DE AVALIAÇÃO E SEGUIMENTO DA ENRP</b>			
	Aprovação do regulamento do funcionamento do Observatório	2006	MPF, Observatório
	Estabelecimento da rede dos pontos focais	2006	MPF, Observatório

## Anexo 8: Quadro de resultados

### PROGRAMA DE ACÇÕES PRIORITÁRIAS PARA A BOA GOVERNAÇÃO E REDUÇÃO DA POBREZA 2006-2008

#### (Quadro de resultados)

#### REFORMA DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS, REFORÇO DAS CAPACIDADES E PROMOÇÃO DE UMA POLÍTICA DE BOA GOVERNAÇÃO

OBJECTIVOS	PROGRAMAS	RESULTADOS	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
	Governança política	Quadro institucional para a implementação da reforma do Estado criado e em funcionamento	Diplomas legais publicados
		Assembleia Nacional reorganizada	Relatórios dos serviços da Assembleia Nacional
		Números de deputados redefinidos	Diploma legal publicado
		Deputados capacitados e profissionalizados	Relatórios de actividades da Assembleia
		Capacidade de produção legislativa e fiscalização reforçada	Número de leis produzidos
		Nomenclatura e missões específicas dos organismos da Administração Central do Estado definidas	Diploma legal publicado
		Estatuto da Função Pública revisto	Estatuto publicado e em aplicação

OBJECTIVOS	PROGRAMAS	RESULTADOS	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
		Código de Procedimento Administrativo adoptado	Em aplicação
	Governação Regional e Local	Nova divisão política administrativa estabelecida	Lei publicada
		Órgãos dos poderes regional e local adaptados	Órgãos estabelecidos
		Lei das Finanças regionais e locais aprovadas e em vigor	Relatório da evolução das transferências de recursos do OGE para o funcionamento das autarquias
	Governação económica e financeira	Administração financeira e patrimonial do Estado modernizada	Relatórios de inspecção e auditoria
		Lei da Administração financeira revista	Lei publicada
		Código de investimento revisto e adoptado	Código publicado no Diário da República
		Código aduaneiro revisto e adoptado	Publicação no Diário da República
		Imposto sobre rendimento revisto e adoptado	Publicação no Diário da República
		Contribuição Predial urbana revista e adoptada	Publicação no Diário da República
		Código tributário revisto e adoptado	Publicação no Diário da República
		Código de investimento,	Publicação no Diário da República
		Legislação sobre micro-finanças adoptada	Lei publicada no Diário da República
		Recursos Humanos capacitados	Relatórios de avaliação

OBJECTIVOS	PROGRAMAS	RESULTADOS	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
	Governação judiciária	Serviços de Inspeção e Fiscalização Reforçados	Relatório de Actividades
		Números de magistrados e auxiliares de justiça capacitados	Relatório de Actividades
		Mecanismos de acesso dos pobres a justiça criados	Relatório de cumprimento do plano de formação
		Mecanismos de arbitragem e resolução de conflitos criados	Mecanismo criado e em funcionamento
	Sociedade civil	Serviços de Registo e Notariado reforçados e melhorados	Relatório de Actividades
		Número de organizações da sociedade civil em actividade	Inquérito realizado
<b>CRESCIMENTO ACELERADO E REDISTRIBUTIVO</b>			
		Carta de política agrícola revista e aprovada	Carta validada e disponível
		Recenseamento agro-florestal efectuado	Publicação do relatório sobre o recenseamento efectuado
	Diversificação do sector agro-pecuário	Número de actividades de pesquisas e vulgarização desenvolvidas	Relatórios de pesquisas efectuadas
		Política de concepção de títulos de posse de terras redefinidas	Novos números de títulos concedidos

OBJECTIVOS	PROGRAMAS	RESULTADOS	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
	Promoção do turismo	Número de infra-estruturas turísticas existentes	Número de turistas por ano Taxa da participação de actividades turísticas no PIB
	Melhoria o funcionamento das linhas da MT	Redução da perda de energia Garantia de fornecimento regular de energia	Relatório periódico dos Serviços de Energia Verificar as instalações e a estabilidade das redes
	Melhoria da capacidade de oferta	Aumento do acesso da população a rede de energia	Relatório periódico dos Serviços de Energia
	Melhoria das infra-estruturas rurais	Aumento do acesso da população rural a rede de energia	Relatórios periódicos dos Serviços de Energia e dos inquéritos sobre a pobreza
	Diversificação de fonte	Aumento da capacidade de energia em cerca de 1000 KW	Relatório sobre fonte energia produzida
	Água e Saneamento - reforço institucional	Informações sobre os recursos hídricos e cartográficos disponíveis	Relatório sobre os estudos elaborados
	Elaboração da estratégia nacional e do plano de acção da	Estratégia nacional e o plano de acção sobre a diversidade biológica elaborados e disponíveis	Publicação dos documentos de estratégia nacional e plano de acção

OBJECTIVOS	PROGRAMAS	RESULTADOS	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
	diversidade biológica em S. Tomé e Príncipe		
	Elaboração da comunicação nacional sobre mudanças climáticas e estratégia nacional de adaptação	Informações sobre as mudanças climáticas e estratégias disponíveis	Relatório sobre de estratégia nacional e plano de acção sobre as mudanças climáticas
	Elaboração do plano de acção	Plano nacional sobre luta contra a desertificação elaborada	Documentos de estratégia nacional e do plano de acção publicado
	Elaboração do plano de gestão dos fluidos frigoríficos	Plano de gestão dos fluidos frigoríficos elaborados	Plano publicado
	Elaboração da legislação ambiental	Legislação ambiental em vigor	Legislação publicada
<b>CRIAÇÃO DE OPORTUNIDADES DE AUMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DE RENDIMENTOS PARA OS POBRES</b>			
	Melhoria das infra-estruturas rurais	Aumento da percentagem da população com acesso a energia	Relatório periódico dos serviços da energia

OBJECTIVOS	PROGRAMAS	RESULTADOS	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
		Saneamento do meio envolvente	Relatório sobre a fiscalização da execução das obras
		População informada educada e motivada para gestão de resíduos sólidos	Relatórios periódicos
<b>DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS E MELHORIA DE ACESSO AOS SERVIÇOS SOCIAIS BÁSICOS</b>			
	Reforçar o Sistema Educativo Nacional	Nova Lei orgânica do MEC aprovada	Decreto-lei
		Todos os órgãos do ISP institucionalizados, constituídos e em funcionamento normal	Despacho ministerial
		Estatutos das Escolas, Departamentos e Unidades aprovados	Despacho ministerial
		Estatutos orgânicos aprovados	Despacho ministerial
		Delegações Distritais e Regionais reformulados e criados	Despacho ministerial
		Regulamentos e estatutos decorrentes da Lei de bases do Sistema Educativo aprovados	Despacho ministerial
		Tipologia da rede escolar aprovada	Decreto-lei
		Técnicos e especialistas formados	Formação no exterior
		Quadro de pessoal do GPIE transformado em quadro privativo	Grêlha salarial do GPIE

OBJECTIVOS	PROGRAMAS	RESULTADOS	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
		Projectos educativos desenvolvidos	Actividades extra-curriculares nas escolas básicas
	Formação dos professores	Curso de formação de professores para o ensino básico em curso Formadores da EFOPE com elevação de graus académicos	Abertura de cursos na EFOPE Formação no exterior
	Generalização e Melhoria do ensino básico	Jardins e creches construídos Escolas básica (1a a 6a cl.) construídas e existentes Escolas básica (1a a 6a cl.) existente Escolas básica (1a a 6a cl.) reabilitadas	Alargamento da rede da pré-escolar Alargamento da rede de escolas de 1a a 6a cl. Alargamento da rede de escolas de 1a a 6a cl. Alargamento da rede de escolas de 1a a 6a cl.
		Cantina escolar em funcionamento Materiais e equipamentos básicos existentes nas escolas	Cantina nas escolas básicas (1a a 6a cl.) Existências de materiais e equipamentos
	Melhoria da Qualidade do ensino secundário	Laboratórios e salas especiais existentes nas escolas do ensino secundário Bibliotecas básicas existentes nas escolas do ensino secundário	Existências de laboratórios Existências de bibliotecas

OBJECTIVOS	PROGRAMAS	RESULTADOS	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
		Campos de jogos e polidesportivos existentes nas escolas do ensino secundário	Desporto escolar dinamizado
		Escolas secundárias reabilitadas	Projectos de reabilitação de escolas secundárias
		Curso de formação para professores do ensino secundário em curso	Reforço do ISP
		50% De Professores do ensino secundário profissionalizados	Reforço do ISP
		Oficinas do Centro Politécnico reabilitadas	Redinamização do CP
	Estabelecimento do Ensino técnico-profissional	Salas especiais do Centro Politécnico equipadas e apetrechadas	Alargamento de cursos do CP
		Formadores do ensino técnico formados	Alargamento de cursos do CP
		Laboratórios existentes no Ensino Técnico	Alargamento de cursos do CP
		Escolas do ensino técnico equipadas	Alargamento de cursos do CP
		Bolsas para estudantes do ensino técnico financiadas	Aumento da população escolar no CP
		Autocarros para transporte escolar adquiridos	Aumento da taxa de escolarização de 1a a 6a cl.

OBJECTIVOS	PROGRAMAS	RESULTADOS	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
		Peças sobressalentes para autocarros existentes	Transporte escolar
		Programas de saúde escolar existentes nas escolas básicas	Aumento da taxa de cobertura vacinal; Diminuição da taxa de incidência de doenças
		Enfermarias do hospital equipadas com materiais didácticos e brinquedos	Melhoria das condições do hospital
		Projectos educacionais de Meninos da Rua financiados	Sustentabilidade de projectos de meninos da rua
		Projectos de alfabetização de Meninos da Rua financiados	Aumento da taxa de alfabetização
	Apoio aos Mais Desfavorecidos	Lares de estudantes construídos em Angolares e em S. Tomé	Aumento da taxa de escolarização no ensino secundário
		Especialista em educação especial formados	Aumento da relevância de educação especial
		Apoio regular concedido a crianças deficientes	Aumento da relevância de educação especial
		XX escolas comunitárias financiadas; escolas básicas alternativas criadas e financiadas	Aumento da relevância de educação especial
			Aumento da relevância de educação especial
			Aumento da relevância de educação especial
	Reestruturação e Reforço dos Serviços Básicos	Garantido o quadro e os mecanismos legais de execução efectiva e contínua do plano de desenvolvimento Sanitário	Relatórios periódicos

OBJECTIVOS	PROGRAMAS	RESULTADOS	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
	de Saúde	Melhorado o acesso das populações ao serviço saúde de qualidade	Avaliação e supervisão Relatórios de visitas de seguimento e avaliação
	Reforço de Serviços Especiais do Hospital Central e dos Serviços Distritais de Saúde	Hospital Central e centros de saúde distritais organizados e dotados de meios de diagnóstico e terapia para prestar serviços de qualidade	Relatórios periódicos
			Reunião de balanço anuais
			Avaliação e supervisão
			Relatórios de visitas de seguimento e avaliação
		A região Autónoma do Príncipe dotada de meios para evacuação de doentes e prestação de cuidados de saúde	
	Luta Contra as Principais Doenças (Paludismo, HIV/ Sida, DST e Tuberculose	Reduzida significativamente a taxa de morbi-mortalidade por paludismo na população geral	Relatórios periódicos
			Reunião de balanço anuais
			Avaliação e supervisão
		Serviços de luta contra sida e tuberculose funcionais nos distritos sanitários	Relatórios de visitas de seguimento e avaliação

OBJECTIVOS	PROGRAMAS	RESULTADOS	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
		Unidades sanitárias abastecidas de medicamentos anti-retrovirais e tuberculostáticos	
		Reduzido o risco de infecção por VIH/Sida Rede nacional de laboratório instalada e funcional	
	Programa de Prevenção e Promoção de Saúde	CNES funcional implementando a estratégia em matéria de prevenção e luta contra doenças	
		A estratégia de AIDI expandida e implementada em todas unidades sanitárias do País	
		100% de crianças imunizadas com todos os anti-génios	Relatórios periódicos
		Melhorada a prestação de cuidados integrados de saúde reprodutiva nas unidades sanitárias	Reunião de balanço anuais Avaliação e supervisão
		Reduzida a mortalidade infantil, infanto-juvenil e materna	Relatórios de visitas de seguimento e avaliação
		Um sistema de vigilância nutricional implementado e funcional	

OBJECTIVOS	PROGRAMAS	RESULTADOS	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
<b>SEGUIMENTO E AVALIAÇÃO DA POBREZA</b>			
	Apoio ao Observatório	Actualização periódica da situação da pobreza	Relatórios elaborados

## **Anexo 9: Fichas de projectos**

## **PROGRAMA DE ACÇÕES PRIORITÁRIAS PARA A BOA GOVERNAÇÃO E REDUÇÃO DA POBREZA 2006-2008**

**(Fichas de Programas/Projectos)**

### **EIXO I: REFORMA DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS, REFORÇO DAS CAPACIDADES E PROMOÇÃO DE UMA POLÍTICA DE BOA GOVERNAÇÃO**

#### **PROGRAMA DE REFORÇO DAS CAPACIDADES DA ASSEMBLEIA NACIONAL NO QUADRO DA BOA GOVERNAÇÃO**

Actualmente o Parlamento não tem podido exercer cabalmente o seu papel, ou seja, com o nível desejado. Vários factores de ordem estrutural e financeira concorrem para esse facto e, dentre eles, destacam-se:

- Inexistência de um edifício adequado para o funcionamento do Parlamento
- Não profissionalização dos deputados
- Deficiente legislação sobre incompatibilidade
- Pouco interesse da parte da população em participar no processo democrático

#### **Reforma do Parlamento**

Para que o Parlamento possa atingir um nível elevado de desempenho, com a participação dos cidadãos, no sentido de contribuir para a estabilidade política e desenvolvimento económico-social sustentado, torna-se necessário proceder a uma reforma de fundo, que deve consistir essencialmente em encontrar respostas aos factores de ordem estrutural e financeira, referidos no capítulo anterior, que actualmente enfermam o seu desempenho.

É igualmente condição indispensável para uma mudança qualitativa substancial a resolução do problema da sede do Parlamento, ainda que com a construção de um edifício complementar para a instalação da área política do Parlamento, continuando os Serviços Parlamentares no Palácio dos Congressos.

Enquanto não houver condições para o efeito, é necessário dar-se continuidade e até mesmo reforçar-se os programas de reforço de capacidades para se ir aumentando o grau de eficácia do Parlamento no cumprimento das suas actividades.

## Acções a serem implementadas

Para a realização de novos projectos e continuação dos que estão em curso, pretende-se implementar um programa de reforço das capacidades, que no quadro da ENRP se enquadra na Boa Governança, onde deverão ser realizados os projectos abaixo descritos (fichas dos projectos - Anexo I). Dentre os projectos, dois são de ordem estrutural. Trata-se, por um lado, das Jornadas Parlamentares, onde deverão sair linhas de orientação sobre a profissionalização dos deputados e os encargos inerentes, a definição de incompatibilidades, o redimensionamento do número dos deputados, etc. e, por outro, a nova sede política, uma vez que os deputados estando a tempo inteiro (profissionalizados) precisarão de salas de trabalho adequadas. Actualmente, existem apenas no Palácio dos Congressos 6 salas para o trabalho político, sendo 3 para grupos parlamentares e 3 para as comissões, sendo que as restantes estão destinadas ao suporte administrativo e de apoio técnico.

### FICHA DE PROJECTOS

#### Projecto I

1	<b>Designação do Projecto: Construção da Sede Política do Parlamento</b>
2	<b>Instituição Responsável: Assembleia Nacional</b>
3	<b>Objectivo (s) do Projecto: Construção da Sede Política do Parlamento</b>
4	<b>Descrição do Projecto: (Acções)</b> 1 - Realização de Estudos 2 - Construção
5	<b>Resultado (s) esperado (s) do Projectos:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Aumento da Produção Legislativa</li> <li>○ Efectiva fiscalização da actividade governativa e da administração</li> <li>○ Melhoria do debate político</li> </ul>
6	<b>Impacto na redução da pobreza e crescimento: Boa Governança</b>
7	<b>Período de Execução: Janeiro de 2006 a 2008.</b>
8	<b>Valor estimado do projecto:</b> 1.ª Fase - Realização de estudos - USD 50.000 2.ª Fase - Início das Obras - USD 2.000.000,00 3.ª Fase - Continuação e Conclusão - (dependerá do estudo)

Projecto II

1	<b>Designação do Projecto: Jornadas Parlamentares</b>
2	<b>Instituição Responsável:</b> Assembleia Nacional
3	<b>Objectivo (s) do Projecto:</b> Realização de III Jornadas Parlamentares que deverá incidir sobre os seguintes temas (já elaborados): <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Eventual redução do número de deputados, respectiva profissionalização e incompatibilidades</li> <li>○ Significado e o papel dos partidos políticos em STP</li> <li>○ O papel dos deputados num estado de direito</li> <li>○ Financiamentos das campanhas eleitorais</li> </ul>
4	<b>Descrição do Projecto: (Acções)</b> 1 - Realização das Jornadas 2 - Elaboração de iniciativas legislativas
5	<b>Resultado (s) esperado (s) do Projectos:</b> Medidas Legislativas para a Reforma do Parlamento
6	<b>Impacto na redução da pobreza e crescimento:</b> Boa Governação
7	<b>Período de Execução:</b> 2006
8	<b>Valor estimado do projecto:</b> USD 70.000

Projecto III

1	<b>Designação do Projecto: Formação</b>
2	<b>Instituição Responsável:</b> Assembleia Nacional
3	<b>Objectivo (s) do Projecto:</b> Capacitação dos Deputados e Funcionários Parlamentares
4	<b>Descrição do Projecto: (Acções)</b> 1 - Realização seminários, workshops, visitas de estudos e cursos de línguas para os Deputados 2 - Realização de especializações, pós-graduações (de nível de diploma, mestrado e doutoramento) para os Funcionários
5	<b>Resultado (s) esperado (s) do Projectos:</b> Deputados e Funcionários Parlamentares capacitados
6	<b>Impacto na redução da pobreza e crescimento:</b> Boa Governação
7	<b>Período de Execução:</b> (2006 a 2008)
8	<b>Valor estimado do projecto:</b> USD 300.000

Projecto IV

1	<b>Designação do Projecto: Optimização do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC</b>
2	<b>Instituição Responsável:</b> Assembleia Nacional
3	<b>Objectivo (s) do Projecto:</b> Aquisição ou concepção de um sistema integrado de gestão de base de dados de todo o processo legislativo, bem como a reestruturação do actual site da ANSTP de modo a torná-lo mais interactivo, onde deverão ser disponibilizadas ferramentas que permitam aos utilizadores pesquisarem informações sobre processo legislativo através da base de dados.
4	<b>Descrição do Projecto: (Acções)</b> 1 - Concurso Público Internacional 2 - Implementação
5	<b>Resultado (s) esperado (s) do Projectos:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Compilação de todos os dados do processo legislativo numa base apenas</li> <li>○ Pesquisa facilitada</li> <li>○ Participação dos cidadãos na vida parlamentar através do site do Parlamento</li> </ul>
6	<b>Impacto na redução da pobreza e crescimento:</b> Boa Governação
7	<b>Período de Execução:</b> 2006 e 2007
8	<b>Valor estimado do projecto:</b> USD 60.000

Projecto V

1	<b>Designação do Projecto Aproximação Eleito/Eleitor</b>
2	<b>Instituição Responsável:</b> Assembleia Nacional
3	<b>Objectivo (s) do Projecto:</b> Consiste no desenvolvimento de acções tendentes a aproximar os deputados dos eleitores e vice-versa, mediante realização de campanhas de educação cívica, visita dos deputados aos respectivos círculos eleitorais, auscultação da sociedade civil organizada sobre as grandes temas de interesse nacional, visita dos cidadãos ao Parlamento, etc. Pretende-se também, com recurso as TIC, mormente a Internet, através do site da ANSTP, criar-se ferramentas de interacção entre o cidadão e o parlamento, ou seja, criar-se ferramentas onde os cidadãos, mesmo em áreas remotas, poderão colocar questões, sugerir ideias, solicitar informações, etc. Neste sentido, em parceria com ONGs, encara-se a possibilidade de se adquirir e instalar equipamentos necessários para

	o efeito.
4	<b>Descrição do Projecto: (Acções)</b> 1 - Criação de ferramentas de interacção no site da ANSTP 2 - Aquisição e instalação de equipamento informáticos 3 - Acompanhamento e formação
5	<b>Resultado (s) esperado (s) do Projectos:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Ferramentas de interacção criadas</li> <li>○ Equipamentos adquiridos e instalados</li> <li>○ Actuação do Parlamento mais de acordo com as expectativas da população</li> <li>○ Maior participação da sociedade civil na governação</li> </ul>
6	<b>Impacto na redução da pobreza e crescimento:</b> Boa Governação
7	<b>Período de Execução:</b> 2007 a 2008
8	<b>Valor estimado do projecto:</b> USD 120.000

**Programa de Reestruturação e Modernização da Administração Pública**

<b>1-</b>	<b>Designação do projecto:</b>
	Reestruturação e modernização da Administração Pública
<b>2-</b>	<b>Instituição responsável:</b>
	Secretaria de Estado da Administração Pública e Comunicação Social
<b>3-</b>	<b>Objectivo (s) do projecto:</b>
	Melhorar a qualidade dos serviços públicos, criar condições para uma gestão eficaz e transparente dos bens públicos, promover a aproximação dos serviços dos cidadãos e facilitar o acesso dos serviços aos cidadãos e prestar um serviço de qualidade aos utentes.
<b>4-</b>	<b>Descrição do projecto:</b>
	<p>Esse projecto visa o desenvolvimento de um vasto programa de actividades ao nível da administração pública em geral, na sequência do afastamento do Estado santomense da gestão directa de empreendimentos produtivos e da promoção de uma política de libertação económica.</p> <p>Trata-se de, em observância à Estratégia Global de Reforma do Estado, conduzir o processo de adaptação às necessidades de funcionamento dos serviços e do cumprimento das missões específicas de cada instituição, num quadro amplo de reajustamento da estrutura e o funcionamento do Estado em função das novas realidades política e sócio-económica e cultural e das implicações da globalização.</p> <p>Nesse sentido o projecto contempla:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• a racionalização das estruturas e dos serviços da Administração Pública, tendo em conta a função redefinida do Estado e as suas prioridades de actuação;</li> <li>• a adaptação do funcionamento dos serviços para responder às exigências de uma boa governação;</li> <li>• a definição dos organismos chave, o reforço das capacidades dos Organismos da Administração Central do Estado em matéria de definição de estratégias sectoriais, elaboração de políticas e planificação e execução orçamental e estatísticas sectoriais;</li> <li>• o estabelecimento de um quadro de relações verticais e horizontais entre e no seio das instituições e a redefinição de responsabilidades e formas de responsabilização dos agentes e serviços;</li> <li>• a simplificação dos expedientes e dos procedimentos, suprimindo</li> </ul>

	<p>formalidades inúteis e redundantes, e o estabelecimento de formas expeditas de atendimento ao público;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• a criação de um ambiente administrativo e legal apropriado para o investimento e para os negócios;</li> <li>• a formação e qualificação de dirigentes, quadros técnicos, funcionários públicos e demais servidores da função pública;</li> <li>• a promoção da descentralização e / ou desconcentração de serviços conforme a necessidade de prestação de serviços de qualidade e próximos dos cidadãos, em geral, e dos grupos mais vulneráveis em particular;</li> <li>• a criação de facilidades de utilização das novas tecnologias de informação e comunicação para viabilizar e acelerar o acesso do cidadão a informações e serviços de utilidade pública e permitir a sua interacção com a administração.</li> </ul> <p>São actividades decorrentes dos propósitos estabelecidos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>□ A promoção, em concertação com os órgãos competentes, da criação de uma estrutura de implementação da Estratégia Global de Reforma do Estado;</li> <li>□ A revisão dos Estatutos da Função Pública;</li> <li>□ A implementação do Código dos Procedimentos Administrativos;</li> <li>□ A capacitação dos recursos humanos da Administração Pública;</li> <li>□ A criação de um Observatório da Função Pública;</li> <li>□ A implementação da base de dados da Função Pública;</li> <li>□ A reorganização das estruturas orgânicas dos organismos da Administração Central do Estado;</li> <li>□ O estabelecimento de um sistema de avaliação de desempenho ao nível dos serviços;</li> <li>□ A promoção da governação electrónica.</li> </ul>
<b>5-</b>	<b>Resultado (s) esperado (s) do projecto:</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>□ uma administração adaptada e mais eficiente</li> <li>□ instituições equipadas e informatizadas e interconectadas</li> <li>□ quadros da função pública mais capacitados</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>□ gestão eficaz e transparente da coisa pública</li> <li>□ serviços administrativos descentralizados ou desconcentrados</li> <li>□ procedimentos administrativos simplificados</li> </ul>
<b>6-</b>	<b>Impacto na redução da pobreza e crescimento:</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>□ Aproximação dos serviços do cidadão e melhor relacionamento entre a administração e os usuários dos serviços públicos e desenvolvimento de formas de participação do cidadão nos processos de tomada de decisão, responsabilização e prestação de contas.</li> </ul>
<b>7-</b>	<b>Procedimentos de implementação:</b>
	O programa será executado por fases ao longo dos próximos três anos, em função da importância relativa das suas componentes e no prosseguimento das acções já em curso. As componentes serão desenvolvidas com o concurso permanente das instituições directamente implicadas.
<b>8-</b>	<b>Período de execução: 2006-2008</b>
<b>9-</b>	<b>Valor estimado do projecto: USD 2.000.000</b>

**PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO DA PREVENÇÃO E COMBATE AO CRIME  
E REFORÇO DA SEGURANÇA NO PLANO DE DESENVOLVIMENTO  
ECONOMICO SOCIAL**

**Programa de Reestruturação e Modernização da Administração Pública**

<b>1- Designação do projecto:</b>	
	Integração da Prevenção e Combate ao Crime e Reforço da Segurança no Plano de Desenvolvimento Nacional
<b>2- Instituição responsável:</b>	
	Ministério da Justiça e Assuntos Parlamentares
<b>3- Objectivo (s) do projecto:</b>	
	<p>Integração da Prevenção da Criminalidade e Reforço da Segurança na Planificação do Desenvolvimento Sócio-Económico</p> <p><b>Objectivos Específicos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Criar e integrar programas sociais de prevenção e de luta contra a droga e a criminalidade no processo de desenvolvimento económico;</li> <li>▪ Implementar medidas legislativas convencionais de combate a criminalidade e droga;</li> <li>▪ Reforçar a cooperação e a parceria entre os Estados da Sub-Região, Instituições competentes da ONU e outros parceiros internacionais, a fim de lutar eficazmente contra a criminalidade transnacional organizada, nomeadamente, o tráfico de droga, tráfico de seres humanos e armas de fogo, trafico ilícito de migrante, o terrorismo, a corrupção, a criminalidade económica e financeira, o branqueamento de capital e a cybercriminalidade;</li> <li>▪ Promover a prevenção do crime e melhorar a reforma da justiça penal;</li> <li>▪ Adotar uma posição comum na prevenção e no combate a Criminalidade e as Drogas;</li> <li>▪ Reforçar a capacidade das acções preventivas e repressivas contra a criminalidade e droga;</li> <li>▪ Sensibilizar a população, a sociedade civil organizada e as comunidades pela tomada consciência no seu papel na prevenção da criminalidade, da corrupção e da violência.</li> </ul>

<b>4-</b>	<b>Descrição do projecto:</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforçar as capacidades técnicas operacionais das polícias;</li> <li>• Reforçar a capacidade dos serviços de detenção e repressão</li> <li>• Reforçar o controlo das fronteiras</li> <li>• Consolidar o sistema de recolha e tratamento de informações internas;</li> <li>• Promover acções de prevenção, de protecção e cooperação regional;</li> <li>• Elaborar leis e estratégias nacionais conforme as regras e normas internacionais contra a criminalidade transnacional organizada;</li> <li>• Elaborar e executar uma estratégia e política global contra a corrupção com a participação activa das autoridades competentes, sector privado e a sociedade civil;</li> <li>• Criar um órgão especializado e independente contra a corrupção;</li> <li>• Desenvolver acções de formação destinadas aos agentes policiais competentes na área de investigação e perseguição da criminalidade transnacional organizada;</li> <li>• Promover o sentimento de responsabilidade social e colectiva e a tolerância zero face a corrupção nos sectores, publico, privado e civil;</li> <li>• Melhorar as capacidades dos serviços de análise e técnica científica;</li> <li>• Criar laboratórios de análise técnica e científica e apoio científico no quadro de legislação e praticas de luta contra a criminalidade e drogas;</li> <li>• Prestar a grande escala um conjunto de serviços de prevenção e cuidados concernentes a VIH/SIDA, visando aos grupos mais vulneráveis ao risco, tais como, os jovens, profissionais de sexo, militares, taxistas, os detidos, população pobre e portadores de deficiências;</li> <li>• Desenvolver acções visando a ratificação e implementação das convenções internacionais relativas a criminalidade transnacional organizada;</li> <li>• Garantir uma legislação efectiva e as medidas de detenção e repressão do trafico de drogas, das espécies protegidas, de</li> </ul>

	recursos naturais e dos objectos furtados e em particular melhorar o controlo das armas de fogo.
<b>5-</b>	<b>Resultado (s) esperado (s) do projecto:</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantir maior tranquilidade e uma segurança eficiente e integrada aos cidadãos e os seus bens;</li> <li>• Encorajar e incentivar o investimento externo;</li> <li>• Garantir uma justiça mais célere e justa;</li> <li>• Quebrar o vinculo entre a criminalidade e os conflitos;</li> <li>• Incentivar e promover o desenvolvimento económico-social;</li> <li>• Aumentar a confiança do público;</li> <li>• Garantir a melhor estabilidade social;</li> <li>• Promover o efectivo estado de direito democrático e uma verdadeira democracia;</li> </ul>
<b>6-</b>	<b>Impacto na redução da pobreza e crescimento:</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover um desenvolvimento estável e integrado em S. Tomé e Príncipe.</li> </ul>
<b>7-</b>	<b>Procedimentos de implementação:</b>
	O programa será executado por fases ao longo dos próximos três anos, em função da importância relativa das suas componentes e no
<b>8-</b>	<b>Período de execução:</b>
	2006-2010
<b>9-</b>	<b>Valor estimado do projecto:</b>
	USD 2.000.000

<b>1-</b>	<b>Designação do projecto:</b>
	"Fábrica de Conhecimento"
<b>2-</b>	<b>Instituição responsável:</b>
	<p>Sociedade de Informação e Conhecimento e Governação electrónica.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O Comité para Governação Electrónica, abreviadamente designado por CGE, é uma pessoa colectiva de direito público, tutelada pela Primeira-Ministra e dotada de autonomia científica, administrativa, financeira e patrimonial.</li> <li>• O CGE é de âmbito nacional, tem sede na cidade de São Tomé, em S. Tomé e Príncipe, e pode estabelecer delegações ou qualquer outra forma de representação em território nacional ou no estrangeiro para facilitar a cooperação.</li> <li>• A finalidade do CGE é fomentar a prestação de serviços por meios electrónicos e, em geral, o desenvolvimento da Sociedade de Informação e Conhecimento.</li> <li>• Para além do Estado de São Tomé e Príncipe, outros Estados e entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, podem prestar auxílio técnico e financeiro para colaborar na prossecução de objectivos do CGE.</li> </ul>
<b>3-</b>	<b>Objectivo (s) do projecto:</b>
	<p>A "Fábrica de Conhecimento" tem como primeiro objectivo capacitar S. Tomé e Príncipe para produzir conteúdos multimédia, serviços electrónicos e soluções de gestão de conhecimento. Tem por segundo objectivo facultar a pessoas singulares e colectivas, em particular do sector empresarial (empresas estabelecidas, novos empreendedores e potenciais investidores), do sistema educativo (instituições, formandos, formadores e outros agentes) e do sistema de saúde (organismos, profissionais e outros agentes de saúde), acesso a informação em tempo real e a melhores serviços.</p> <p>Os aspectos mais relevantes da "Fábrica de Conhecimento" serão a qualificação de recursos humanos e a inovação nos métodos e ferramentas de trabalho.</p>
<b>4-</b>	<b>Descrição do projecto:</b>
	O Programa "Fábrica de Conhecimento", que decorrerá entre 2005 e 2010, enquadra-se no âmbito de Acordos Gerais de Cooperação

	<p>celebrados entre S. Tomé e Príncipe e parceiros. Este Programa visa preparar S. Tomé e Príncipe para a Sociedade de Informação e de Conhecimento, principalmente no que se refere à partilha de conhecimento, à apropriação de novas tecnologias e à implementação de serviços electrónicos para um número crescente de instituições e cidadãos.</p>
<b>5-</b>	<b>Resultado (s) esperado (s) do projecto:</b>
	<p><b>Centro Nacional de Dados</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Plataforma de produção de conteúdos multimédia e de software aplicacional</b></li> <li>• <b>Plataforma de divulgação de informação e de prestação de serviços electrónicos</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Rede de Ciência, Tecnologia e Inovação (que integra a Rede Electrónica do Estado, a Rede Electrónica do Empreendedor e a Rede Electrónica do Cidadão) e os Laboratórios de Sistemas de Informação e de Redes e Sistemas de Telecomunicações</li> <li>- Rede de Telecentro Stlada Sêbê (com um núcleo central e diversos satélites)</li> <li>- Plano Estratégico catalisador de produção, fornecimento e utilização conteúdos multimédia, serviços electrónicos e redes digitais para gestão de conhecimento.</li> </ul> </li> </ul>
<b>6-</b>	<b>Impacto na redução da pobreza e crescimento:</b>
	<p>Um dos requisitos para o país se desenvolver, num clima de paz e segurança, é dotar as pessoas com condições para inovarem em benefício das suas organizações e vidas quotidianas, nomeadamente em métodos de trabalho, tecnologias e produtos finais. É de realçar que, no contexto da "Fábrica de Conhecimento", a disseminação de conteúdos multimédia e a implementação de serviços electrónicos contribuirá para melhorar a transparência e a boa governação e, conseqüentemente, para reduzir a pobreza e acelerar o crescimento.</p> <p>Para que S. Tomé e Príncipe possa responder aos desafios que enfrenta, aproveitando as excelentes oportunidades de que desfruta, a "Fábrica de Conhecimento" será um ambiente de trabalho cooperativo, e de inovação organizacional e tecnológica, aberto a entidades interessadas em apoiar o país a utilizar o conhecimento como recurso estratégico - um ambiente de excelência em inovação, serviços electrónicos e gestão de conhecimento.</p>
<b>7-</b>	<b>Procedimentos de implementação:</b>

	<p>Este projecto enquadra-se no âmbito de Acordos Gerais de Cooperação celebrados entre S. Tomé e Príncipe e parceiros. O Projecto é coerente com a política das autoridades de S. Tomé e Príncipe, de prioridade a uma cooperação que apoie a modernização do país, nomeadamente para implementação de serviços electrónicos e apropriação de tecnologias de informação e comunicação. O Projecto é ainda coerente com os objectivos estratégicos e prioridades do programa do actual Governo.</p> <p>Para incentivar a partilha de conhecimento, as actividades são geridas por alguém de S. Tomé e Príncipe ou, em alternativa, alguém de S. Tomé e Príncipe acompanha o trabalho de gestão. De facto, a "Fábrica de Conhecimento" incentiva o envolvimento e desenvolvimento de recursos humanos locais desde o primeiro momento. A principal motivação é garantir uma comunicação efectiva entre as entidades envolvidas, estimular a partilha de conhecimento e promover a adequação dos serviços às necessidades reais.</p> <p>Os parceiros também são fundamentais desde o primeiro momento. Nomeadamente para prestar serviços de consultoria e assistência técnica, identificar novos parceiros e apoiar a identificação e captação de fundos. O CGE vem trabalhando em estreita ligação com parceiros para que a "Fábrica de Conhecimento" seja viável e satisfaça os objectivos em tempo útil. Está prevista a criação de um "Advisory Board" que será integrada por parceiros.</p>
<b>8-</b>	<b>Período de execução:</b>
	2005-2010
<b>9-</b>	<b>Valor estimado do projecto:</b>

<b>1-</b>	<b>Designação do projecto:</b>
	Modernização dos serviços dos Registos e Notariado (informatização dos serviços)
<b>2-</b>	<b>Instituição responsável:</b>
	Direcção dos Serviços de Registo e Notariado
<b>3-</b>	<b>Objectivo (s) do projecto:</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhorar os serviços de meios matérias e humanos para responder as necessidades do País;</li> <li>• - Promover registo de terras nacionalizadas no ano 1975, dos bens públicos pertencentes ao Estado e registos de títulos de terra atribuídos a pequenas e médias explorações agrícolas na base da Reforma Fundiária;</li> </ul>
<b>4-</b>	<b>Descrição do projecto:</b>
	Melhorar e dar segurança jurídica dos negócios em S. Tomé e Príncipe e assegurar a todos aqueles adquirentes de bens uma garantia dos seus negócios.
<b>5-</b>	<b>Resultado (s) esperado (s) do projecto:</b>
	Confiança, segurança e melhoria da credibilidade do País nos negócios tanto no relacionamento publico como privado.
<b>6-</b>	<b>Impacto na redução da pobreza e crescimento:</b>
	□
<b>7-</b>	<b>Procedimentos de implementação:</b>
	Os procedimentos de implementação dependem das obrigações para com o financiador e as regras por ele estabelecidas.
<b>8-</b>	<b>Período de execução:</b>
	2006-200
<b>9-</b>	<b>Valor estimado do projecto:</b>
	USD 2500.000

**EIXO 2: CRESCIMENTO ACELERADO REDISTRIBUTIVO**

<b>1-</b>	<b>Designação do projecto:</b>
	Reabilitação da Linha de Média Tensão e Transformadores de Guégue, Estudos de Selectividade, Protecção da Rede e Aquisição de Geradores
<b>2-</b>	<b>Instituição responsável:</b>
	Ministério do Ambiente, Infra-Estruturas e Recursos Naturais - EMAE
<b>3-</b>	<b>Objectivo (s) do projecto:</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Evitar que um defeito localizado coloque toda instalação fora de serviço;</li> <li>• Melhorar a continuidade de serviço e o conforto de exploração de uma instalação.</li> <li>• Aumentar a capacidade de fornecimento de energia eléctrica as populações;</li> <li>• Ter disponível um gerador de emergência que possa socorrer em momentos de crise;</li> <li>• Responder as solicitações dos novos clientes;</li> </ul>
<b>4-</b>	<b>Descrição do projecto:</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mobilização e reforço das capacidades humanas, técnicas e materiais do sector que lida com a central térmica;</li> <li>• Preparação de espaço para instalação de um gerador com potência de 1.5 MW;</li> <li>• Preparação de materiais e equipamento para instalação;</li> <li>• Interligação com a rede da potência produzida pelo novo equipamento;</li> <li>• Organização da manutenção e seguimento;</li> <li>• Implementação do sistema da selectividade na rede de forma que uma associação de dispositivos de protecção, atravessados por uma mesma corrente de defeito, limite o disparo apenas ao nível da protecção imediatamente a montante do ponto de defeito;</li> </ul>
<b>5-</b>	<b>Resultado (s) esperado (s) do projecto:</b>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhorar a qualidade do funcionamento de energia eléctrica</li> <li>• Garantir a satisfação das necessidades básicas da população em energia e contribuir para o desenvolvimento dos sectores produtivos</li> <li>• Melhorar a continuidade de serviço</li> <li>• Aumento da percentagem da população com energia</li> <li>• Garantia do fornecimento de energia nas horas de ponta</li> <li>• Melhoria da qualidade de transporte de energia</li> <li>• Elevar o grau da qualidade de energia a ser distribuída à população</li> </ul>
<b>6-</b>	<b>Impacto na redução da pobreza e crescimento:</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Rever e aumentar progressivamente a capacidade instalada;</li> <li>• Garantir a satisfação das necessidades básicas da população em energia e contribuir para o desenvolvimento dos sectores produtivos;</li> <li>• Aumento da produção e da produtividade individual</li> </ul>
<b>7-</b>	<b>Procedimentos de implementação:</b>
	Os procedimentos de implementação dependem das condições para com o financiador e as regras por ele estabelecidas para o desbloqueamento da verba.
<b>8-</b>	<b>Período de execução:</b>
	O período de execução das obras é de 24 meses.
<b>9-</b>	<b>Valor estimado do projecto:</b>
	USD 2.150.000

<b>1-</b>	<b>Designação do projecto:</b>
	Apoio Institucional ao Ministério da Economia para a Promoção do Desenvolvimento Sustentável do Mundo Rural.
<b>2-</b>	<b>Instituição responsável:</b>
	Direcção Planeamento e Estudos - DPE Ministério da Economia - ME
<b>3-</b>	<b>Objectivo (s) do projecto:</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proceder uma análise funcional e redesenhar a estrutura organizacional do ME para aumentar a sua capacidade de promover o desenvolvimento do mundo rural.</li> <li>• Definir uma estrutura de incentivos e assegurar os recursos para a manutenção e o melhoramento contínuo dos recursos humanos do ME, com maior ênfase na DPE.</li> <li>• Preparar um plano de trabalho para implementar a reforma institucional e o fortalecimento do ME com ênfase nos recursos humanos e apetrechamento da DPE.</li> </ul>
<b>4-</b>	<b>Descrição do projecto:</b>
	A reforma institucional aumentará sensivelmente a capacidade técnica e operativa do DPE/ME para identificar, negociar, elaborar, analisar e monitorar a implementação de programas projectos de cooperação técnica e investimentos para o desenvolvimento sustentável do mundo rural e das pescas.
<b>5-</b>	<b>Resultado (s) esperado (s) do projecto:</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento no número e qualidade dos projectos de cooperação técnica e de</li> <li>• Investimento</li> <li>• Aumento da capacidade técnica e operativa do DPE/ME para elaborar, avaliar e monitorar a implementação de programas e projectos para o desenvolvimento sustentável do mundo rural e das pescas.</li> </ul>
<b>6-</b>	<b>Impacto na redução da pobreza e crescimento:</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O Projecto terá impactos imediatos no aumento de projectos para o mundo rural aumentando assim emprego de mão-de-obra e o aumento da produção agro-pecuário, florestal e pesqueira, com consequente na redução da pobreza rural e urbana.</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A pobreza rural será reduzida com o aumento de rendimento rural quando a implantação dos projectos negociados são devidamente seguidos pelos técnicos, mas principalmente como resultado do aumento da produção e do rendimento em função das vendas dos produtos <i>in natura</i> e transformados.</li> </ul>
<b>7-</b>	<b>Procedimentos de implementação:</b>
	Sob a coordenação da DPE/ME e o apoio técnico da FAO que já vem apoiando o ME/AS na Actualização da Carta de Política Agrícola.
<b>8-</b>	<b>Período de execução:</b>
	Janeiro de 2006 a Julho de 2007
<b>9-</b>	<b>Valor estimado do projecto:</b>
	USD 400.000

<b>1-</b>	<b>Designação do projecto:</b>
	Reforço das capacidades de pesquisa aplicada do CIAT.
<b>2-</b>	<b>Instituição responsável:</b>
	Ministério da Economia (ME), através do CIAT.
<b>3-</b>	<b>Objectivo (s) do projecto:</b>
	Equipar o CIAT com os recursos humanos e materiais necessários à adaptação e a vulgarização das novas tecnologias para aumento da produção e da produtividade das principais culturas de consumo interno e de exportação produzidas em STP.
<b>4-</b>	<b>Descrição do projecto:</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificar e adaptar tecnologias (novas culturas, controles fitossanitários, dosagens óptimas de fertilizantes, etc...) para as diferentes culturas de consumo interno e de exportação nas principais zonas de produção do País.</li> <li>• Estabelecer cooperações técnicas com instituições de países que detêm tecnologias adequadas para as condições edafo-climáticas de STP.</li> <li>• Promover a formação não formal de recursos humanos, por meio de cursos de curta duração em centros de investigação de excelência no exterior, visitas técnicas e formação em serviço no exterior e em STP com apoio de especialistas estrangeiros que deslocação a STP.</li> <li>• Apetrechar laboratórios e estações experimentais existentes, incluindo compra de material de consumo como substâncias químicas para análises laboratoriais e fertilizantes, pesticidas, sementes, combustíveis, etc...</li> </ul>
<b>5-</b>	<b>Resultado (s) esperado (s) do projecto:</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aplicação de novas tecnologias de produção nas principais culturas identificadas e adaptadas às condições das principais zonas de produção do País.</li> <li>• Cooperações técnicas estabelecidas com centros de investigação no exterior.</li> <li>• Recursos humanos formados em técnicas de investigação</li> </ul>

	<p>aplicadas para as condições edafo-climáticas de STP.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Laboratórios e estações experimentais apetrechados e em pleno funcionamento.</li> </ul>
<b>6-</b>	<b>Impacto na redução da pobreza e crescimento:</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento das disponibilidade de produtos alimentares para as populações rurais e urbanas, produzidos nacionalmente a baixo custos com o uso de tecnologias modernas adaptadas e vulgarizadas pelo CIAT;</li> <li>• Aumento do rendimento agrícola com o aumento da produção e da produtividade das culturas alimentares e de exportação;</li> <li>• Aumento das oportunidades de emprego no meio rural como consequência da intensificação do uso da terra e eventual aumento na área cultivada; e</li> <li>• Aumento das oportunidades de emprego e rendimento com a transformação de produtos agrícolas no meio urbano.</li> <li>• Diminuição do êxodo rural e o abandono das terras distribuídas no quadro da privatização agrícola.</li> </ul>
<b>7-</b>	<b>Procedimentos de implementação:</b>
	Mediante um projecto de cooperação técnica com a FAO que já vem apoiando o ME na Actualização da Carta de Política Agrícola.
<b>8-</b>	<b>Período de execução:</b>
	2006-2008
<b>9-</b>	<b>Valor estimado do projecto:</b>
	USD 1.000.000

<b>1-</b>	<b>Designação do projecto:</b>
	Recenseamento Agro-florestal
<b>2-</b>	<b>Instituição responsável:</b>
	Ministério da Economia através da Direcção de Planeamento e Estudos
<b>3-</b>	<b>Objectivo (s) do projecto:</b>
	Pretende-se com o recenseamento, actualizar e criar uma base de dados que permita caracterizar os sectores agro-florestais Santomense após a criação de uma nova estrutura agrária (reforma fundiária), de forma a i) dispor-se de instrumentos úteis para a formulação de políticas de desenvolvimento para estes sectores com vista ao desenvolvimento rural; ii) criar estrutura que facilita a recolha permanente de informação e realização de estudos ou inquéritos específicos para a preparação, condução, seguimento e avaliação dos projectos de desenvolvimento.
<b>4-</b>	<b>Descrição do projecto:</b>
	<p>O projecto será realizado em quatro fases:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Preparação das fichas de inquéritos e realização dos testes de execução</li> <li>• Execução dos inquéritos</li> <li>• Tratamento de dados brutos através de sistemas compatíveis às nossas realidades e criação de banco de dados.</li> <li>• Processamento e Publicação dos resultados obtidos</li> </ul>
<b>5-</b>	<b>Resultado (s) esperado (s) do projecto:</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Características das zonas agrárias</li> <li>• Características da flora e da fauna do país</li> <li>• Características socio-económicas das explorações agro-pecuárias e florestais</li> <li>• As estruturas agrárias e pesqueiras</li> <li>• Características das parcelas</li> <li>• Características das actividades pesqueiras</li> <li>• Os equipamentos, materiais e insumos utilizados nas explorações agrárias e no sector das pescas para a produção e comercialização dos produtos.</li> </ul>
<b>6-</b>	<b>Impacto na redução da pobreza e crescimento:</b>
	A realização do recenseamento permitira ao governo dispor de informações fiáveis e indispensáveis para a planificação o que lhe

	<p>permitirá agir de forma concreta e específica lá onde é necessário e na devida proporção. O conhecimento real da situação permitirá tomada de decisão à medida e melhor utilização racional dos recursos disponíveis.</p>
<b>7-</b>	<b>Procedimentos de implementação:</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assistência técnica da FAO.</li> <li>• Inquéritos</li> <li>• Equipamentos</li> <li>• Formação</li> <li>• Informação</li> </ul>
<b>8-</b>	<b>Período de execução:</b>
	2006-2008
<b>9-</b>	<b>Valor estimado do projecto:</b>
	1.000.000 USD

<b>1-</b>	<b>Designação do projecto:</b>
	Levantamento e implementação de sistemas de irrigação em áreas com deficit hídrico
<b>2-</b>	<b>Instituição responsável:</b>
	Ministério da Economia - Direcção de Planeamento e estudos
<b>3-</b>	<b>Objectivo (s) do projecto:</b>
	Construir facilidades de irrigação de pequenas escalas em zonas com deficit hídrico de forma a incrementar o aumento das culturas alimentares, Frutícolas e Pastoril, proporcionando desta forma um desenvolvimento integrado do sector
<b>4-</b>	<b>Descrição do projecto:</b>
	Propõe-se com o projecto desenvolver as seguintes acções: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Levantamento minucioso das áreas com deficit hídrico e estudar as possibilidades de sua irrigação</li> <li>• Estudo sobre a viabilidade técnico-económica de sua implementação</li> <li>• Ordenamento de potenciais áreas irrigáveis</li> <li>• Implementação de sistemas de irrigação adaptados</li> </ul>
<b>5-</b>	<b>Resultado (s) esperado (s) do projecto:</b>
	Espera-se da realização do projecto os seguintes resultados: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhoria das condições de produção no sector rural</li> <li>• Aumento da produção e da produtividade de produtos agro-pecuários e conseqüentemente o aumento de rendimentos dos pequenos agricultores</li> <li>• Melhoria das condições de vida da população em geral</li> </ul>
<b>6-</b>	<b>Impacto na redução da pobreza e crescimento:</b>
	A implementação deste projecto terá um impacto directo na redução da pobreza e crescimento, por via de aumento da produção interna do país e conseqüentemente do rendimento dos produtores.
<b>7-</b>	<b>Procedimentos de implementação:</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assistência técnica da FAO</li> <li>• Estudos</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"><li>• Materiais e Equipamentos</li><li>• Formação</li></ul>
<b>8-</b>	<b>Período de execução:</b>
	2006-2008
<b>9-</b>	<b>Valor estimado do projecto:</b>
	USD 2.000.000

<b>1-</b>	<b>Designação do projecto:</b>
	Aproveitamento Hidroeléctrico de Sta. Luzia
<b>2-</b>	<b>Instituição responsável:</b>
	Ministério do Ambiente, Infra-estruturas e Recursos Naturais - EMAE
<b>3-</b>	<b>Objectivo (s) do projecto:</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumentar a disponibilidade energética do país;</li> <li>• Contribuir para a redução da dependência do consumo de combustíveis fósseis;</li> <li>• Produzir energia utilizando as potencialidades hídricas que o país oferece;</li> <li>• Melhorar as condições de vida das populações;</li> <li>• Proporcionar aos empresários e homens de negócios melhores condições de trabalho;</li> <li>• Contribuir para o desenvolvimento do país.</li> </ul>
<b>4-</b>	<b>Descrição do projecto:</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Central hidroeléctrica, superfície total de 48,00m<sup>2</sup>;</li> <li>• Potência máxima de 1000 KW;</li> <li>• Turbina Tipo Pelton de eixo horizontal de dois injectores;</li> <li>• Alternador síncrono tipo Brushless P<sub>máx</sub>=1250 KVA regime contínuo;</li> <li>• Transformador elevador trifásico Potência=1250 KVA, Tensão Primária=400/230, Tensão secundária=15000Volts;</li> <li>• Disjuntor de interligação, Tensão=600V, Corrente contínua Máx=2000<sup>A</sup></li> <li>• Câmara de carga 6,0 por 4,0 no interior;</li> <li>• Condução Forçada, comprimento=1739m, diâmetro=400mm em aço;</li> <li>• Regime de exploração do aproveitamento é de fio de água.</li> </ul>
<b>5-</b>	<b>Resultado (s) esperado (s) do projecto:</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantir a satisfação das necessidades básicas da população em energia e contribuir para o desenvolvimento dos sectores produtivos.</li> </ul>

<b>6-</b>	<b>Impacto na redução da pobreza e crescimento:</b>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• Diversificar as fontes de obtenção de energia, procurando produzi-la minimizando as despesas em divisas.</li></ul>
<b>7-</b>	<b>Procedimentos de implementação:</b>
	Os procedimentos de implementação dependem das obrigações para com o financiador e as regras por ele estabelecidas para o desbloqueamento da verba.
<b>8-</b>	<b>Período de execução:</b>
	O período de execução é de 12 meses.
<b>9-</b>	<b>Valor estimado do projecto:</b>
	USD 1.826.000

1-	<b>Designação do projecto:</b>
	Eco turismo e Recuperação de Património - fase -I
2-	<b>Instituição responsável:</b>
	Ministério de Economia
3-	<b>Objectivo (s) do projecto:</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Promover a prática do Ecoturismo;</li> <li>▪ Diversificar a oferta turística nacional;</li> <li>▪ Salvar o património natural;</li> <li>▪ Reduzir as assimetrias existentes entre o meio rural e urbano;</li> <li>▪ Aumentar os rendimentos das comunidades locais;</li> <li>▪ Combater a desflorestação;</li> <li>▪ Proteger as espécies em vias de extinção e os ecossistemas;</li> <li>▪ Conservar os recursos naturais, e culturais do povo santomense;</li> <li>▪ Evitar o êxodo dos jovens do meio rural aos centros urbanos;</li> <li>▪ Promover e apoiar as iniciativas privadas visando o desenvolvimento do eco turismo no meio rural.</li> <li>▪</li> </ul>
4-	<b>Descrição do projecto:</b>
	<p>O riquíssimo património natural (biodiversidade da fauna e flora) existente em São Tomé e Príncipe, aliado a sua beleza exuberante, proporcionam excelentes condições para a promoção do Ecoturismo, na perspectiva de diversificação da oferta turística nacional, de forma a atender o crescente número de turistas que procuram este segmento de turismo. Segundo os indicadores da Organização Mundial de Turismo, o Ecoturismo, representa 2 a 4% do Turismo Mundial e o sector tem crescido a uma taxa anual de 5 %, prevendo para os próximos tempos uma <b>triplicação do seu fluxo económico</b>. A sua importância, contudo não se limita ao seu volume, mas, sobretudo, ao que esta opção de desenvolvimento sustentável representa em termos estratégicos mundiais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Protecção dos ecossistemas que representam a maior parte da biodiversidade Mundial, sendo simultaneamente uma das suas mais importantes ferramentas financeiras - <b>criação directa e</b></li> </ul>

**indirecta de receitas:**

Benefícios directos das comunidades rurais normalmente são agentes locais que estão envolvidos na exploração desta actividade que se baseia em infra-estruturas de pequena dimensão - **criação directa e indirecta de postos de trabalho e riqueza**. Por outro lado, existem evidências de que o Ecoturismo produz um maior efeito multiplicador, quando comparado com o turismo de massa, e oferece ainda uma maior contribuição por unidade a economia, em virtude das suas ligações a outras actividades (compra de bens e serviços locais).

São Tomé e Príncipe em virtude das potencialidades que lhe são conhecidas, se apostar forte neste segmento de turismo, poderá aumentar a sua competitividade a longo prazo em relação a destinos turísticos concorrentes o que permitirá um aumento substancial na qualidade de turistas que visitam as ilhas, traduzindo deste modo em maiores ganhos económicos para o país.

Neste sentido, e tendo como base os trabalhos já efectuados aquando da criação do parque natural Obô, pretende-se aproveitar as estruturas actualmente existentes, (nossas reservas naturais) e dota-la de infra-estruturas com o objectivo de orientar o referido espaço físico para a recepção de turistas, que para ali dirigem à procura desta forma de lazer. É este o mote para o surgimento deste projecto que denominamos de Ecoturismo e recuperação de património, atendendo ao inúmero património arquitectónico (casas das roças) que se encontram localizados nas proximidades do referido espaço.

A inserção do referido projecto no terreno (parque natural Obô e zonas adjacentes), decorrerá de forma articulada, com os demais sectores e agentes (as comunidades locais) afectos ao espaço em questão, o que fará com que o mesmo seja o mais participativo possível. É assim, que as comunidades locais poderão com a realização de pequenas iniciativas locais (artesanatos, produtos agrícolas, flores, guias turísticos, guardas florestais, unidades de alojamentos, manifestações culturais) prestar diversos serviços aos turistas, e participar activamente na actividade, o que concorrerá para um maior grau de integração do projecto e aumentar os rendimentos das famílias rurais, reduzir o impacte derivado do efeito social que a permanência de turistas nesses locais, acarretará consigo junto das populações autóctones.

Como acima mencionamos, o projecto contempla ainda outra vertente, que é a de recuperação de algumas infra-estruturas das casas das roças que serão posteriormente transformadas em unidades de

	alojamento destinadas aos turistas. De facto esta vertente representa algo de extrema importância, tendo em consideração que ao reabilitarmos estes patrimónios, estaremos não só a contribuir para a melhoria do rendimento das populações locais, mas ao mesmo tempo preservar parte da herança histórica nacional e que constitui a nossa memória colectiva.
<b>5-</b>	<b>Resultado (s) esperado (s) do projecto:</b>
<b>6-</b>	<b>Impacto na redução da pobreza e crescimento:</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Redução das assimetrias existentes entre o meio rural e urbano;</li> <li>• Aumento dos rendimentos das comunidades locais;</li> <li>• Evitar o êxodo dos jovens do meio rural aos centros urbanos;</li> </ul>
<b>7-</b>	<b>Procedimentos de implementação:</b>
<b>8-</b>	<b>Período de execução:</b>
	2006-2008
<b>9-</b>	<b>Valor estimado do projecto:</b>
	USD 1.000.000

<b>1-</b>	<b>Designação do projecto:</b>
	Reabilitação e Manutenção das Estradas Nacionais do País. Infra-estruturas Rodoviárias
<b>2-</b>	<b>Instituição responsável:</b>
	Ministério do Ambiente, Infra estruturas e Recursos Naturais (MAIRN).
<b>3-</b>	<b>Objectivo (s) do projecto:</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Repor a transitoriedade normal das Estradas Nacionais</li> <li>• Melhorar as condições de circulação rodoviária</li> <li>• Garantir a ligação entre os vários centros produtivos e de desenvolvimento no País</li> </ul>
<b>4-</b>	<b>Descrição do projecto:</b>
	<p>Refere-se a reabilitação das estradas asfaltadas (nacionais) de aproximadamente 135 km em todo o País:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reabilitação da Estrada Nacional S. Tomé - Santa Catarina (EN1) --48.2 km</li> <li>• Reabilitação da Estrada Nacional S. Tomé - Porto Alegre (EN2) - ---71.5 km</li> <li>• Reabilitação da Estrada Nacional S. Tomé - Pousada Boa Vista (EN3) --15.3km</li> </ul>
<b>5-</b>	<b>Resultado (s) esperado (s) do projecto:</b>
	<p>Melhor circulação rodoviária entre as capitais distritais e vilas de forma a facilitar o movimento de pessoas, bens, e serviços promovendo assim o crescimento das zonas suburbanas, rurais e mais distantes do País.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Impacto na Redução da Pobreza e Crescimento</li> <li>• Melhora o fluxo circulatório das pessoas e bens.</li> <li>• Facilita o Comércio de produtos agrícolas, pesqueiros e industriais</li> <li>• Desmotiva a tendência para o êxodo rural</li> <li>• Contribui para a não degradação acelerada dos meios rolantes</li> <li>• Promove a competitividade e o crescimento equilibrado</li> <li>• Motiva o turismo rural e nacional</li> </ul>
<b>6-</b>	<b>Impacto na redução da pobreza e crescimento:</b>
	□
<b>7-</b>	<b>Procedimentos de implementação:</b>

	<ul style="list-style-type: none"><li>• Concepção do projecto,</li><li>• Concurso Público,</li><li>• Execução e Fiscalização do Projecto</li><li>• Entrega da Obra</li></ul>
<b>8-</b>	<b>Período de execução:</b>
	2006-2008
<b>9-</b>	<b>Valor estimado do projecto:</b>
	USD: 10.300.000

<b>1-</b>	<b>Designação do projecto:</b>
	Projecto de expansão e modernização do Aeroporto Internacional de S. Tomé;
<b>2-</b>	<b>Instituição responsável:</b>
	Ministério das Obras Públicas, Infra-estruturas e Recursos Naturais/ Comissão Nacional para os Projectos do Porto e Aeroporto - (Infra-estruturas/ Transportes aéreas)
<b>3-</b>	<b>Objectivo (s) do projecto:</b>
	<p>Pretende-se com o projecto:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Adequar o aeroporto aos requisitos internacionais segurança, protecção e funcionalidade, exigíveis num Aeroporto Internacional;</li> <li>• Expandir e modernizar o aeroporto para adequá-lo ao crescimento do tráfego.</li> </ul>
<b>4-</b>	<b>Descrição do projecto:</b>
	<p>O projecto incluirá entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforço da pista e posterior expansão;</li> <li>• Melhoria dos sistemas de segurança na navegação e operações;</li> <li>• Melhoria das condições da aerogare e posterior aumento;</li> <li>• Desenvolvimento de um sector de cargas;</li> <li>• Protecção do aeroporto;</li> <li>• Os beneficiários serão:</li> <li>• Os passageiros;</li> <li>• As companhias aéreas que terão melhores e mais seguras condições para operarem</li> <li>• As empresas que trabalham em conexão com o sector dos transportes aéreas;</li> <li>• Os passageiros;</li> </ul>
<b>5-</b>	<b>Resultado (s) esperado (s) do projecto:</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento do tráfego de aeronaves de passageiros de carga</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento da segurança do aeroporto e das operações.</li> </ul>
<b>6-</b>	<b>Impacto na redução da pobreza e crescimento:</b>
	Espera-se que o projecto produza um contributo substancial no crescimento económico nacional, através do aumento do turismo, do volume de cargas e passageiros, do surgimento de novos negócios e da criação de um número significativo de novos e melhor remunerados empregos.
<b>7-</b>	<b>Procedimentos de implementação:</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Finalização dos detalhes técnicos do projecto;</li> <li>• Mobilização do financiamento;</li> <li>• Organização do concurso público para a construção e equipamento;</li> </ul>
<b>8-</b>	<b>Período de execução:</b>
	Primeira fase: 2006 - 2009
<b>9-</b>	<b>Valor estimado do projecto:</b>
	USD 17.000.000

	Componente	Valor Em (000 USD)
1	Formação de formadores em diversos domínios E Criação de um Centro de Recursos	740
2	Formação inicial e contínua de professores do ensino básico	991
	Total	1731.000

<b>1-</b>	<b>Designação do projecto:</b>
	Instalação de uma Potência Adicional de 1.5 MW
<b>2-</b>	<b>Instituição responsável:</b>
	Ministério do Ambiente, Infra-estruturas e Recursos Naturais - EMAE
<b>3-</b>	<b>Objectivo (s) do projecto:</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumentar a capacidade de fornecimento de energia eléctrica as populações;</li> <li>• Ter disponível um gerador de emergência que possa socorrer em momentos de crise;</li> <li>• Responder as solicitações dos novos clientes;</li> </ul>
<b>4-</b>	<b>Descrição do projecto:</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mobilização e reforço das capacidades humanas, técnicas e materiais do sector que lida com a central térmica;</li> <li>• Preparação de espaço para instalação de um gerador com potência de 1.5 MW;</li> <li>• Preparação de materiais e equipamento para instalação;</li> <li>• Interligação com a rede da potência produzida pelo novo equipamento;</li> <li>• Organização da manutenção e seguimento.</li> </ul>
<b>5-</b>	<b>Resultado (s) esperado (s) do projecto:</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhorar a qualidade do funcionamento de energia eléctrica</li> <li>• Garantir a satisfação das necessidades básicas da população em energia e contribuir para o desenvolvimento dos sectores produtivos</li> </ul>
<b>6-</b>	<b>Impacto na redução da pobreza e crescimento:</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Rever e aumentar progressivamente a capacidade instalada;</li> <li>• Garantir a satisfação das necessidades básicas da população em energia e contribuir para o desenvolvimento dos sectores produtivos.</li> </ul>
<b>7-</b>	<b>Procedimentos de implementação:</b>
	Os procedimentos de implementação dependem das obrigações para com o financiador e as regras por ele estabelecidas para o desbloqueamento da verba.

<b>8-</b>	<b>Período de execução:</b>
	O período de execução é de 180 dias.
<b>9-</b>	<b>Valor estimado do projecto:</b>
	USD 1.150.000

<b>1-</b>	<b>Designação do projecto:</b>
	MELHORIA DAS CAPACIDADES OPERACIONAIS DO PORTO DE S. TOMÉ - I fase (INFRAESTRUTURAS PORTUÁRIAS)
<b>2-</b>	<b>Instituição responsável:</b>
	Empresa Nacional de Administração dos Portos (ENAPORT);
<b>3-</b>	<b>Objectivo (s) do projecto:</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumentar a produtividade das operações portuárias;</li> <li>• Dotar p porto de equipamentos portuários de elevação horizontal alternativos, evitando o desgaste de equipamentos de maior capacidade;</li> <li>• Reduzir os custos de manutenção e de reparação dos equipamentos;</li> <li>• Melhorar a eficiência na prestação de serviços aos utentes portuários; reduzir significativamente os custos com água, electricidade, comunicação e consumíveis;</li> <li>• Dotar o sector de condições adequadas para estacionamento, reparação e manutenção de equipamentos;</li> <li>• Proteger o cais e terraplano da infiltração da água do mar, evitando o desmoronamento do cais e parte do terraplano</li> </ul>
<b>4-</b>	<b>Descrição do projecto:</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proceder a aquisição de 1 Empilhadora de 40T e 1 Empilhadora de 10T;</li> <li>• Proceder a aquisição de 1 Tractor portuário e 2 Atrelados;</li> <li>• Proceder a aquisição de 1 Rebocador e 1 Barcaça motorizada;</li> <li>• Construção de um edifício para congregar os serviços da Empresa;</li> <li>• Construção do telheiro para estacionamento e manutenção dos equipamentos;</li> <li>• Obras de reabilitação do enrocamento do Porto.</li> </ul>
<b>5-</b>	<b>Resultado (s) esperado (s) do projecto:</b>
	Maior eficiência na carga, descarga e estacionamento de mercadorias; maior longevidade dos equipamentos; maior segurança durante as operações portuárias; modernização dos serviços e maior rentabilidade

	da Empresa. •
<b>6-</b>	<b>Impacto na redução da pobreza e crescimento:</b>
	Redução de avarias e custos de manutenção e reparação dos equipamentos portuários; redução dos fretes marítimos; redução do tempo de estadia dos navios;
<b>7-</b>	<b>Procedimentos de implementação:</b>
	Concurso público.
<b>8-</b>	<b>Período de execução:</b>
	12 meses
<b>9-</b>	<b>Valor estimado do projecto:</b>
	USD 3.000.000

<b>1-</b>	<b>Designação do projecto:</b>
	Elaboração do programa Nacional de Ordenamento do Território e Urbanismo (Ordenamento do Território e Urbanismo.)
<b>2-</b>	<b>Instituição responsável:</b>
	Ministério do Ambiente, Infra-Estruturas e Recursos Naturais.
<b>3-</b>	<b>Objectivo (s) do projecto:</b>
	Dotar o País de um conjunto de instrumentos e ferramentas, imprescindíveis ao reforço da sua efectiva capacidade institucional de planificação e gestão do território e dos recursos naturais nele existentes, visando a correcta tomada de decisões, designadamente em matéria de distribuição geográfica de infra-estruturas e investimentos, com vista ao desenvolvimento progressivo e equilibrado a todos os níveis.
<b>4-</b>	<b>Descrição do projecto:</b>
	<p>Partindo da caracterização geral da situação prevalecente em matéria de ocupação, uso e transformação da terra em S. Tomé, e Príncipe, pretende-se traçar o diagnóstico correspondente, baseado essencialmente nos seguintes vectores:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Zonagem ecológica, associada às potencialidades do meio físico, incluindo os factores que afectam a sua disponibilidade, em quantidade e qualidade;</li> <li>• Levantamento e caracterização das actuais formas de ocupação, uso e transformação da terra;</li> <li>• Avaliação criteriosa da legislação, políticas e programas de desenvolvimento económico e social, que deram origem e sustentam tais formas de ocupação, uso e transformação da terra;</li> <li>• Classificação dos principais problemas e conflitos, reais e latentes, bem como das possíveis e eventuais implicações presentes e futuras.</li> </ul> <p>Com base nos resultados assume alcançados, proceder-se-à à elaboração da proposta de Programa Nacional de Ordenamento do Território e Urbanismo, que incluirá os seguintes elementos fundamentais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Base para o desenvolvimento, implementação e monitorização dos processos de ocupação, uso e</li> </ul>

	<p>transformação da terra, em função das diversas projecções, perspectivas e opções consensuais de desenvolvimento económico e social do País em geral e de cada região ou zona, em particular;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Dispositivo para a avaliação estratégica (AE) dos referidos processos, com o fim de fornecer mecanismos e instrumentos de informação sistemática, global sectorial, regional e local, visando a integração coerente das actividades e iniciativas de desenvolvimento, com base no uso mais efectivo da terra;</li> <li>• Quadro legal mais ajustado e susceptível de conjugar rigor e versatilidade, num conjunto integrado e devidamente articulado, que incluirá a competente Lei de bases e demais instrumentos complementares;</li> <li>• Sistema de informação, educação e comunicação (IEC), capaz de promover e assegurar a participação mais ampla consciente da população em todo o processo, desde as faces de concepção e elaboração do Programa, até a da sua aplicação e implementação;</li> <li>• Quadro conjugado de factores, que poderão configurar a proposta para uma nova Lei de Divisão Política e Administrativa do País.</li> </ul>
<b>5-</b>	<b>Resultado (s) esperado (s) do projecto:</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Programa Nacional de Ordenamento do Território e Urbanismo devidamente aprovado e publicado, incluindo a Lei de Bases e demais instrumentos, legais e outros, para a sua correcta e cabal implementação.</li> <li>• Sistema de Informação Geográfica, organizado de forma integrada e funcional.</li> <li>• Nova Divisão Política e Administrativa do País.</li> </ul>
<b>6-</b>	<b>Impacto na redução da pobreza e crescimento:</b>
	<p>Ao criar as bases para a planificação e gestão mais racionais do território e dos recursos naturais disponíveis, mediante melhor protecção ao próprio ambiente, o projecto poderá contribuir de forma decisiva, não só para o crescimento económico imediato, mas também para a melhoria da qualidade de vida da população em geral, pela via da equidade e do conseqüente aumento de rendimento real para as camadas mais desfavorecidas.</p>

<b>7-</b>	<b>Procedimentos de implementação:</b>
	Estudos de diagnóstico e prognóstico, acções de consulta individual e colectiva pela via da metodologia participativa, levantamentos geográficos e outros, elaboração de cartas e mapas, criação de base de dados, selecção e implantação do modelo mais ajustado de sistema de informação geográfica (SIG), acções de formação específica e formulação da competente base legal.
<b>8-</b>	<b>Período de execução:</b>
	Janeiro de 2006 a Dezembro de 2008.
<b>9-</b>	<b>Valor estimado do projecto:</b>
	USD 350.000

### EIXO 3: CRIAÇÃO DE OPORTUNIDADES DE AUMENTO E DE DIVERSIFICAÇÃO DE RENDIMENTOS PARA OS POBRES

<b>1-</b>	<b>Designação do projecto:</b>
	Saneamento do Meio (Infra-estruturas/Saneamento do Meio)
<b>2-</b>	<b>Instituição responsável:</b>
	Ministério do Ambiente, Infra estruturas e Recursos Naturais (MAIRN)
<b>3-</b>	<b>Objectivo (s) do projecto:</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sanear as áreas pantanosas da Ribeira Afonso e Santa Catarina eliminando os pântanos e charcos construindo valas e canais de escoamento de águas</li> <li>• Eliminar os focos de insectos, mosquitos e outros animais nocivos à saúde pública</li> </ul>
<b>4-</b>	<b>Descrição do projecto:</b>
	Refere-se ao saneamento das Vilas de Ribeira Afonso e Santa Catarina na drenagem de pântanos e criação de valas e canais para escoamento das águas pluviais e residuais que cobre uma área de aproximadamente 8.000 e 11.000 m <sup>2</sup> respectivamente.
<b>5-</b>	<b>Resultado (s) esperado (s) do projecto:</b>
	Reduzir o perigo de contaminação de doenças de origem hídrica e outros e esperar pela prática correcta de depositar lixos em locais próprios
<b>6-</b>	<b>Impacto na redução da pobreza e crescimento:</b>
	Diminui o perigo de contaminação pública e melhora as condições de saúde pública motivando o asseio
<b>7-</b>	<b>Procedimentos de implementação:</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estudos e Concepção do Projecto</li> <li>• Concurso Público para adjudicação</li> <li>• Execução e Fiscalização</li> <li>• Entrega da Obra</li> </ul>
<b>8-</b>	<b>Período de execução:</b>
	2006-2007
<b>9-</b>	<b>Valor estimado do projecto:</b>
	USD 1.000.000

<b>1-</b>	<b>Designação do projecto:</b>
	Sistema de Abastecimento de Água à Cidade de Neves
<b>2-</b>	<b>Instituição responsável:</b>
	Ministério do Ambiente, Infra-Estruturas e Recursos Naturais
<b>3-</b>	<b>Objectivo (s) do projecto:</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Captar a água de melhor qualidade</li> <li>• Aumentar e melhorar o poder de transporte da água</li> <li>• Aumentar o poder de armazenamento da água já captada</li> <li>• Garantir a distribuição de água com qualidade</li> <li>• Aumentar o número da população com água potável.</li> </ul>
<b>4-</b>	<b>Descrição do projecto:</b>
	<p>Captação de água</p> <p><b>Estudos hidrológicos e hidrogeológicos</b></p> <p>Construção de galerias da captação</p> <p>Adução da água</p> <p><b>Abertura das valas e colocação dos tubos</b></p> <p>Reservatório</p> <p><b>Construção de um reservatório de 530m<sup>3</sup></b></p> <p>Tratamento de água</p> <p>Construção de uma estação de tratamento de água com capacidade de 1.100m<sup>3</sup>/dia</p> <p>Distribuição de água</p> <p><b>Instalação de cerca de:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- 4.000 metros de tubagens</li> <li>- 324 Ligações domiciliaries</li> <li>- 6 chafarizes.</li> </ul>

<b>5-</b>	<b>Resultado (s) esperado (s) do projecto:</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elevar o grau da qualidade da água a ser distribuída à população</li> <li>• Melhoria da qualidade do transporte da água</li> <li>• Melhoria no funcionamento do sistema</li> <li>• Garantia do fornecimento de água nas horas de ponta</li> <li>• Diminuição de casos de doenças de origem hídricas</li> <li>• Aumento da percentagem da população com água canalizada</li> </ul>
<b>6-</b>	<b>Impacto na redução da pobreza e crescimento:</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhoria das condições higiénicas da população</li> <li>• Redução de doenças relacionadas com falta de higiene</li> <li>• Aumento da produção e da produtividade individual.</li> </ul>
<b>7-</b>	<b>Procedimentos de implementação:</b>
	Os procedimentos de implementação dependem das condições para com o financiador e as regras por ele estabelecidas para o desbloqueamento da verba.
<b>8-</b>	<b>Período de execução:</b>
	O período de execução das obras é de 24 meses.
<b>9-</b>	<b>Valor estimado do projecto:</b>
	USD: 2.106.240,00

<b>1- Designação do projecto:</b>	
	Sistema de Abastecimento de Água Vadge Sun Pinho
<b>2- Instituição responsável:</b>	
	Ministério do Ambiente, Infra-Estruturas e Recursos Naturais
<b>3- Objectivo (s) do projecto:</b>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Captar a água de melhor qualidade</li> <li>• Aumentar e melhorar o poder de transporte da água</li> <li>• Aumentar o poder de armazenamento da água já captada</li> <li>• Garantir a distribuição de água com qualidade</li> <li>• Aumentar o número da população com água potável.</li> </ul>
<b>4- Descrição do projecto:</b>	
	<p>Captação de água</p> <p><b>Estudos hidrológicos e hidrogeológicos</b></p> <p>Construção de galerias da captação</p> <p>Adução da água</p> <p><b>Abertura das valas e colocação dos tubos (2.402 metros)</b></p> <p>Reservatório</p> <p><b>Construção de um reservatório de 258m<sup>3</sup> e a reabilitação de dois existentes</b></p> <p>Tratamento de água</p> <p>Construção de uma estação de desinfecção de água com capacidade de 922m<sup>3</sup>/dia</p> <p>Distribuição de água</p> <p><b>Instalação de cerca de:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- 11.600 Metros de tubagens</li> <li>- 515 Ligações domiciliaries</li> <li>- 5 chafarizes.</li> </ul>

<b>5-</b>	<b>Resultado (s) esperado (s) do projecto:</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elevar o grau da qualidade da água a ser distribuída à população</li> <li>• Melhoria da qualidade do transporte da água</li> <li>• Melhoria no funcionamento do sistema</li> <li>• Garantia do fornecimento de água nas horas de ponta</li> <li>• Diminuição de casos de doenças de origem hídricas</li> <li>• Aumento da percentagem da população com água canalizada</li> </ul>
<b>6-</b>	<b>Impacto na redução da pobreza e crescimento:</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhoria das condições higiénicas da população</li> <li>• Redução de doenças relacionadas com falta de higiene</li> <li>• Aumento da produção e da produtividade individual.</li> </ul>
<b>7-</b>	<b>Procedimentos de implementação:</b>
	Os procedimentos de implementação dependem das condições para com o financiador e as regras por ele estabelecidas para o desbloqueamento da verba.
<b>8-</b>	<b>Período de execução:</b>
	O período de execução das obras é de 18 meses.
<b>9-</b>	<b>Valor estimado do projecto:</b>
	<b>USD: 2.900.000,00</b>

<b>1-</b>	<b>Designação do projecto:</b>
	Reabilitação e Reparação das Obras de Arte no meio rural - (Infra-estruturas Rodoviárias)
<b>2-</b>	<b>Instituição responsável:</b>
	Ministério do Ambiente, Infra estruturas e Recursos Naturais (MAIRN)
<b>3-</b>	<b>Objectivo (s) do projecto:</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Repor a transitoriedade normal dos caminhos de produção</li> <li>• Garantir a circulação permanente de e para as comunidades rurais</li> </ul>
<b>4-</b>	<b>Descrição do projecto:</b>
	Refere-se a reabilitação de obras de arte nas estradas de terra Batida no meio rural com ligações às comunidades agrícolas rurais e luchans.
<b>5-</b>	<b>Resultado (s) esperado (s) do projecto:</b>
	Melhor circulação rodoviária entre nas zonas rurais de forma a facilitar o movimento de pessoas, bens, e serviços promovendo assim o crescimento das zonas rurais e mais distantes do País.
<b>6-</b>	<b>Impacto na redução da pobreza e crescimento:</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhora o fluxo circulatório das pessoas e bens.</li> <li>• Facilita o Comércio de produtos agrícolas, pesqueiros semi-industriais.</li> <li>• Desmotiva a tendência para o êxodo rural</li> <li>• Motiva o turismo rural e nacional</li> <li>• Promove o contacto permanente com o interior da ilha.</li> </ul>
<b>7-</b>	<b>Procedimentos de implementação:</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Concepção do projecto,</li> <li>• Concurso Público,</li> <li>• Execução e Fiscalização do Projecto</li> <li>• Entrega da Obra</li> </ul>
<b>8-</b>	<b>Período de execução:</b>
	2006-2008
<b>9-</b>	<b>Valor estimado do projecto:</b>
	USD: 3.447.000

<b>1- Designação do projecto:</b>	Projecto integrado de pesca artesanal em Neves
<b>2- Instituição responsável:</b>	Ministério da Economia - Direcção das Pescas
<b>3- Objectivo (s) do projecto:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantir a reparação e manutenção de Embarcações Semi-Industriais e Industriais até 45 Metros com capacidade de 600 T.R.B.</li> <li>• Construir e reabilitar infraestruturas frigoríficas para garantir a conservação, distribuição e comercialização de pescado para o mercado interno e externo</li> <li>• Garantir a formação e capacitação de quadros nacionais.</li> <li>• Criar postos de trabalho.</li> <li>• Contribuir financeiramente na OGE.</li> </ul>
<b>4- Descrição do projecto:</b>	<p><b>(COMPONENTE I - CONSTRUÇÃO DE ESTALEIRO NAVAL PARA REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EMBARCAÇÕES DA PESCA ARTESANAL E INDUSTRIAL ATÉ 45 METROS DE ESCORA, COM CAPACIDADE ATÉ 600 T.R.B.)</b></p> <p>O País encontra-se geograficamente bem situado no Golfo da Guiné, onde não existe nenhum estaleiro na Região com linha de rampa de capacidade para içar navios com cerca de 45 metros de escora e 600 toneladas de T.R.B., embarcações que geralmente fainam na zona, tendo necessariamente os mesmos que deslocaram a Lomé, à Dakar ou Ponta Negra para reparar pequenas avarias de cascos, veios, hélices mudança de óleo de motor ou mecânica geral, por vezes suportando filas de esperas semanas ou meses para resolver esses problemas.</p> <p>O Complexo Pesqueiro de Neves reúne todas as condições técnicas imprescindíveis, quer no ponto de vista de bom enquadramento ambiental e social, como não há problemas de assoreamento que limita a capacidade de acesso a determinadas embarcações, a qual condiciona a normal prestação de serviço.</p> <p><b>(COMPONENTE II- CONSTRUÇÃO DE UM COMPLEXO FRIGORIFICO PARA CONSERVAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DO PESCADO E CONSTRUÇÃO DE UMA PEQUENA FABRICADE GÊLO EM ESCAMA FABRICA DE PARA ABASTECER AS EMBARCAÇÕES DA</b></p>

	<p><b>PESCA ARTESANAL)</b></p> <p>As estruturas das câmaras frigoríficas a construir seriam o seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Duas câmaras frigoríficas de 200 toneladas de capacidade cada uma com balance térmico de - 30 graus centrígrados com gradiente de humidade de 80% em vinte quatro horas, desde o início da operação de arrefecimento de câmara por primeira vez.</li> <li>• Para tal cada uma das câmaras devesse estar equipada com grupos completos de evaporador e condensador centrífugo com capacidade de compressor de 1,58Kw. As câmaras deverão estar equipadas também com termógrafos e hidrografos.</li> <li>• Um câmara de congelação com capacidade para 80 toneladas cuja características técnicas são similares as anteriores, com excepção da capacidade do compressor que devesse ser de 10 KW;</li> <li>• Um túnel de congelação com capacidade para 30 toneladas dia, que devesse estar equipado com 2 grupos completos de compressores de 7,5 KW cada um deles;</li> <li>• Uma sala para manipulação de tratamento pescado</li> <li>• Uma câmara de refrigeração para armazenamento de produtos com capacidade para 20 toneladas.</li> </ul>
<p><b>5-</b></p>	<p><b>Resultado (s) esperado (s) do projecto:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Este projecto busca sinergia., para oferecer serviços de qualidade á centenas de navios que periodicamente passam na nossa costa e solicitam frequentemente a prestação de serviços e desta forma estarão reunidas todas as permissas necessárias e objectivas para rentabilização do Complexo Pesqueiro de Neves.</li> <li>• Com a construção deste empreendimento poderão estar criadas condições para que o Complexo sirva de polo de atracção para qualquer frota semi-industrial e industrial que operam no oceano atlântico e muitas vezes vir a ser uma das mais concorridas da nossa sub-região.</li> <li>• Proporcionar a população produtos de pesca salubres, quer dizer que supõem não haver nenhum risco para saúde do consumidor, com ausência de gérmes ou outros organismos causadores de possíveis enfermidades. Por outro lado implementação deste projecto estaríamos a cumprir uma das recomendações da U.E concernente ao tema de condições sanitárias para exportação do pescado</li> </ul>

<b>6-</b>	<b>Impacto na redução da pobreza e crescimento:</b>
	<p>Um programa de desenvolvimento alternativo de médio prazo, com três anos de duração (2006-2008), no contexto dos apoios financeiros que deverão advir da mesa redonda dos doadores, deverá priorizar a:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Planificação e implementação das actividades adaptadas às tecnologias de produção para as diferentes zonas económicas exclusivas do País, com sistemas de vulgarização das novas tecnologias e técnicas de gestão para o desenvolvimento sustentável dos recursos marinhos disponíveis.</li> <li>• Desenho e implementação de uma inventariação pesqueiro, com estruturação de um centro de processamento, análise, divulgação e actualização periódica de algumas informações básicas para o planeamento do desenvolvimento.</li> <li>• Relançamento da produção agro-pecuário, florestal e das Pescas, com dotação <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ insumos modernos e apoio técnico, crédito e mercado para a comercialização</li> <li>▪ atempada da produção.</li> </ul> </li> <li>• Estruturação e capitalização de: (a) um sistema de crédito informal (micro-credito) e formal (credito bancário) e de um sistema de comercialização de produtos e insumos agro-pecuários e pesqueiros, com acesso aos mercados regionais extra-regionais.</li> </ul> <p><i>O conjunto de projectos estruturantes indicados no Anexo 1, com um forte componente de planeamento com investimento públicos em infra-estruturas físicas e de serviços para viabilizar os investimentos produtivos e contribuir para aumentar a produção agro-pecuário e pesqueiro e a qualidade de vida do mundo rural. Com estes projectos, os custos de produção e os custos de transação deverão diminuir levando ao um aumento da competitividade dos produtos nos mercados locais, regionais e quiçá mundiais.</i></p>
<b>7-</b>	<b>Procedimentos de implementação:</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliação do espaço do actual do Complexo Pesqueiro</li> <li>• Identificação e contratação da empresas construtoras especializadas na construção de estaleiros e infraestruturas frigoríficas.</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"><li>• Fiscalização das obras durante o período de execução por uma Entidade credível.</li></ul>
<b>8-</b>	<b>Período de execução:</b>
	2006-2008
<b>9-</b>	<b>Valor estimado do projecto:</b>
	USD 5.500.000

<b>1-</b>	<b>Designação do projecto:</b>
	Reabilitação de Estradas Rurais Agrícolas - (Infra-estruturas Rodoviárias)
<b>2-</b>	<b>Instituição responsável:</b>
	Ministério do Ambiente, Infra estruturas e Recursos Naturais (MAIRN)
<b>3-</b>	<b>Objectivo (s) do projecto:</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Repor a transitoriedade normal das Estradas Rurais</li> <li>• Melhorar as condições de circulação rodoviária</li> <li>• Garantir a ligação a partir dos vários centros agrícolas e comunidades rurais para as zonas suburbanas.</li> </ul>
<b>4-</b>	<b>Descrição do projecto:</b>
	<p>Refere-se a reabilitação das estradas em terra batida de aproximadamente 74 km em todo o País com financiamento da União Europeia (em curso):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ponta Figo - Generosa - Manuel Morais-----6.3km</li> <li>• RN1 - Plancas I - Plancas II - Saltado-----8.4km</li> <li>• RN1 - Milagrosa - Bombaim -----12.8km</li> <li>• Milagrosa - Java - Abade - San Januário -----11.2km</li> <li>• RN2 - Monte Belo - Mendes da Silva -----6.1 km</li> <li>• RN2 - Colónia Açoreana - Amparo e San Lourenço -----6.35km</li> <li>• Porto Real - San Joaquim -----7.2km</li> <li>• Santo Cristo Abade-----4.4km</li> <li>• RN1 Sampaio e Santa Clara-----8.3km</li> <li>• Santa Clara - Monte Carmo-----3.2km</li> <li>• Outros projectos a incluírem nos Próximos anos-----...km</li> <li>• (A serem definidos pelo FED)</li> </ul>
<b>5-</b>	<b>Resultado (s) esperado (s) do projecto:</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhor circulação rodoviária entre as roças agrícolas e comunidades rurais para as capitais distritais e vilas de forma a facilitar o movimento de pessoas, bens, e serviços promovendo</li> </ul>

	<p>assim o crescimento das zonas suburbanas, rurais e mais distantes do País.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Criar oportunidades de emprego para as populações rurais na manutenção permanente das estradas rurais.</li> </ul> <p style="text-align: center;">□</p>
<b>6-</b>	<b>Impacto na redução da pobreza e crescimento:</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhora o fluxo circulatório das pessoas e bens.</li> <li>• Facilita o Comércio de produtos agrícolas, pesqueiros e industriais.</li> <li>• Desmotiva a tendência para o êxodo rural</li> <li>• Contribui para a não degradação acelerada dos meios rolantes</li> <li>• Promove a competitividade e o crescimento equilibrado</li> <li>• Motiva o turismo rural e nacional</li> <li>• Promove o emprego as populações rurais</li> </ul>
<b>7-</b>	<b>Procedimentos de implementação:</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Concepção do projecto,</li> <li>• Concurso Público,</li> <li>• Execução e Fiscalização do Projecto</li> <li>• Entrega da Obra</li> </ul>
<b>8-</b>	<b>Período de execução:</b>
	2006-2008
<b>9-</b>	<b>Valor estimado do projecto:</b>
	USD 6.000.000

<b>1-</b>	<b>Designação do projecto:</b>
	Projecto Integrado de Reabilitação Urbana e Habitação (Infra-estruturas/Habitação)
<b>2-</b>	<b>Instituição responsável:</b>
	Ministério do Ambiente, Infra estruturas e Recursos Naturais (MAIRN)
<b>3-</b>	<b>Objectivo (s) do projecto:</b>
	Equipar os vários centros urbanos e suburbanos de infra estruturas habitacionais que possam atender as carências em matéria de alojamento que se registam no País principalmente para a geração mais nova.
<b>4-</b>	<b>Descrição do projecto:</b>
	Refere-se a reabilitação e construção de habitações tanto no meio rural como no meio urbano para alojamento. As construções podem ser em alvenaria, ou em madeira, em forma de blocos de apartamentos ou casas geminadas. Estas construções devem estar inseridas no contexto de uma urbanização que contemplam os arruamentos, o acesso à água potável, a energia eléctrica e as questões de saneamento básico.
<b>5-</b>	<b>Resultado (s) esperado (s) do projecto:</b>
	Resolver parte da situação de carência habitacional que se regista no País inteiro com vista a melhorar as condições de vida dos cidadãos para uma vida mais sã e com dignidade.
<b>6-</b>	<b>Impacto na redução da pobreza e crescimento:</b>
	Terá implicações positivas na qualidade de vida melhorando o saneamento, o conforto, e a organização do espaço. Promove também o gosto pelo que é belo e contribui por conseguinte para o desenvolvimento.
<b>7-</b>	<b>Procedimentos de implementação:</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Concepção do projecto,</li> <li>• Concurso Público,</li> <li>• Execução e Fiscalização do Projecto</li> <li>• Entrega da Obra</li> <li>• Venda do Imóvel</li> </ul>
<b>8-</b>	<b>Período de execução:</b>
	2006-2008

<b>9-</b>	<b>Valor estimado do projecto:</b>
	USD 2.000.000

<b>1-</b>	<b>Designação do projecto:</b>
	Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos e Hospitalares
<b>2-</b>	<b>Instituição responsável:</b>
	Gabinete do Ambiente/Câmaras Distritais/Governo Regional
<b>3-</b>	<b>Objectivo (s) do projecto:</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O objectivo é de aumentar para 100% a taxa de cobertura da recolha e transporte de lixo na capital do País;</li> <li>• Instalar um sistema de recolha e transporte de lixos urbanos na capital do país e sua deposição num local próprio;</li> <li>• Redução da taxa de doenças provocadas pelo mau saneamento do meio;</li> <li>• Diminuição do nível de poluição de áreas urbanas por resíduos sólidos e hospitalares;</li> <li>• Melhoria das condições de saúde pública;</li> <li>• Preparar-se para a existência de um sistema funcional de colheita, transporte e tratamento de resíduos sólidos e de uma melhor tratamento dos lixos hospitalares ao nível nacional.</li> </ul>
<b>4-</b>	<b>Descrição do projecto:</b>
	<p><b>CONSTRUÇÕES</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estudo do impacto ambiental e levantamento topográfico</li> <li>• Construção de dois aterros sanitários e a respectiva vedação (Um em São Tomé e outro no Príncipe)</li> <li>• Construção de dois depósitos de sucata e a respectiva vedação (Um em São Tomé e outro no Príncipe)</li> <li>• Construção das vias de acesso para o aterro sanitário e o depósito de sucatas</li> <li>• Criação e gestão das zonas verdes ao redor das construções do aterro sanitário e do depósito de sucatas</li> <li>• Montagem de duas Incineradoras Centrais para Lixos Hospitalares dentro dos limites do aterro sanitário (Uma em São Tomé e outra no Príncipe)</li> </ul> <p><b>AQUISIÇÕES</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aquisição de "Rotopresses"</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aquisição de 1500 cestos de especiais de lixo (~ ~20 litros cada)</li> <li>• Aquisição de 1000 contentores (~ ~150 litros cada)</li> <li>• Aquisição de 100 contentores (~ ~1000 litros cada)</li> <li>• Aquisição de 20 contentores (~ ~3000 litros cada)</li> <li>• Aquisição de três tractores ("Buldozers") para os trabalhos de prensagem de lixos e arrumação de sucatas (Dois para São Tomé e outro para o Príncipe)</li> <li>• Aquisição de outros equipamentos de prensagem de lixo e compactação</li> <li>• Aquisição do material e uniforme protector do pessoal trabalhador</li> <li>• Aquisição de duas Incineradoras Centrais para Lixos Hospitalares (Uma em São Tomé e outra no Príncipe)</li> <li>• Aquisição de meios de transporte para a deslocação periódica dos resíduos urbanos de todos os Distritos e/ou periferias para os aterros centrais</li> <li>• Aquisição de meios de transporte para a deslocação dos lixos hospitalares de todos os Distritos e/ou periferias para as incineradoras centrais</li> </ul> <p><b>FORMAÇÕES</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Contratação de empresas de consultoria para a formação dos recursos humanos</li> <li>• Formação de quadros técnicos em matéria de gestão de aterros sanitários, depósitos de sucatas, incineradoras e dos equipamentos adquiridos</li> <li>• Informação, Educação e Comunicação</li> </ul> <p><b>ADMINISTRAÇÃO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Actualização e regulamentação da legislação sobre resíduos sólidos urbanos, incluindo os parâmetros de poluidor-pagador, para uma gestão durável do lixo</li> <li>• Gestão do Projecto</li> </ul>
<b>5-</b>	<b>Resultado (s) esperado (s) do projecto:</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Construção dos aterros sanitários e da respectiva vedação;</li> <li>• Construção dos parques de sucatas e a respectiva vedação;</li> </ul>

- Construção das vias de acesso aos aterros sanitários e aos parques de sucata;
- Criação e manutenção de zonas verdes em volta aos aterros sanitários e parques de sucata e;
- Montagem de duas Incineradoras Centrais para Lixos Hospitalares dentro dos limites dos aterros sanitários

2.1. A escolha do local para a construção do aterro sanitário e do parque de sucatas, deve incluir:

- Trabalhos topográficos;
- Estudos geológicos do terreno e;
- Estudo do Impacto Ambiental.

2.2. Construção dos aterros sanitários com uma área mínima de 30.000 m<sup>2</sup> cada um e com uma capacidade para 20 anos de utilização, assim como da respectiva vedação.

2.3. Construção dos parques de sucatas com uma área mínima de 20.000 m<sup>2</sup>, cada um assim como a respectiva vedação.

2.4. Melhoria das vias de acesso aos aterros sanitários e parques de sucatas.

2.5. Montagem de duas Incineradoras Centrais para Lixos Hospitalares dentro dos limites dos aterros sanitários.

2.6. Aquisição de equipamentos para a compactação dos lixos metálicos.

### **Produto 3:**

Capacidade institucional para a gestão dos resíduos sólidos urbanos reforçado. Recursos Humanos convenientemente formados. Maior Capacidade de gestão de aterros sanitários, depósitos de sucatas e de incineradoras de lixos hospitalares.

### **Actividades:**

3.1. Actualização e regulamentação da legislação sobre resíduos sólidos urbanos e domésticos, incluindo sucatas e lixos hospitalares;

3.2. Contratação de Empresas especializadas para a realização de acções de formação durante um período de 30-60 dias, nos seguintes domínios:

- Colheita de lixos;
- Reciclagem dos lixos domésticos e urbanos;

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fundamentos, construção e gestão dos aterros sanitários, depósitos de sucatas e incineradoras de lixos hospitalares;</li> <li>- Fiscalização das diferentes etapas de todo o processo.</li> </ul> <p><b>Produto 4:</b></p> <p>O envolvimento e a participação da população constitui uma das principais actividades do projecto, pelo que se torna necessário informar, educar e motivar a população para a contribuição na gestão dos resíduos sólidos.</p> <p>De facto, as acções de informação, educação e comunicação (IEC) serão largamente desenvolvidas através dos diversos canais e estratégias e em estreita colaboração com os sectores chaves de desenvolvimento social, em particular a saúde, educação, comunicação social, ONGs, as Câmaras Distritais e Assembleia Regional para a promoção e adopção de condutas, aptidões e práticas correctas ao nível individual, familiar e comunitário, no que concerne a utilização dos meios e serviços de recolha de resíduos sólidos disponíveis.</p> <p>Este componente contribuirá, por seu lado, para a promoção da saúde, tendo em conta que servirá para a melhoria dos conhecimentos da população e da sensibilização sobre a relação entre o ambiente/saneamento do meio e a saúde.</p>
<b>6-</b>	<b>Impacto na redução da pobreza e crescimento:</b>
<b>7-</b>	<b>Procedimentos de implementação:</b>
	O programa será executado por fases ao longo dos próximos três anos, em função da importância relativa das suas componentes e no
<b>8-</b>	<b>Período de execução:</b>
	O período de execução é de 12 meses
<b>9-</b>	<b>Valor estimado do projecto:</b>
	USD 2.000.000

## EIXO IV - DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS E MELHORIA DE ACESSO AOS SERVIÇOS SOCIAIS BÁSICOS

### Programa de Reestruturação e Modernização da Administração Pública

<b>1-</b>	<b>Designação do projecto:</b>
	REESTRUTURAÇÃO E REFORÇO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DE BASE
<b>2-</b>	<b>Instituição responsável:</b>
	Ministério da Saúde
<b>3-</b>	<b>Objectivo (s) do projecto:</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhoria da Organização e Funcionamento do Sector</li> <li>• Construção e Reabilitação das Infra estruturas Sanitárias</li> <li>• Aprovisionamento em Medicamentos, Equipamentos e Instrumentos</li> <li>• - Formação de Quadros</li> </ul>
<b>4-</b>	<b>Descrição do projecto:</b>
	<p>No quadro do projecto pretende-se levar a cabo uma série de acções que visam essencialmente organizar o sistema de saúde e dota-lo de meios para um melhor funcionamento e prestação de serviço de boa qualidade sendo dentre elas as seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Adopção de um pacote legislativo e normativo para o sector nas vertentes mais essenciais;</li> <li>• Aprovação de Políticas nos domínios de: Recursos Humanos, Medicamentos, Financiamentos da Saúde, entre outros</li> <li>• Reforço do Sistema de Informação para a Gestão do desenvolvimento sanitário (SIS);</li> <li>• Fornecimento e garantia de medicamentos essenciais, Equipamentos de diagnóstico e tratamento bem como diversos instrumentos para o tratamento das doenças em todas áreas de Saúde e Hospitais do País.</li> <li>• Formar especialistas, quadros médios a nível de enfermagem, gestão e outros ramos de Saúde.</li> <li>• Assegurar a existência de uma rede de infra-estruturas de saúde dotadas de Recursos adequados, nomeadamente em pessoal, medicamentos essenciais, Equipamento e logística;</li> </ul>

<b>5-</b>	<b>Resultado (s) esperado (s) do projecto:</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhoria na equidade e acesso aos serviços de base de saúde</li> <li>• Melhoria na qualidade dos serviços de base de saúde</li> <li>• Melhor capacidade e rapidez na resposta dos serviços de saúde</li> <li>• Melhor organização, gestão e funcionamento dos serviços de saúde</li> </ul>
<b>6-</b>	<b>Impacto na redução da pobreza e crescimento:</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhora o acesso das populações periféricas e mais pobres aos cuidados de saúde de base e com qualidade.</li> <li>• Melhora o comportamento das populações e promove um estilo de vida mais saudável.</li> <li>• Diminui a morbilidade e mortalidade por principais doenças</li> <li>• Diminui o absentismo ao trabalho</li> <li>• Aumenta a rentabilidade das famílias e consequente melhoria da condição de vida</li> </ul>
<b>7-</b>	<b>Procedimentos de implementação:</b>
	Será utilizado as estruturas especializadas do Ministério da Saúde nas supracitadas áreas que através de métodos como contratação directa, consultorias nacional e internacional, contractos outros e aquisições e concursos públicos.
<b>8-</b>	<b>Período de execução:</b>
	2006-2008
<b>9-</b>	<b>Valor estimado do projecto:</b>
	USD 9.475.000,00

Projecto	Custo Total (Mil USD)	Observação
Reforço das Capacidades Institucionais	1281	
Construção e Reabilitação das Infraestruras	3535	
Aprovisionamento em Medicamentos, equipamentos e Instrumentos	3211	
Formação de Quadros de Saúde no País e	1448	

no Exterior		
Total	<b>9475</b>	

<b>1-</b>	<b>Designação do projecto:</b>
	REFORÇO DOS SERVIÇOS DE ESPECIALIDADE DO HOSPITAL CENTRAL E SERVIÇOS CENTRAIS DE SAÚDE
<b>2-</b>	<b>Instituição responsável:</b>
	Ministério da Saúde
<b>3-</b>	<b>Objectivo (s) do projecto:</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Melhorar as condições de atendimento e a prestação dos cuidados de Saúde a população.</i></li> <li>• Melhorar as condições das infra-estruturas hospitalares.</li> <li>• Melhorar os serviços de atenção especializada</li> </ul>
<b>4-</b>	<b>Descrição do projecto:</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforçar a operacionalidade dos sistemas distritais de saúde enquanto pilares</li> <li>• Básicos de prestação de cuidados a população; tendo em conta a dupla</li> <li>• Insularidade da <i>Região Autónoma do Príncipe</i>, uma particular atenção ser-lhe-á dedicada;</li> <li>• Melhorar a funcionalidade dos sistemas de referência sanitária tanto a nível</li> <li>• Interno como para o exterior do país;</li> <li>• Melhoria da capacidade de prestação de cuidados pelo o Hospital Ayres de</li> <li>• Menezes enquanto a instituição de nível terciários e de referencia última no país.</li> <li>• Garantir a disponibilidade, a cada nível do sistema de saúde, um "pacote mínimo de cuidados"</li> <li>• Ao nível do Hospital Dr. Ayres de Menezes, este deverá organizar-se para prestar serviço nas seguintes áreas: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Consulta externa (geral, de especialidade com atendimento directo e de referência)</li> <li>- Serviço de urgência (Cuidados de emergência e intensivos)</li> </ul> </li> </ul>

	- Especialidades com serviço de internamento
<b>5-</b>	<b>Resultado (s) esperado (s) do projecto:</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Hospital Central organizado e dotado de meios de diagnóstico e terapêutica capaz de prestar serviço de qualidade.</li> <li>• Distritos Sanitários funcionais e com meios disponíveis (técnicos, humanos, financeiros e logísticos).</li> <li>• Os utentes beneficiam de cuidados médicos e medicamentosos mínimo necessário para a melhoria da sua condição de saúde.</li> <li>• A região autónoma de príncipe dotada de todos os meios para a evacuação e prestação dos cuidados mínimos de saúde aos doentes na região.</li> </ul>
<b>6-</b>	<b>Impacto na redução da pobreza e crescimento:</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhora o acesso das populações periféricas e mais pobres aos cuidados de saúde de base e com qualidade.</li> <li>• Melhora o comportamento das populações e promove um estilo de vida mais saudável.</li> <li>• Diminui a morbilidade e mortalidade por principais doenças</li> <li>• Diminui o absentismo ao trabalho</li> <li>• Aumenta a rentabilidade das famílias e consequente melhoria da condição de vida</li> </ul>
<b>7-</b>	<b>Procedimentos de implementação:</b>
	Será utilizado as estruturas especializadas do Ministério da Saúde nas supracitadas áreas que através de métodos como contratação directa, consultorias nacional e internacional, contractos outros e aquisições e concursos públicos.
<b>8-</b>	<b>Período de execução:</b>
	3 anos
<b>9-</b>	<b>Valor estimado do projecto:</b>
	USD 3.015.000

Projecto	Custo Total (Mil)	Observação
----------	-------------------	------------

	USD)	
<i>Reforço dos Serviços Especializados do Hospital Central e Serviços Distritais de Saúde</i>	<b>3015</b>	
<b>Total</b>	<b>3015</b>	

<b>1-</b>	<b>Designação do projecto:</b>
	PROGRAMA DE LUTA CONTRA AS DOENÇAS
<b>2-</b>	<b>Instituição responsável:</b>
	Ministério da Saúde
<b>3-</b>	<b>Objectivo (s) do projecto:</b>
	Desenvolver de forma Integrada Acções de Luta Contra as Doenças <ul style="list-style-type: none"> <li>• Prevenção e Tratamento do Paludismo</li> <li>• Luta Contra Sida e Tuberculose</li> </ul>
<b>4-</b>	<b>Descrição do projecto:</b>
	<p>No quadro deste projecto serão desenvolvidas actividades de Luta contra Paludismo que se concentram, em acções de Luta contra Parasitas isto é Manejo de Casos quimioprofilaxia nas grávidas, garantia de anti palúdicos a preço acessível, Luta Anti vectorial através de saneamento do meio, destruição das larvas, vulgarização dos mosquiteiros impregnados com insecticida e pulverização intradomiciliar.</p> <p>Serão feitas intervenções no âmbito de Luta Contra Tuberculose e Luta Contra VIH/Sida. Proceder-se-à a integração e descentralização da Luta contra tuberculose, garantia do abastecimento regular de tuberculostáticos, elaboração de um plano de expansão do DOTS. A luta contra Sida as acções estarão viradas para a redução do risco de infecção por DST e VIH/Sida, diminuição do impacto da epidemia, prevenção da transmissão mãe filho e advocacia, apoio ético e de direitos humanos face ao VIH/Sida.</p>
<b>5-</b>	<b>Resultado (s) esperado (s) do projecto:</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reduzida significativamente a taxa de morbi mortalidade por paludismo na população em geral.</li> <li>• Reduzida à zero a taxa de mortalidade por paludismo em mulheres grávidas e crianças com inferior à cinco anos.</li> <li>• Serviços de luta contra Sida e tuberculose funcionais em todos os distritos sanitários do país.</li> <li>• Unidades sanitárias abastecidas de medicamentos anti retro virais e tuberculostaticos a serem beneficiadas as populações.</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reduzido à quase 20% o risco de infecção por VIH/Sida</li> <li>• O Método DOTS divulgado e utilizado em todos os centros sanitários e particularmente pelos doentes.</li> <li>• Rede nacional de laboratório instalado e funcional</li> </ul>
<b>6-</b>	<b>Impacto na redução da pobreza e crescimento:</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Melhora o acesso das populações periféricas e mais pobres aos cuidados de saúde de base e com qualidade.</li> <li>- Melhora o comportamento das populações e promove um estilo de vida mais saudável.</li> <li>- Diminui a morbilidade e mortalidade por principais doenças</li> <li>- Diminui o absentismo ao trabalho</li> <li>- Aumenta a rentabilidade das famílias e consequente melhoria da condição de vida</li> </ul>
<b>7-</b>	<b>Procedimentos de implementação:</b>
	Será utilizado as estruturas especializadas do Ministério da Saúde nas supracitadas áreas que através de métodos como contratação directa, consultorias nacional e internacional, contractos outros e aquisições e concursos públicos.
<b>8-</b>	<b>Período de execução:</b>
	2006-2008
<b>9-</b>	<b>Valor estimado do projecto:</b>
	USD 4.571.000

Projecto	Custo Total (Mil USD)	Observação
Prevenção e Tratamento do Paludismo	3278	
Luta Contra Sida e Tuberculose	1293	
<b>Total</b>	<b>4571</b>	

1-	<b>Designação do projecto:</b>
	PROGRAMAS DE PREVENÇÃO E PROMOÇÃO DE SAÚDE
2-	<b>Instituição responsável:</b>
	Ministério da Saúde
3-	<b>Objectivo (s) do projecto:</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Vigilância Epidemiológica</li> <li>• Despistagem do câncer da Mama e Prostata</li> <li>• Cuidados Materno Infantil</li> <li>• Suplementos micro-nutricionais</li> <li>• Saúde Sexual e reprodutiva</li> <li>• Saúde Escolar</li> </ul>
4-	<b>Descrição do projecto:</b>
	<p>No quadro do presente projecto acções serão desenvolvidas nos seguintes domínios:</p> <p><b>- Sobrevivência da Criança</b></p> <p>Neste domínio pretende-se consolidar a Estratégia AIDI, luta Contra a Má Nutrição e Desenvolvimento da saúde Escolar.</p> <p>Promoção de aleitamento materno exclusivo até aos seis meses e continuado até no mínimo de 2 anos nomeadamente nas comunidades</p> <p>Reforço das acções de vacinação em todas as unidades sanitárias</p> <p>Introdução de novas vacinas</p> <p><b>- Atenção Integrada ao adolescente e a mulher;</b></p> <p>Com a supracitada acção pretende-se contribuir para a promoção de Saúde e bem-estar dos adolescentes e jovens no âmbito da SSR (Sexualidade e Saúde Reprodutiva).</p> <p>Prestação de cuidados de Sexualidade e SSR integrados dirigidos aos homens nas unidades sanitárias.</p> <p>Prestação de cuidados de Saúde Sexual e Reprodutiva nas unidades Sanitárias (Pré-Natal, Contracepção, DST/Sida, Nutrição e Aconselhamento).</p> <p><b>- Segurança Alimentar e Nutricional das Populações</b></p>

	<p>Para o domínio de segurança alimentar pretende-se implementar acções de</p> <p>Vigilância epidemiológica nutricional em todas as unidades de Saúde e nas comunidades</p> <p>Promoção de hábitos e estilo de vida saudáveis através da Informação Educação e Comunicação para a saúde (IEC), bem como o combate ao bócio.</p>
<b>5-</b>	<b>Resultado (s) esperado (s) do projecto:</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• CNES instalado e funcional implementando a estratégia nacional de comunicação em matéria de Luta contra as Principais doenças.</li> <li>• Estratégia de AIDI expandida e utilizadas em todas as unidades sanitárias.</li> <li>• 96% Das crianças imunizadas com todos os anti génios os que fazem parte do programa nacional de vacinação.</li> <li>• Melhoria de prestação de cuidados integrados de saúde sexual reprodutiva nas unidades sanitárias.</li> <li>• Redução de mortalidade infantil, infanto-juvenil e materna.</li> <li>• Aumento do consumo de sal iodizado</li> <li>• Um sistema de vigilância epidemiológica implementado e funcional</li> </ul>
<b>6-</b>	<b>Impacto na redução da pobreza e crescimento:</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhora o acesso das populações periféricas e mais pobres aos cuidados de saúde de base e com qualidade.</li> <li>• Melhora o comportamento das populações e promove um estilo de vida mais saudável.</li> <li>• Diminui a morbilidade e mortalidade por principais doenças</li> <li>• Diminui o absentismo ao trabalho</li> <li>• - Aumenta a rentabilidade das famílias e conseqüente melhoria da condição de vida</li> </ul>
<b>7-</b>	<b>Procedimentos de implementação:</b>
	<p>Será utilizado as estruturas especializadas do Ministério da Saúde nas supracitadas áreas que através de métodos como contratação directa, consultorias nacional e internacional, contractos outros e aquisições e concursos públicos.</p>
<b>8-</b>	<b>Período de execução:</b>

	2006-2008
<b>9-</b>	<b>Valor estimado do projecto:</b>
	USD 2.095.000

<b>Projecto</b>	<b>Custo Total (Mil USD)</b>	<b>Observação</b>
Vigilância Epidemiológica	<b>648</b>	
Despistagem do câncer da Mama e Prostata	<b>130</b>	
Cuidados Materno Infantil	<b>145</b>	
Suplementos micro-nutricionais	<b>78</b>	
Saúde Sexual e reprodutiva	<b>974</b>	
Saúde Escolar	<b>120</b>	
<b>Total</b>	<b>2095</b>	

<b>1-</b>	<b>Designação do projecto:</b>
	REFORÇO DO SISTEMA EDUCATIVO NACIONAL
<b>2-</b>	<b>Instituição responsável:</b>
	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
<b>3-</b>	<b>Objectivo (s) do projecto:</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhorar e modernizar a gestão e Planificação do Sistema (dos Serviços Centrais e Escolares)</li> <li>• Reforçar as funções chaves do ministério de Educação Cultura e Desporto</li> <li>• Reforçar as Capacidades do Instituto Superior Politécnico</li> <li>• Criar um Sistema de Apoio à Inovação</li> </ul>
<b>4-</b>	<b>Descrição do projecto:</b>
	<p>O reforço das funções chaves do sistema educativo passa necessariamente pela melhoria das condições materiais e de adopção de normas e procedimentos de funcionamento bem como programa de Desenvolvimento profissional de forma a garantir uma sólida formação técnica e administrativa, e conseqüentemente o reforço das capacidades institucionais dos diferentes sectores do Sistema Educativo.</p> <p>Pretende-se para o efeito desenvolver as seguintes acções no quadro do projecto:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Seminários de formação sobre os novos procedimentos e o desenvolvimento profissional contínuo.</li> <li>• Concepção experimentação e implementação de um sistema de auto-avaliação e avaliação externa.</li> <li>• Aquisição de equipamentos, materiais para as direcções e serviços centrais e direcções de escolas</li> <li>• Criação de um centro de línguas</li> <li>• Renovação e melhoria da oferta bibliográfica de apoio ao ensino.</li> <li>• Apetrechamento de laboratórios de Física, química e Biologia</li> <li>• Criação e apetrechamento de um Centro de investigação</li> </ul>
<b>5-</b>	<b>Resultado (s) esperado (s) do projecto:</b>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Manual de procedimentos e normas disseminadas;</li> <li>• 80% do pessoal administrativo, gestores directores de escolas, planificadores</li> <li>• Sistema de avaliação de desempenho/performance instalado: Avaliação de alunos (MLA) performance e avaliação do desempenho do Pessoal docente Performance e das entidades do MECD (Serviços, departamentos, etc)</li> <li>• Sistema de informação para a gestão e formação do Pessoal, instalado e operativo</li> <li>• Laboratórios do ISP apetrechados</li> <li>• Centro de línguas criado</li> <li>• Centro de investigação criado</li> </ul>
<b>6-</b>	<b>Impacto na redução da pobreza e crescimento:</b>
	Os diferentes serviços centrais ou entidades contribuirão em função das suas responsabilidades para a realização dos objectivos comuns, permitindo acelerar o desenvolvimento económico e social e consequentemente a redução da pobreza.
<b>7-</b>	<b>Procedimentos de implementação:</b>
	<p>Serão utilizadas várias estratégias para o reforço das funções chaves das entidades administrativas responsáveis pela gestão dos níveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Consultoria nacional e internacional para a difusão dos objectivos descritos dos sectores e as novas responsabilidades face as novas politicas;</li> <li>Definição das necessidades de formação em função das normas ou performance estabelecidas;</li> <li>Criação de um programa de desenvolvimento profissional contínuo;</li> <li>Criação de um sistema de avaliação auto-avaliação e avaliação existente;</li> <li>Modernização dos serviços através de criação de condições materiais e equipamentos de escritório, tecnologias de comunicações e informação e meios de transporte;</li> <li>Seminário de Informação e formação;</li> </ul>
<b>8-</b>	<b>Período de execução:</b>

	2 anos
<b>9-</b>	<b>Valor estimado do projecto:</b>
	USD 1.132.000

<b>PROJECTOS/COMPONENTES</b>	<b>CUSTO PARCIAL 2006/08 (Em 000 USD)</b>
Reforço das funções - Chaves do MECD	500
Reforço das Capacidades do ISP	247
Apoio á inovação	385
<b>TOTAL</b>	<b>1.132</b>

<b>1-</b>	<b>Designação do projecto:</b>
	Generalização e melhoria do ensino básico
<b>2-</b>	<b>Instituição responsável:</b>
	Ministério da Educação Cultura e Desporto/Direcção o Ensino Básico
<b>3-</b>	<b>Objectivo (s) do projecto:</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Universalizar e melhorar a qualidade do ensino básico;</li> <li>• Reabilitaar e ampliar as escolas básicas</li> <li>• Desenvolver e melhorar em todos os aspectos a protecção e educação da primeira infância nomeadamente das crianças mais vulneráveis e desfavorecidas;</li> <li>• Criar oportunidades de acesso e de qualidade à educação pré- escolar;</li> <li>• Universalizar e melhorar a qualidade da educação pré-escolar e escolar.</li> <li>• Ampliar e diversificar a oferta de atendimento às crianças em idade pré- escolar;</li> </ul>
<b>4-</b>	<b>Descrição do projecto:</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mobilização social na defesa da criança;</li> <li>• Expansão da rede e de estruturas e de acolhimento e protecção da 1ª infância; Manutenção de 53 e construção de 30 (creches/jardins de infância/parque infantil comunitários).</li> <li>• Reabilitação e ampliação de escolas básicas incluindo o abastecimento de água</li> </ul>
<b>5-</b>	<b>Resultado (s) esperado (s) do projecto:</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Protecção e desenvolvimento harmonioso e integral da pequena infância;</li> <li>• Crianças preparadas para o ensino primário</li> <li>• Capacidade da comunidade do meio rural na organização e gestão das creches comunitárias</li> </ul>
<b>6-</b>	<b>Impacto na redução da pobreza e crescimento:</b>
	Maior progressão da famílias no desenvolvimento económico; Diminuição da taxa de retenção nos ensinos subsequentes; Irradiação do analfabetismo;
<b>7-</b>	<b>Procedimentos de implementação:</b>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Utilização dos média se de outros canais de comunicação;</li> <li>• Promoção da micro- planificação e monitorização da carta educativa para a pré escolar ;</li> <li>• Apoiar a comunidade na implementação, e estabelecimento de creches não formais;</li> <li>• Elaboração do currículo para a primeira infancia,</li> <li>• Formação básica dos agentes educativos comunitários;</li> <li>• Apoio técnico/pedagógico e científico da primeira infância;</li> <li>• Aquisição de meios rolantes, materiais e equipamentos</li> <li>• Jardins e creches apetrechadas com equipamentos e materiais didácticos</li> <li>• Reabilitação das escolas básicas.</li> </ul>
<b>8-</b>	<b>Período de execução:</b>
	2006 À 2008
<b>9-</b>	<b>Valor estimado do projecto:</b>
	USD 4.095.000

**Programa: Generalização e melhoria do Ensino básico**

componentes	Custo parcial Em ( 000 USD)	Observação
Construção e Reabilitação de 30 jardins e creches comunitárias	500.	
Apetrechamento dos jardins e creches Aquisição de material didáctico pedagógicos	595	
Construção e Reabilitação de escolas básicas	3.000	HIPIC Fund e BM
<b>Total</b>	<b>4751</b>	

1-	<b>Designação do projecto:</b>
	Lar para crianças estudantes em São João dos Angolares
2-	<b>Instituição responsável:</b>
	Fundação Mãe Santomense em parceria com os Ministérios da Educação e Cultura e do Trabalho, Emprego e Solidariedade.
3-	<b>Objectivo (s) do projecto:</b>
	<p><b>Objectivo geral:</b></p> <p><i>Contribuir na luta contra a pobreza e na educação de raparigas, mediante a promoção do acesso à educação de crianças oriundas de meios e famílias mais desfavorecidas, em particular de raparigas, do distrito de Caué (os mais pobres dentre os pobres), que, na prática, não têm acesso ao sistema educativo para além da 4.ª classe. O Grupo alvo é constituído por crianças com 10-11 anos de idade com alto potencial intelectual e que tenham terminado a 4.ª classe com boas notas oriundas de todas as localidades do distrito de Caué, sendo <b>pelo menos 50% delas obrigatoriamente do sexo feminino.</b></i></p> <p><b>Objectivos específicos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Instalação e gestão de um lar para 100 crianças desfavorecidas (pelo menos 50% raparigas) provenientes de todas as localidades do distrito de Caué; esse lar seria uma <i>estrutura a meio caminho, permitindo a ligação entre as suas comunidades de origem pobres e distantes e a escola</i> a que não teriam, de outro modo, acesso;</li> <li>• Criação no seio da <i>Sociedade Civil</i> da consciência de que <i>pode e deve agir</i> na luta contra a pobreza e mais concretamente na resolução de alguns problemas sociais e assim o apoio à constituição de uma estrutura de gestão participada do projecto;</li> <li>• Promover entre os cidadãos um sentido de <i>"responsabilidade social"</i> em especial para com os mais desfavorecidos - que cada um aponha a sua pedra para a construção de um São Tomé e Príncipe próspero;</li> <li>• Demonstrar a viabilidade, nas condições de STP da colaboração publico-privada como mecanismo complementar da acção do estado na luta contra a pobreza;</li> </ul> <p>Contribuir, a médio prazo, para o <i>debate nacional sobre o sistema educativo santomense e o seu papel e responsabilidades na luta contra a pobreza</i>, nomeadamente no acesso à educação dos mais pobres dentre os pobres.</p>
4-	<b>Descrição do projecto:</b>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Principais actividades:</li> <li>• Articulação com as autoridades locais com vista a concessão pela Câmara do terreno para a construção do Lar;</li> <li>• Criação de um <i>Comité local</i> de apoio à gestão do projecto;</li> <li>• Identificação do local;</li> <li>• Elaboração do projecto;</li> <li>• Estabelecimento de parcerias adequadas à montagem do financiamento;</li> <li>• Construção do edifício para o Lar;</li> <li>• Aquisição de materiais, mobiliário e equipamento necessário;</li> <li>• Selecção das crianças;</li> <li>• Matricula das crianças;</li> <li>• Fornecimento de todos os materiais escolares necessários a cada criança;</li> </ul>
<b>5-</b>	<b>Resultado (s) esperado (s) do projecto:</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Um Lar novo e devidamente equipado aonde poderiam ser albergadas cem crianças desfavorecidas que de outro modo não teriam a possibilidade de prosseguir os seus estudos e que, em consequência, seriam "<i>perdidas</i>" para o desenvolvimento da Nação em geral e do distrito de Caué em particular, dando-se-lhes assim uma oportunidade para a prossecução dos seus estudos.</li> <li>• Pelo menos uma parte da "Sociedade Civil" terá tomado alguma consciência do seu dever assim como do seu poder e agido enquanto parceiro do Estado na solução de um importante problema social que é fundamental para o desenvolvimento e luta contra a pobreza, esperando-se que o exemplo seja seguido na comunidade.</li> </ul>
<b>6-</b>	<b>Impacto na redução da pobreza e crescimento:</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• "<i>Se queres ajudar um pobre, educa o seu filho</i>" - este é um provérbio que indica que a educação é um dos mais potentes factores de luta contra a pobreza. Com a construção desse lar criamos como se disse mais acima uma estrutura de acolhimento com a qual podemos efectivamente promover o acesso as sistema educativo de filhos dos mais pobres dando atenção particular as raparigas. Assim introduziremos mais equidade e justiça social numa acção já de si positiva no quadro da luta contra a pobreza.</li> </ul>
<b>7-</b>	<b>Procedimentos de implementação:</b>
	<p>O lar resulta de uma parceria publico-privada negociada entre a Fundação Mãe Santomense e os Ministérios da Educação e Cultura e</p>

	Trabalho, Emprego e Solidariedade sendo os mecanismos de implementação e gestão negociados pelas partes.
<b>8-</b>	<b>Período de execução:</b>
<b>9-</b>	<b>Valor estimado do projecto:</b>